

TRABALHOS

DE

ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
E DO CENTRO DE ESTUDOS DE ETNOLOGIA PENINSULAR

VOL. XV — FASC. 1-2
(NOVA SÉRIE—DA SOCIEDADE E DO CENTRO)



PORTO — 1954

INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA — Faculdade de Ciências

Trabalhos de Antropologia e Etnologia



TRABALHOS

DE

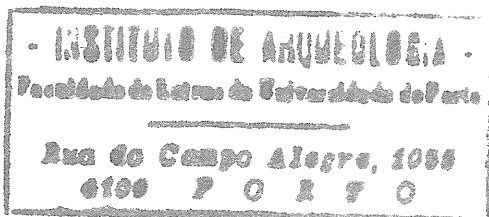
Antropologia e Etnologia

PUBLICAÇÃO DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E
ETNOLOGIA E DO CENTRO DE ESTUDOS DE ETNOLOGIA PENINSULAR

VOLUME XV

(NOVA SÉRIE — DA SOCIEDADE E DO CENTRO)

SUBSIDIADO PELO INSTITUTO DE ALTA CULTURA



17. ABR. 1983

PORTO

Sede da Soc. e do Centro: INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA—Faculdade de Ciências

Acerca da cultura do vaso campaniforme em Portugal

POR

Octávio da Veiga Ferreira

Dos Serviços Geológicos de Portugal

A cultura do vaso campaniforme tirou o seu nome do característico vaso em forma de campânula, e, segundo vários autores, é originária da Bacia do Gualdiquivir, no Sul de Espanha (1).

Acredita-se que o vaso campaniforme tenha nascido por evolução da cerâmica das grutas do centro da Península. Entre esta, encontra-se a do vaso semiesférico e a do vaso de fundo convexo e corpo cilíndrico que são, justamente, as formas mais vulgares na cerâmica da cultura do vaso campaniforme. Geralmente, o vaso campaniforme ou em forma de cálice de pé alto, apresenta dois aspectos: um muito ornamentado, de perfil sinuoso,

(1) O problema do vaso campaniforme e sua origem, tem sido debatido por ilustres investigadores. Schmidt localizou o foco desta cultura na Península Ibérica. Bosch Gimpera e Alberto del Castillo situaram a sua origem na Bacia do Gualdiviquir, no Sul da Espanha. Não é, em nosso ver, aceitável a hipótese de Santa Olalla, dum origem africana deste vaso. Não partilhamos também da hipótese de vários autores, que não conhecendo bem os problemas de arqueologia mineira peninsular, colocam a origem do vaso campaniforme no Oriente. Em nosso entender, é absolutamente absurdo, fazer irradiar uma cultura florescente, para a época, de paragens onde o cobre e, sobretudo, o estanho é raro, sabendo-se que a cultura do vaso campaniforme acompanha o desenvolvimento da manufactura destes metais.

ou seja, bojo semiesférico e parte superior ou gola saliente; outro com decoração mais pobre ou menos vistosa, paredes quase verticais, gola menos aparente, perfil menos sinuoso.

O vaso de boca larga ou tigela apresenta dois tipos especiais: o primeiro tem o perfil achatado e bojo curto; o segundo possui bojo curto ou quase e bastante alto. As taças ou pratos de larga abertura apresentam igualmente dois tipos; o primeiro de bojo mais ou menos circular; o segundo de bojo mais ou menos cónico.

É evidente que se trata de tipos de vaso campaniforme duma maneira geral, pois que, muitas vezes, conforme o local onde o núcleo campaniforme se desenvolveu, assim aparecem modificações na forma, motivos, ornamentação, etc.

A ornamentação apresenta, também duma maneira geral, os seguintes aspectos: linhas rectas ou em ziguezague (*chevron*), linhas pontilhadas, formando xadrez, rombos, quadrados, etc. Por vezes, zonas ornamentadas alternam com zonas lisas, formando faixas paralelas que cobrem toda a superfície do vaso.

A técnica desta ornamentação é muito variável. Assim, podem apontar-se: a incisão, o pontilhado, o cordado, os círculos redondos? e a ornamentação feita com pente ou com *cardium*. A maneira de executar a primeira destas técnicas, consiste em aplicar levemente uma punção sobre o barro ainda fresco gravando a linha sem o levantar da superfície. A segunda reduz-se em picar, ao de leve, o desenho que se deseja sempre com a mesma regularidade. A técnica cordada, muito raramente empregada (1), não está ainda

(1) Nils Aberg considera-a nórdica. Em Portugal conhecem-se dois fragmentos que, embora maus, parecem pertencer a esta categoria.

Nils Aberg — 1921 — *La civilization énéolithique de la Péninsule Ibérique*, Upsala; O. da Veiga Ferreira e J. Camarate França — 1951 — *A estação prehistórica do Alto do Montijo (Sintra)*. «Trab. da Soc. Port. Antrop. Etnol.», vol. XIII,

suficientemente explicada. Empregariam os oleiros dessa época para a obter, um pequeno cordão de esparto aplicado contra a massa fresca do barro? O emprego de tecidos era já então frequente, e pode dizer-se, mesmo, que a sua técnica havia muito estava generalizada (1). Os círculos redondos que aparecem como motivo ornamental, embora com raridade, em estações do campaniforme, eram conseguidos pela aplicação sobre a massa fresca do barro do caule seco duma plantá, possivelmente o trigo (2), prèviamente cortado. Esta ornamentação é das poucas que aparecem pela parte interior dos vasos desta época (3).

A cerâmica cardiada ou cardinal era conseguida pela impressão na massa ainda fresca do bordo duma valva de *cardium* possivelmente *cardium edule*, tão vulgar nas nossas estações prehistóricas a partir do Mesolítico (4). A técnica do pente, como

fasc. 1-2, Porto; E. Prescott Vicente e E. da Cunha Serrão — 1951 — *O castro eneolítico de Olelas — Breve noticia*. «Trab. da Soc. Port. Antrop. Etnol.», vol. XIII, fasc. 1-2, Porto.

(1) A. Viana, J. Formosinho e O. da Veiga Ferreira — 1949 — *Duas raridades arqueológicas*. «Rev. Sind. Eng.os Aux.es», n.º 24, Lisboa.

(2) São conhecidas várias espécies de gramíneas e outras plantas cultivadas desta época. Veja trabalhos de A. do Paço e E. Jalhay sobre o Castro de Vila Nova de S. Pedro e ainda: Fritz Netolitzki — 1935 — *Kulturpflanzen und holzerest dem prohistorischen Spanien und Portugal*. «Buletinul Fac. de Stiinte din Cervânti», vol. IX; J. M. Santa Olalla — 1946 — *Cereales y plantas de la cultura ibero-sariana en Almizaraque (Almeria)*. «Cuadernos de Hist. Primitiva», ano I, n.º 1, Madrid.

(3) Vasos do tipo de Vila Nova de S. Pedro, Agualva, Torres Vedras, etc., E. Jalhay e A. do Paço — 1945 — *El castro de Vila Nova de S. Pedro*. «Actas y Mem. de la Soc. Esp. Antrop. Etnog. y Preh.», t. XX, Madrid; O. da Veiga Ferreira — 1953 — *O monumento prehistórico de Agualva (Cacém)*. «Zephyrus», IV, Salamanca.

(4) A abundância de *cardium edule* nos concheiros de Muge é notável. Nas últimas escavações foram encontradas quantidades enormes.

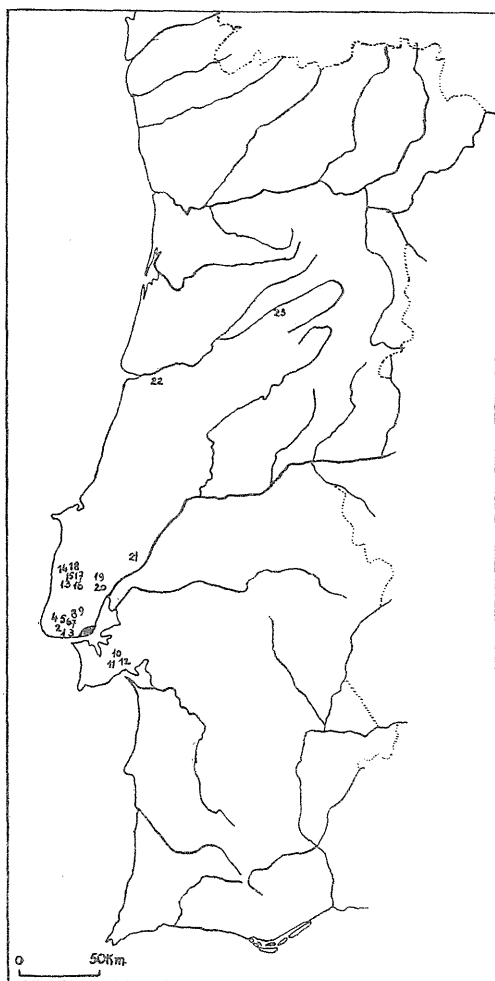


Fig. 1 — Principais estações da cultura do vaso campaniforme em Portugal: 1 — Grutas artificiais de S. Pedro do Estoril; 2 — Grutas artificiais de Alapraia; 3 — Gruta natural da Ribeira da Lage; 4 — Monumento do Monge; 5 — «Tholos» de S. Martinho de Sintra; 6 — «Tholos» de Aqualva; 7 — Grutas artificiais de Carenque; 8 — Castro de Liceia; 9 — Castro de Oielas; 10 — Grutas artificiais de Palmela; 11 — Castro de Chibanes; 12 — Castro de Rotura; 13 — «Tholos» do Cabeço da Arruda (Torres Vedras); 14 — «Tholos» da Serra das Mutelas; 15 — «Tholos» do Barro; 16 — Abrigo da Cova da Moura; 17 — Gruta artificial da Ermegeira; 18 — Castro do Zambujal; 19 — Castro de Vila Nova de S. Pedro; 20 — Castro da Pedra de Ouro; 21 — Gruta artificial de Pernes; 22 — Abrigo da Eira Pedriaha; 23 — Monumento do Seixo.

o nome indica, era feita utilizando um pente rudimentar de osso, pedra ou mesmo metal (cobre). Essa técnica começa antes da introdução do vaso campaniforme e prolonga-se pela época do bronze, nalgumas regiões.

Expostas estas notas sobre o tipo de vasos que, aliados a uma utensilagem própria, conduziram ao reconhecimento de uma nova cultura peninsular, assim como à sua provável origem, passaremos em revista, as principais culturas do Eneolítico português.

Numa pequena nota publicada nas Comunicações dos Serviços Geológicos figurou-se num esboço gráfico essa distribuição (1). Afigura-se-nos importante expor o nosso ponto de vista quanto a este problema da cultura do vaso campaniforme em Portugal, em relação com outras culturas coevas, mais antigas ou mais modernas, quer indígenas, quer invasoras, porque isto ajudar-nos-á a enfrentar o problema do pretensu campaniforme nortenho.

No Eneolítico (continuaremos a designar assim este importante período da prehistória peninsular), poderemos considerar em Portugal cinco núcleos culturais que se distinguem uns dos outros por várias características:

1.º — Cultura eneolítica do Sul — povos metalúrgicos, vindos de Almeria, que influenciaram as zonas cupríferas do Algarve e parte do Alentejo (cultura de Alcalar e monumento do Lousal, Odivelas, Reguengos de Monsaraz, etc.);

(1) O. da Veiga Ferreira e A. Rodrigues Cavaco — 1952 — *O monumento pre-histórico do Lousal (Grândola)*. «Com. dos Serv. Geol. de Portugal», t. XXXIII. Lisboa.

2.º — Cultura dolménica S. S., com as três fases apontadas pelo Prof. Heleno (1);

3.º — «Cultura mista», isto é de povos indígenas, como os da região de Lisboa que sofreram, mercê da sua situação geográfica, influências do campaniforme, e de outras culturas, como a da Almeria;

4.º — Cultura do vaso campaniforme, das regiões de Lisboa, Setúbal e Vale do Mondego (vinda da Andaluzia por via marítima);

5.º — Cultura eneolítica do Norte de Portugal, povos da cultura megalítica portuguesa que sofreram possivelmente influências dos grupos culturais da Galiza? (a pretensa infiltração da cultura do vaso campaniforme de Espanha ao longo do rio Douro, até Portugal não está suficientemente comprovada).

A cultura eneolítica do Sul, ou dos povos que buscavam o cobre, é de maneira geral, pobre. Exceptua-se a região de Alcalar, pois é de crer, que os alcalarenses, embora sofressem, também, a influência de Almeria, deviam ter actuado mais como comerciantes, de que como mineiros. Estavam mais no litoral, perto da embocadura dum a ria, a de Alvor que, nesse tempo não estava certamente, assoreada como hoje. Sabe-se que talvez um milhar e meio de anos depois, nos tempos dos cartagineses, existia ali um famoso porto (Portus Hannibalis). Sendo assim, deveriam constituir um povo ou tribo próspera. Provam-no os restos dos seus sumptuosos monumentos funerários colectivos, e o espólio que neles se encontrou (2). A cerâmica desta cultura é pobre, lisa,

(1) M. Vaultier e G. Zbyszewski — 1951 — *Le dolmen do Casal do Penedo (Verdelha dos Ruivos)*. «Trab. da Soc. Port. Antrop. Etnol.», vol. XIII, fascs. 1-2, Porto.

(2) Estácio da Veiga — 1893 — *Ant. Mon. do Algarve*, Lisboa.

sem vestígios de qualquer ornamentação. O barro é impuro e grosseiro. A utensilagem, quer lítica, principalmente as pontas de seta, quer de cobre, é notável. No capítulo religioso são importantes os ídolos encontrados (cilindros gravados, falanges de boi gravadas, placas antropomorfas de osso, etc.), como adorno; contas de calaíte (1), e doutras matérias.

A cultura dolménica, com as suas três fases de desenvolvimento (seg. o Prof. Heleno), apresenta como aspectos dominantes as placas ídolos de ardósia, a cerâmica de tipo dolménico lisa, grande variedade de tipos de indústria lítica, assim como ausência quase total de contas de calaíte.

A cultura que pode chamar-se «mista» está representada nalgumas das grutas ou povoados entre o litoral atlântico, onde se tinha instalado a cultura do campaniforme, e a cultura dolménica. Por vezes existem mesmo dentro da área ocupada pela cultura do vaso campaniforme e, não é raro, encontrar grutas com elementos tipológicos desta cultura sem o seu vaso característico. Nesta cultura, que contém também influências almerienses, ou mais propriamente termo de passagem entre a cultura dolménica portuguesa e a cultura do vaso campaniforme, pode observar-se o seguinte: material lítico variado como na cultura dolménica, placas ídolos com os célebres báculos, botões de osso ou marfim, próprios da cultura do vaso campaniforme, raras contas de calaíte ou grande abundância conforme a sua situação em relação ao litoral (2), e cerâmica com ornamentação especial (motivos: profundas incisões, bordos golpeados, muitas faixas onduladas feitas com um pente, imitação grosseira dos chevrons

(1) O. da Veiga Ferreira — 1951 — *Os artefactos pré-históricos de calaíte e sua distribuição em Portugal*. Assoc. dos Arq. Port. «Arqueologia e História», vol. v, Lisboa.

(2) O. da Veiga Ferreira — 1951 — *Os artefactos*, etc.

do campaniforme, unhas, série de pontos feitos a punção, mas irregulares e grosseiros). A cerâmica é ordinária, a pasta grosseira, os bordos espessos, etc. Em casos raros aparece um ou outro vaso ou fragmento típico da técnica campaniforme, produto evidente de trocas ou transacções com os povos da cultura do vaso campaniforme.

O Grupo campaniforme do Baixo Tejo, é representado, especialmente, pelas estações de Palmela, de S. Pedro do Estoril, Alapraia, Carenque (grutas artificiais), Monumentos do Vale de S. Martinho (Sintra), do Barro, da Serra das Mutelas, do Cabeço da Arruda (Torres Vedras), de Monge, de Aguálva (Cacém), povoados como o de Rotura, de Chibanes, de Vila Nova de S. Pedro, de Olelas, de Liceia, etc., grutas naturais como a da Cova da Moura (Torres Vedras), a da Ribeira da Lage (Oeiras), a da Eira Pedrinha (Condeixa), etc., etc.

Esta cultura, ao fixar-se nas embocaduras do Sado, Tejo e provavelmente Mondego, progrediu sempre ao longo dos rios, ou do litoral, e trouxe consigo, além de outros produtos e influências estranhas, o vaso campaniforme.

O conjunto tipológico da cultura do vaso campaniforme traduz-se de maneira geral, pelo seguinte: cerâmica campaniforme típica, ou com inovações locais, por exemplo, o bordo de taça tipo Palmela, ou os delicados cálices ornamentados de S. Pedro do Estoril ou, ainda, as taças de Alapraia e alguns vasos de Torres Vedras (Cova da Moura), pouca variedade de instrumentos líticos, ausência de alabardas e punhais. As pontas de seta são de maneira geral compridas e elegantes, muito bem retocadas e de base côncava ou com aletas características: botões de osso ou de marfim de tradição egípcia com a forma de tartaruga e furação em V, punhais de cobre de tipo egípcio, pontas de seta de cobre de folha larga (em folha de ulmeiro), punções de cobre, raros machados delgados de cobre de tipo primitivo, abundantes contas, ber-

loques e enfeites de calaíte, ídolos de osso de gola, ídolos de calcário ornamentados ou lisos, falanges de boi gravadas e pintadas, enxós de mármore encabadas, grande utensilagem doméstica e de adorno (espátulas, alfinetes de cabeça postiça, agulhas, furadores, pequenas estatuetas zoomorfas representando roedores, etc.), crescentes de calcário, objectos em forma de pinha ou flor de palmeira, objectos de ouro (anéis em espiral, brincos, diademas, braceletes, etc.). É certo que alguns destes elementos aparecem noutras culturas da época, especialmente na que foi designada por cultura mista, mas isso é compreensível.

O que não pode deixar dúvidas, é que este conjunto tipológico acompanha o vaso campaniforme. Há outra circunstância interessante nesta cultura, em Portugal: *pertencem-lhe todas as grutas artificiais e as «tholoi»* (1).

Estas considerações, a enumeração do conjunto tipológico e a citação das jazidas, parecem-nos necessárias para se entrar na discussão do ponto crucial da presente nota, isto é, a existência ou não, da cultura do vaso campaniforme no Norte do País: Minho, Trás-os-Montes e Douro.

Citamos no início deste trabalho, a existência no Norte duma cultura eneolítica, povos da cultura megalítica portuguesa que sofreram influências possíveis da Galiza? Essas influências podem ter-se feito sentir, talvez, nos povoados castrejos dessa época. Estas, em nosso entender, devem estar nas mesmas circunstâncias das da chamada cultura mista ou de passagem assinalada, como se viu, no Sul. Numa visita que fizemos ao Norte, vimos as colecções de cerâmica colhidas em vários pontos. Já havíamos suspeitado que não pertenciam à cultura do vaso campaniforme,

(1) Georg e Vera Leisner chamam «tholoi» aos monumentos de tipo almeriense. Não partilhamos, porém, este modo de ver. (V. F., 1951, vol. XIII, fascs. 1-2 dos «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», págs. 182-183. Porto).

nem de tipo campaniforme, quando ao procurar bibliografia para o estudo do monumento de Agualva, lemos algumas notas sobre a cerâmica da Penha (Guimarães), Mairos ⁽¹⁾, Soutilha, S. Lourenço, Chaves, etc. Feita a comparação entre esses fragmentos do Norte e os da Casa da Moura (Cesareda), Gruta da Furninha (Peniche), Grutas de Cascais, etc., verificamos a sua semelhança ⁽²⁾.

Como se sabe a cerâmica destas estações não é campaniforme. Situamo-la, precisamente, na cultura mista ou de passagem. Parece-nos também que é o que se deve fazer, em relação às do Norte, em virtude de não haver outro elemento tipológico para comparação.

O facto de se encontrarem, à superfície, fragmentos cerâmicos, alguns bastante pequenos, com desenhos e ornatos que lembram os encontrados em estações da cultura do vaso campaniforme, nada demonstra. Lembramos, por exemplo, alguns ornatos da cerâmica castreja do norte e sua técnica. Por outro lado, o exame da pasta e fabrico manual ou à roda, também não determina de forma nenhuma, que a cerâmica seja Eneolítica, do Bronze pleno ou castreja (idade do Ferro ou Bronze-Ferro). Podem-se encontrar no Eneolítico, como em períodos mais avançados, cerâmicas com ornatos lembrando os do campaniforme e com pasta grosseira manual. (Nos arredores de Lisboa, onde

(1) J. R. dos Santos Júnior, 1933 — *A cerâmica campaniforme de Mairos (Trás-os-Montes)*, «Sep. do vol. de Homenagem a Martins Sarmiento», Guimarães.

(2) A vinda a Portugal do Prof. Alberto del Castillo, especialista das culturas do vaso campaniforme, veio corroborar a nossa opinião quanto às cerâmicas do Norte. Com efeito, este Professor, no regresso da sua visita ao Norte do País, disse-nos que na realidade podíamos afirmar que a cerâmica ornamentada das estações do Norte de Portugal, embora muito interessante, nada tinha de campaniforme. Alberto del Castillo, 1928 — *La cultura del vaso campaniforme*, Barcelona. Idem, 1954 — *El vaso campaniforme*, Madrid.

a cultura do vaso campaniforme atingiu o seu maior desenvolvimento, ainda hoje se vêem nas olarias «saloias» tipos de vasos — sobretudo vasos de flores — com forma e ornatos campaniformes, evidentemente mais perfeitos. De qualquer forma, vê-se perfeitamente, essa sobrevivência que se arrastou ao longo de 4.000 anos, apesar de todas as invasões posteriores e de toda a espécie de vicissitudes. É um elemento real a ponderar, nestes complicados problemas prehistóricos).

Evidentemente que as cerâmicas ornamentadas do Norte podem ser eneolíticas, estamos certos disso, mas não são da cultura do vaso campaniforme. Continuamos a estar de acordo com os sábios Professores Bosch Gimpera, Mendes Corrêa, Alberto del Castillo e Padre Jalhay, etc., dizendo que a cultura do vaso campaniforme, Grupo português, veio instalar-se nas embocaduras do Sado e Tejo, por via marítima vinda da Andaluzia. Aqui se fixou, e como a arqueologia bem documentada demonstra, não ultrapassou o vale do Mondego povoando a área da Eira Pedrinha (Condeixa) e subindo até ao Seixo?

São estas pois, as conclusões que a prehistória nos permite dizer, quanto à cultura do vaso campaniforme em Portugal no estado actual da nossa investigação arqueológica.

A concluir podemos dizer com E. Jalhay (1) «ao despontar do segundo milénio antes de Cristo ou talvez antes (2), já um povo de navegantes cruzava as nossas costas do Atlântico, e as punha em comunicação com a Andaluzia por uma parte, com a Galiza, com a Bretanha, com a Irlanda por outra».

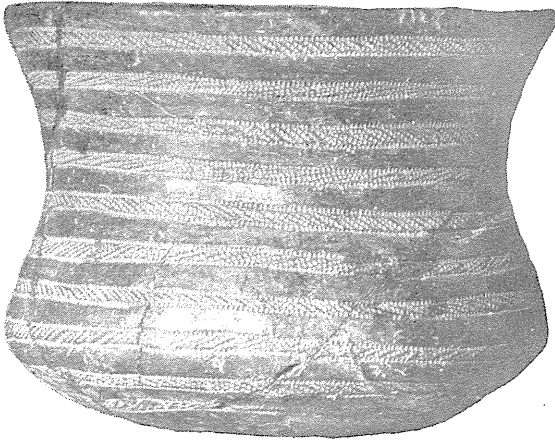
(1) E. Jalhay — 1936 — *A cerâmica eneolítica de Alapraia e a cultura do vaso campaniforme*. «Brotéria», vol. XXIII, fasc. 5, Lisboa.

(2) Jalhay cita o Prof. Bosch Gimpera, 1928. *O neo-eneolítico na Europa ocidental e o problema da sua cronologia*. «Trab. Soc. Port. Antrop. Etnol.», vol. III, fasc. IV, Porto.

Esse povo ao chegar às nossas costas, encontrou o indígena dos vales do Sado e Tejo e possivelmente Mondego, cruzou-se com ele, e contribuiu também para a grande heterogeneidade que já existia no Neo-eneolítico, como fruto, segundo o Prof. Mendes Corrêa, do refluxo de várias migrações humanas sucedidas já no Paleolítico superior e Mesolítico (1).

(1) A. Mendes Corrêa — 1928 — *A Lusitânia pré-romana*. «História de Portugal», 2.^a parte, Barcelos.

As fotografias dos vasos de S. Pedro do Estoril são da autoria do Sr. Eng.º Abreu Nunes, a quem muito agradecemos. Todas as outras são do autor. Agradecemos também aos Directores do Museu Regional de Torres Vedras todas as facilidades concedidas, assim como ao Presidente da Junta de Turismo de Cascais.



1



2

- 1 — Vaso de Alapraia (seg. Jalhay e Paço). Cerca de $\frac{1}{2}$ do tamanho natural;
2 — Vaso de S. Pedro do Estoril (fotografias cedidas pela Junta de Turismo de Cascais. Cerca de $\frac{2}{3}$ do tamanho natural.



3

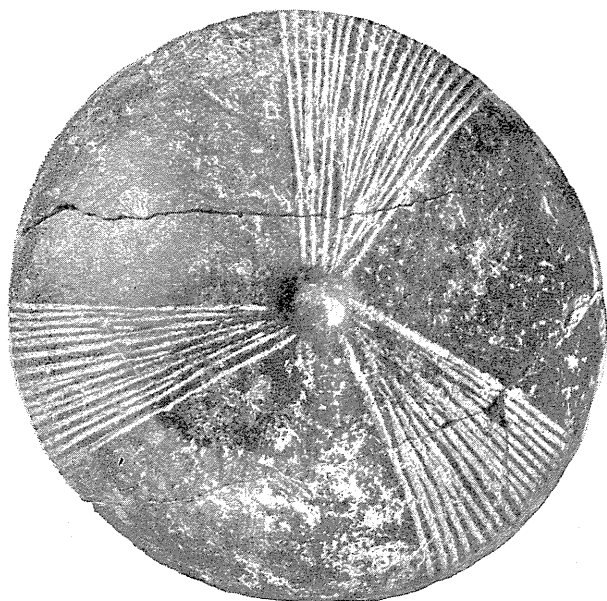


4

3 e 4 — Taça da Cova da Moura (Torres Vedras). Cerca de $\frac{2}{3}$ do tamanho natural. Publicação gentilmente autorizada pelo Museu de Torres Vedras.

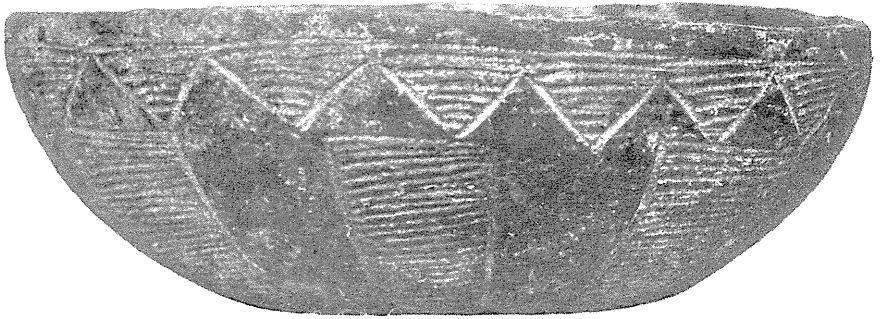


5

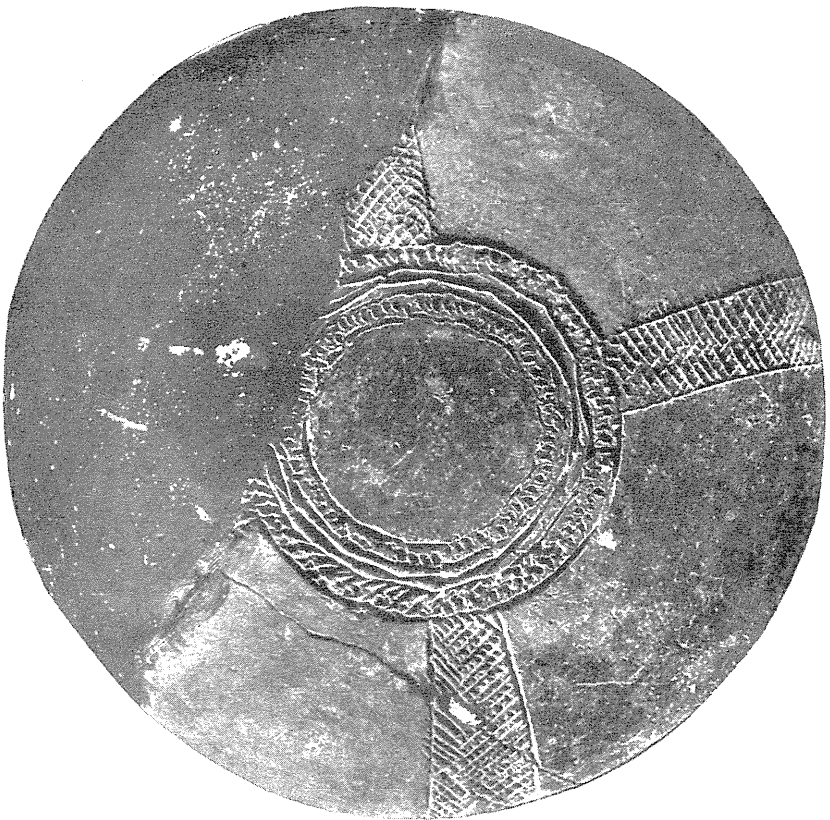


6

5 e 6 — Vaso de Alapraia (segundo Jalhay e Paço). Cerca de $\frac{2}{3}$ do tamanho natural.

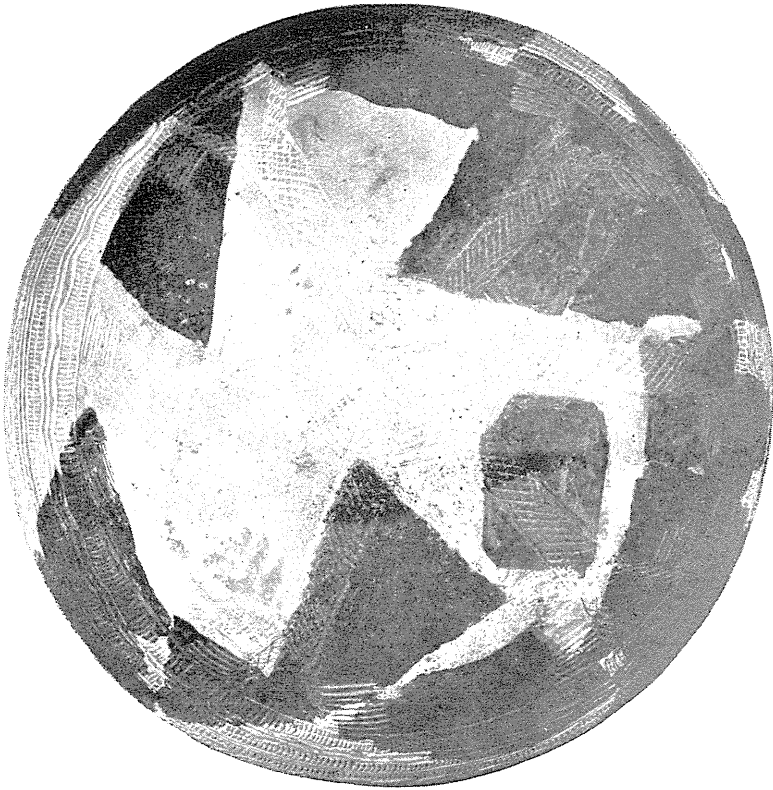


7

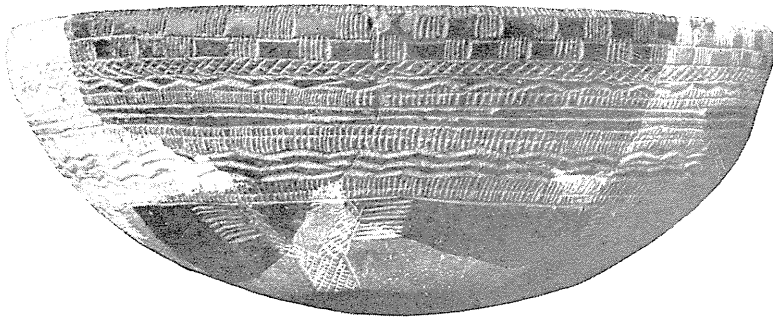


8

7 e 8 — Grande taça de S. Pedro do Estoril. Cerca de $\frac{1}{2}$ do tamanho natural.



9

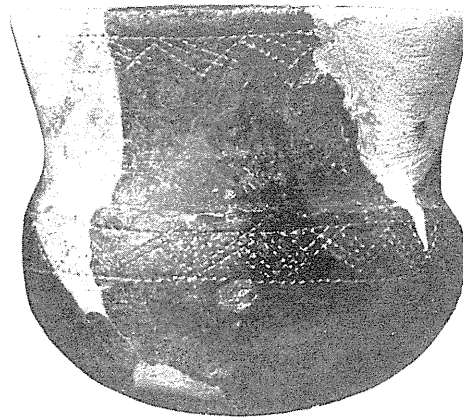


10

9 e 10 — Grande taça da Cova da Moura (Torres Vedras). Cerca de $\frac{1}{2}$ do tamanho natural.



11



12

11 — Pequeno vaso de Vila Nova de S. Pedro (seg. Jalhay e Paço). Cerca de $\frac{2}{3}$ do tamanho natural; 12 — Pequeno vaso da Cova da Moura. Cerca de $\frac{2}{3}$ do tamanho natural.

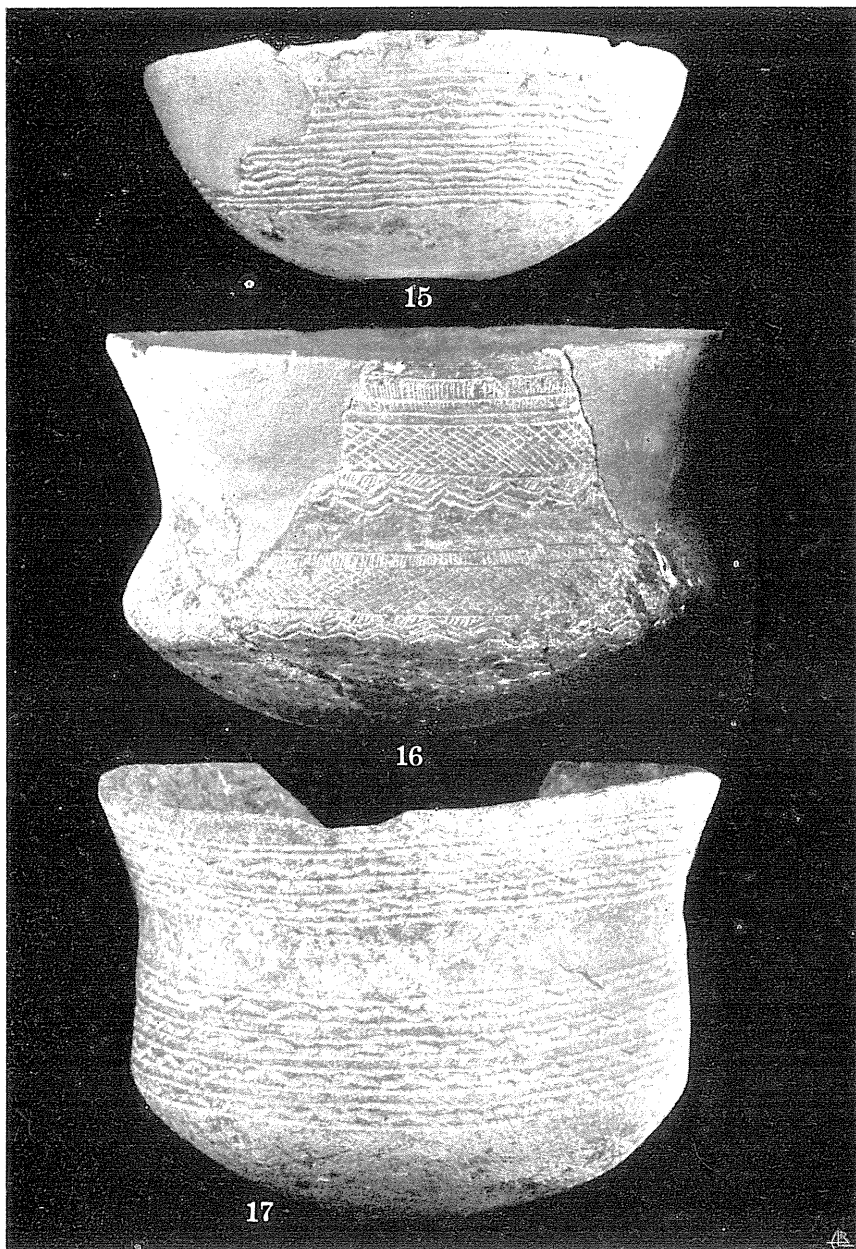


13

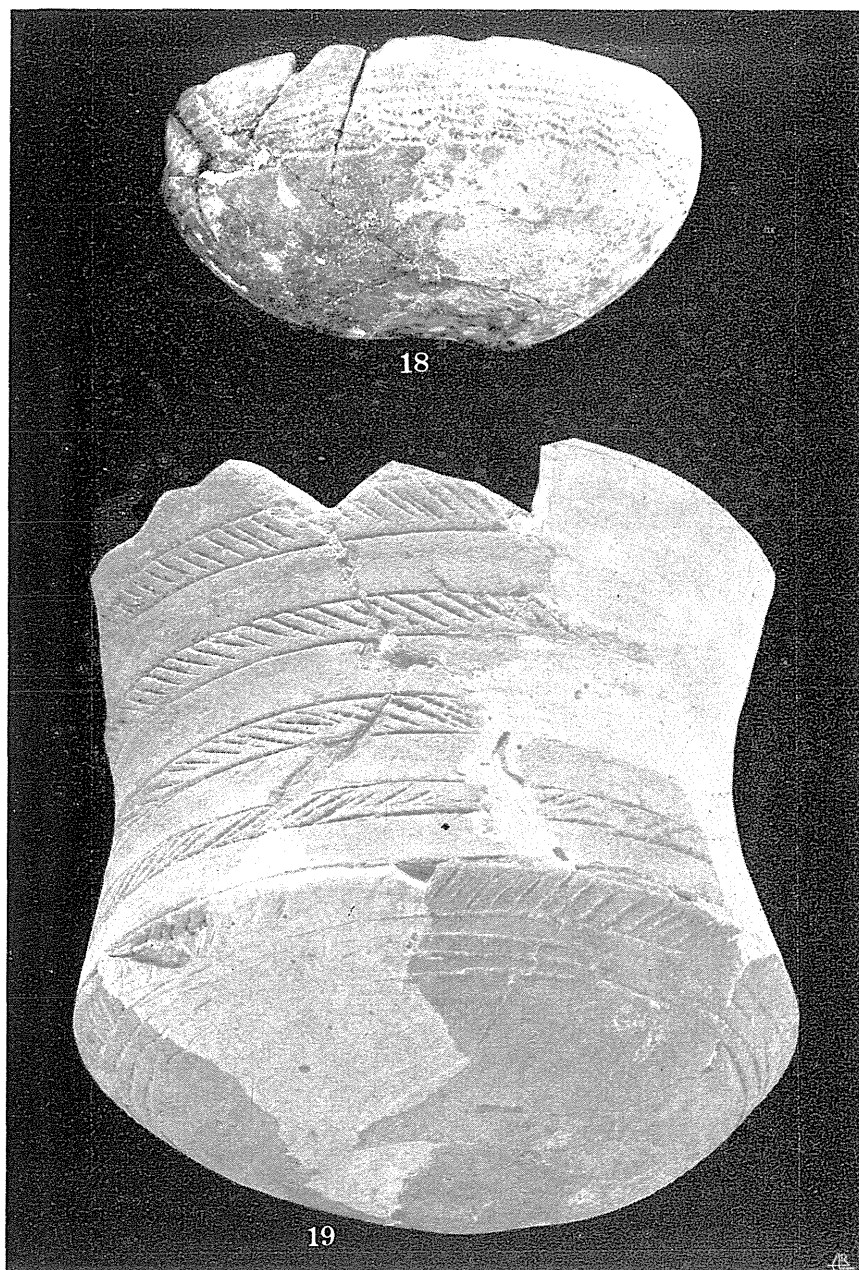


14

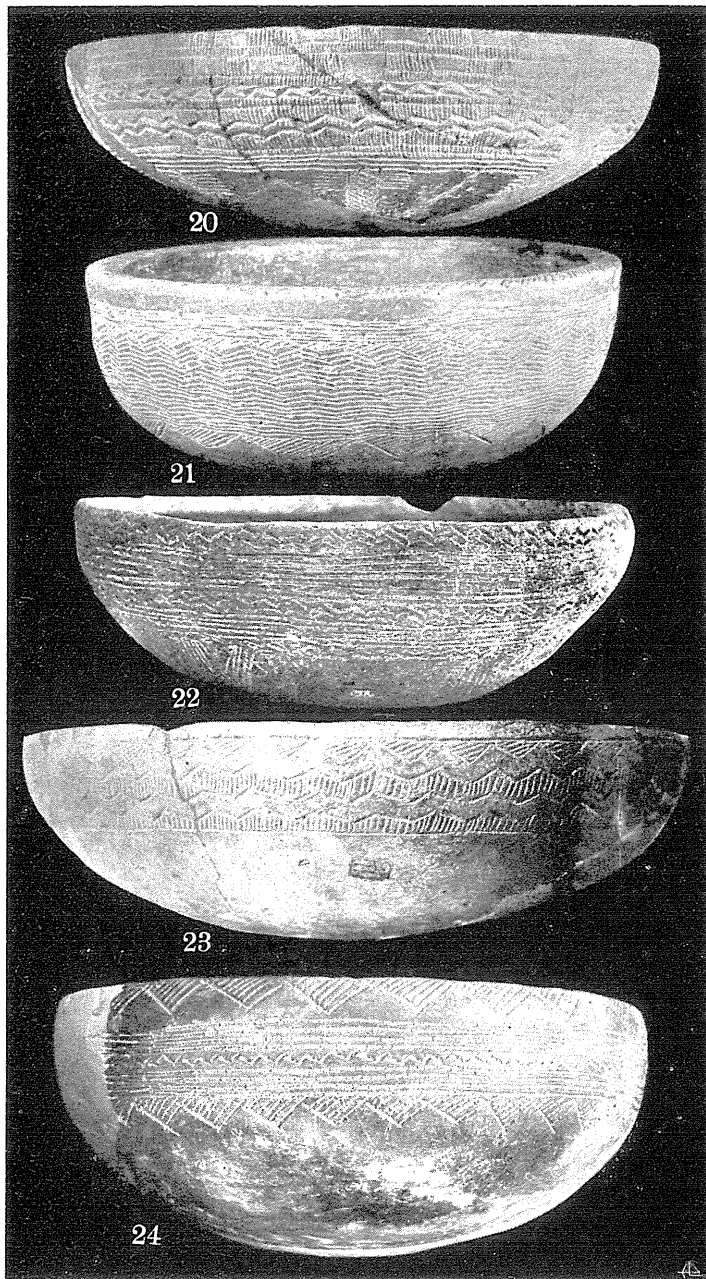
13 — Vaso de Vila Nova de S. Pedro (seg. Jalhay e Paço). Cerca de $\frac{2}{3}$ do tamanho natural; 14 — Vaso de S. Pedro do Estoril. Cerca de $\frac{2}{3}$ do tamanho natural.



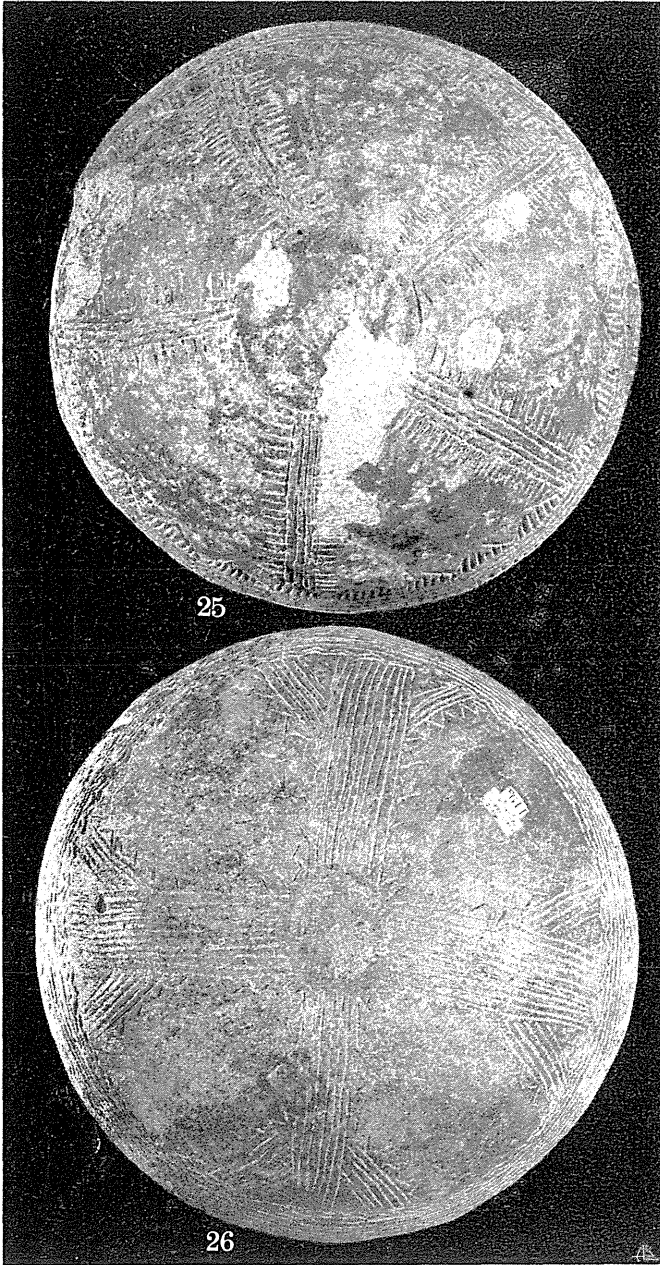
15 — Pequena taça de Palmela (coleção dos Serviços Geológicos de Portugal). Cerca de $\frac{2}{3}$ do tamanho natural; 16 — Vaso de Palmela (coleção dos Serviços Geológicos de Portugal). Cerca de $\frac{2}{3}$ do tamanho natural; 17 — Vaso de Palmela (coleção dos Serviços Geológicos de Portugal). Cerca de $\frac{2}{3}$ do tamanho natural.



18 — Pequena taça de Palmela (colecção dos Serviços Geológicos de Portugal). Cerca de $\frac{2}{3}$ do tamanho natural; 19 — Vaso da «Tholos» do Cabeço da Arruda (Torres Vedras). Cerca de $\frac{2}{3}$ do tamanho natural.



20 — Grande taça de Palmela (coleção dos Serviços Geológicos de Portugal). 225 mm de abertura; 21 — Taça de Palmela (coleção dos Serviços Geológicos de Portugal). 165 mm de abertura; 22 — Grande taça de Palmela (coleção dos Serviços Geológicos de Portugal). 210 mm de abertura; 23 — Grande taça de Palmela (coleção dos Serviços Geológicos de Portugal). 280 mm de abertura; 24 — Grande taça da Eira Pedrinha (seg. Mendes Corrêa e Carlos Teixeira). 230 mm de abertura.



25 — Taça de Palmela (colecção dos Serviços Geológicos de Portugal), 120 mm. de abertura. 26 — Fundo da taça n.º 22 deste trabalho.



27



28



29

27 — Grande taça de pé (cáliz) de S. Pedro do Estoril. 230 mm de abertura;
28 — Vaso de S. Pedro do Estoril. 160 mm de abertura; 29 — Fundo do vaso anterior.

Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique

Relance das explorações nas necrópoles da Idade do Bronze, do ano de 1937 ao de 1949

POR

Abel Viana, Octávio da Veiga Ferreira
e José Formosinho

Na ordem do tempo, será este o sexto trabalho de carácter geral publicado acerca das nossas pesquisas nas Caldas de Monchique mas, se as circunstâncias de exequibilidade, no campo material, o tivessem permitido, ele haveria aparecido em quarto lugar, tornando desnecessária a publicação do quinto, em que resumimos os resultados das investigações de 1948 e 1949.

Para mais cabal esclarecimento, explicaremos:

As primeiras escavações nas Caldas, motivadas na identificação, por A. Viana, dos primeiros túmulos, ocorreram em Maio de 1937. Procederam a elas este mesmo signatário do presente relato e J. Formosinho, do que resultou a publicação do artigo intitulado *Arqueologia pré-histórica do concelho de Monchique* (1), por ambos subscrito.

Seguiram-se as explorações de Veiga Ferreira e J. Formosinho, desde Dezembro de 1945 a Setembro de 1947, e os estudos pelos mesmos firmados — *Estação Pré-histórica do Buço Preto*

(1) Vid. «Ethnos», II, 369-389. Lisboa, 1942.

ou Esgaravatadouro ⁽²⁾ e *As estações da Idade do Bronze, Visigótica e Romana (Baixo Império) de Alcaria — Caldas de Monchique* ⁽³⁾.

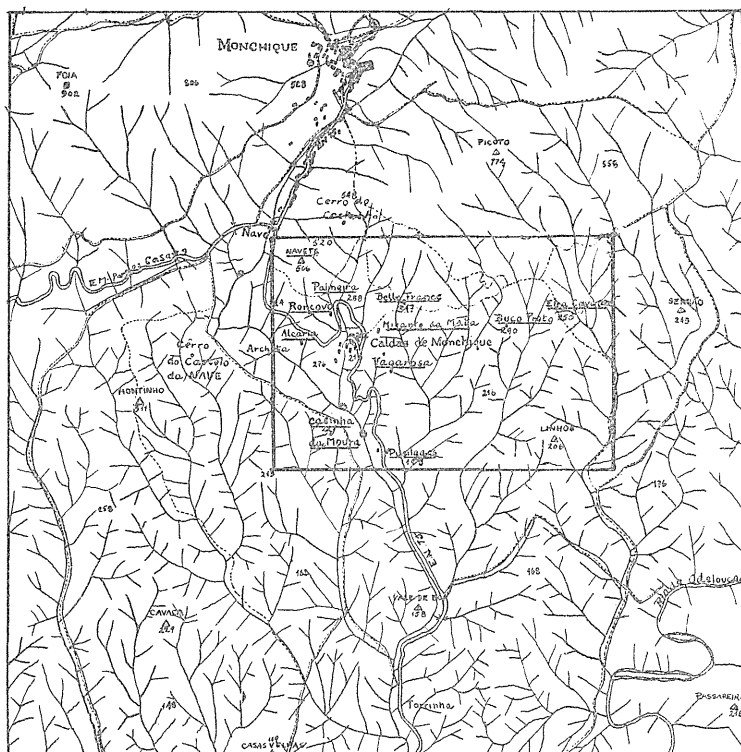


Fig. 1 — Estações arqueológicas das Caldas de Monchique (pela Carta de 1/50.000, do Instituto Geográfico e Cadastral).

Finalmente, em Setembro de 1947, A. Viana tornou às Caldas de Monchique, a fim de colaborar, agora, com os dois restantes signatários, e as publicações sucederam-se do seguinte

⁽²⁾ De V. Ferreira, in «Revista do «Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores», n.º 3, págs. 89-95. Lisboa, 1946.

⁽³⁾ De J. Formosinho e V. Ferreira, na mesma Revista, n.º 23 (1948).

modo: *Duas raridades arqueológicas* (4), *Restos de caminhos romanos nas Caldas de Monchique* (5), *O conjunto visigótico de Alcaria — Caldas de Monchique* (6), *Necropolis de las Caldas de Monchique* (7), *Nuevas contribuciones para el conocimiento de la Edad del Bronce del Algarbe — Las necropolis de las Caldas de Monchique* (8), *Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique — Investigações de 1948-1949* (9), *Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique* (10).

Este último trabalho, porém, embora resumindo as investigações decorrentes desde 1937, tratou, em especial, das escavações e estudos feitos entre 1945 e 1947, pelo que, portanto — e aqui importa apenas referir o respeitante à Idade do Bronze —, os estudos, segundo o tempo em que foram redigidos e consoante a sucessão das campanhas exploratórias, e não pelas datas em que foram publicados, devem ser considerados pela ordem seguinte:

— *Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique*, Porto, 1953.

— *Nuevas contribuciones para el conocimiento de la Edad del Bronce del Algarbe*, Cartagena, 1950.

— *Necropolis de las Caldas de Monchique*, Madrid, 1949.

— *Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique — Investigações de 1948 e 1949*. Lisboa, 1950.

(4) *Idem*, n.º 24. Lisboa, 1948.

(5) *Idem*, n.º 29-30. Lisboa, 1948.

(6) *Idem*, n.º 33-34. Lisboa, 1949.

(7) « *Archivo Español de Arqueología* », n.º 77, Madrid, 1949.

(8) « *Cronica del I Congreso Arqueologico Nacional y del V Congreso Arqueologico del Sudeste (Almeria, 1949)* ». Cartagena, 1950.

(9) « *XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências* », tomo VIII. Lisboa, 1950.

(10) « *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* », XIV, Porto, 1953. Págs. 66 a 225.

Esta prevenção tornava-se conveniente, a fim de evitar confusões, principalmente as que podem ser suscitadas pela data da saída a público do volumoso relato de 1953.

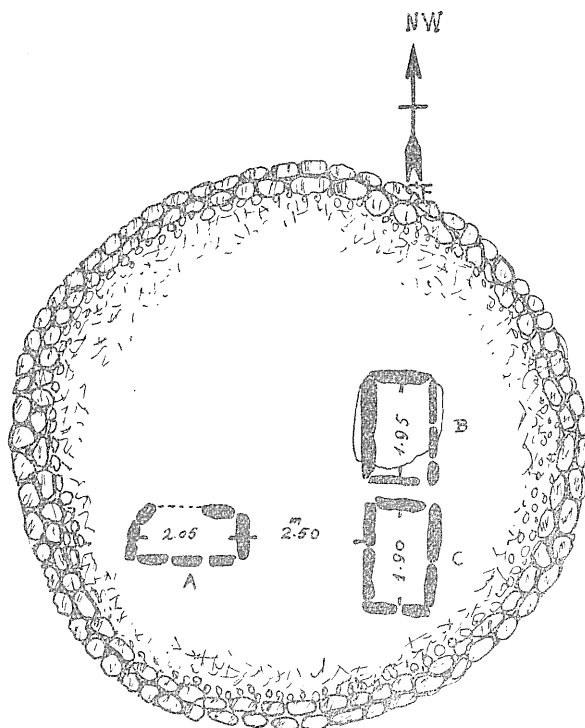


Fig. 2 — *Necrópole do Buço Preto ou Esgravatadoiro* — Planta da Mamoia que encerrava três sepulturas. A sepultura B continha contas pequenas. A sepultura A continha machados, enxós e duas lâminas de sílex assim como fragmentos cerâmicos.

A breve síntese de quanto se fez nas Caldas desde Março de 1947 até Outubro de 1949 está contida na comunicação apresentada ao XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (Lisboa, 1950), ou seja, na última publicação acima citada. Tal comunicação, todavia, por motivos contrários aos

nossos desejos, não teve número suficiente de gravuras, sendo certo que estas são de todo o ponto imprescindíveis à clareza do trabalho, à boa compreensão das descrições.

Pelas razões expostas, isto é, pela falta de correspondência cronológica entre as sucessivas tarefas exploratórias e a publica-

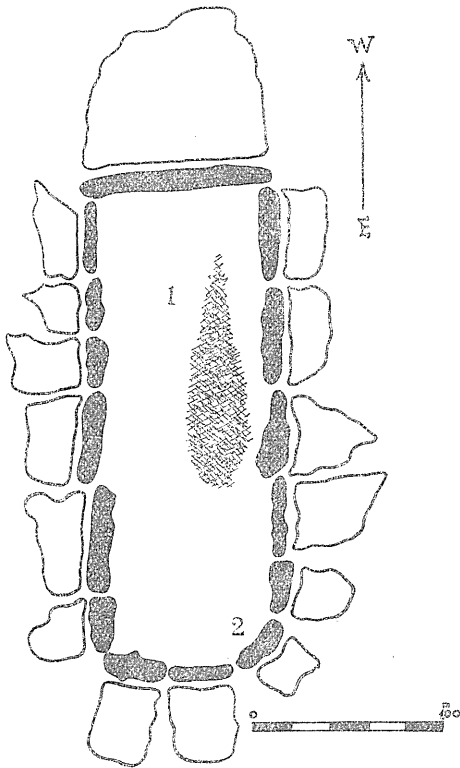


Fig. 3 — Túmulo n.º 1 da Eira Cavada.

ção dos respectivos relatos, e pela insuficiência de gravuras elucidativas de que enferma a notícia correspondente à derradeira campanha ali efectuada, estas duas razões, repetimos, levam-nos à preparação do presente artigo, no qual mais nitidamente, embora de maneira muito sucinta, se verá, em todo seu conjunto,

qual foi a nossa actividade nas necrópoles da Idade do Bronze por nós descobertas e estudadas nas Caldas de Monchique.

*

Os monumentos funerários que exploramos nas Caldas pertencem à 1.^a e à 2.^a Idade do Bronze Mediterrânico. O primeiro período está representado por cistas megalíticas, em muitos casos formando como que pequenas galerias cobertas, sempre inclusas em mamoadas cujo diâmetro, em média, anda por cerca de 10 metros.

Estas mamoadas estavam mais ou menos arrasadas, mas calculamos em cerca de 4 metros a sua altura primitiva. Acerca da contextura de túmulos e mamoadas, julgamos ter dito o bastante noutros trabalhos nossos. Quanto às mamoadas dos túmulos escavados em 1948 e 1949, vejam-se as Ests. I, I-III, 4 e VI, 1 e 4, aqui insertas. Cada mamoadinha continha seu túmulo, mas houve uma que cobria três (Fig. 2).

Nos trabalhos antecedentes, pormenorizamos, também, o que de essencial havia a dizer a respeito da arquitectura das caixas tumulares, com excepção das que exploramos no decurso de 1948-1949.

Trata-se, pois, de um período enquadrado na chamada *cultura dolménica* (2000-1700 a. C.).

O outro período está representado por cistas de tipo argárico, mais ou menos agrupadas em alinhamentos paralelos entre si, no estilo das que aparecem por quase todo o Baixo Alentejo e no Algarve, abundantíssimas em determinados pontos.

Explorações anteriores a 1948

Como foi tudo já descrito nas supracitadas publicações, limitar-nos-emos, agora, à simples enumeração das estações, monu-

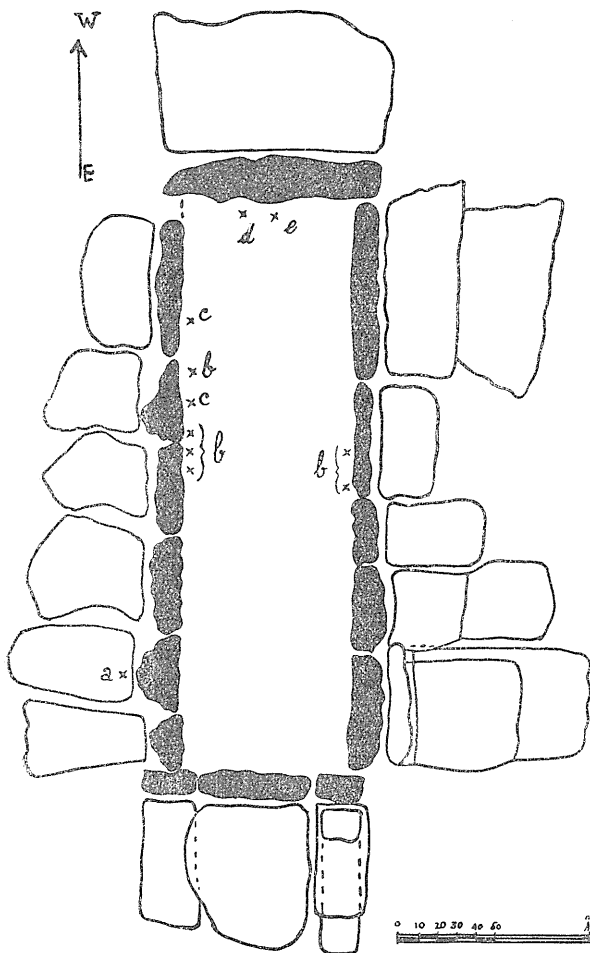


Fig. 4 — Túmulo n.º 6 do Buço Preto.

mentos e espólios. Na Fig. 1 pode verificar-se a localização de cada sítio mencionado.

Roncovo, Rincovo ou Rencovo. Um túmulo megalítico destruído em 1937, por motivo de trabalhos agrícolas. Colheram-se dois machados de pedra polida, uma enxó e dois ídolos-placas, de xisto.

Olival de Júdice Samora. Restos de um túmulo megalítico muito desmantelado. Observado em 1937.

Buçó Preto, ou Esgaravatadouro. Cinco túmulos explorados em 1937 e 1945. Espólio recolhido: 6 machados, 7 enxós, duas goivas, 9 facas e fragmentos de facas, 5 micrólitos trapezoidais, um furador de sílex, uma lasca de sílex afeiçoada em ponta; 28 pequeninas contas discóides, de xisto cinzento-escuro; uma conta de colar, grande, de calafte; alguns pequenos fragmentos de vasos cerâmicos.

Achado isoladamente: um machado de grandes dimensões.

Palmeira. Dezasseis túmulos. Espólios: 25 machados de pedra polida; 23 enxós, 3 goivas, um escopro, um duplo cinzel; 33 facas de sílex e outras rochas, umas inteiras, outras fragmentadas e incompletas; um fragmento de serra de sílex; 55 micrólitos trapezoidais, 2 micrólitos triangulares; metade de uma ponta de serra, de sílex; uma lâmina de sílex, uma lâmina de quartzo, um braçal de arqueiro, de xisto; um enfeite de colar, de serpentina; um pingente de colar, trapezoidal, de barro; 3 contas grandes de calaíte, 4 de serpentina e duas de xisto; 1.460 pequeninas contas discóides, de xisto; 3 pequenas pedras que serviram de mós e duas que foram utilizadas como pilões; 20 urnas de barro, completas ou quase e muitos fragmentos de outras; um fragmento de caixa de barro, oblonga; um fragmento de tampa de um vaso de barro idêntico ao atrás citado.

Achados soltos: 4 machados, uma enxó e um percutor.

Quinta da Francesa, ou Belle-France. Três túmulos. Espólio: Um machado de pedra polida; 6 facas e fragmentos de facas de sílex; 2 micrólitos trapezoidais; duas lascas de basanita e uma

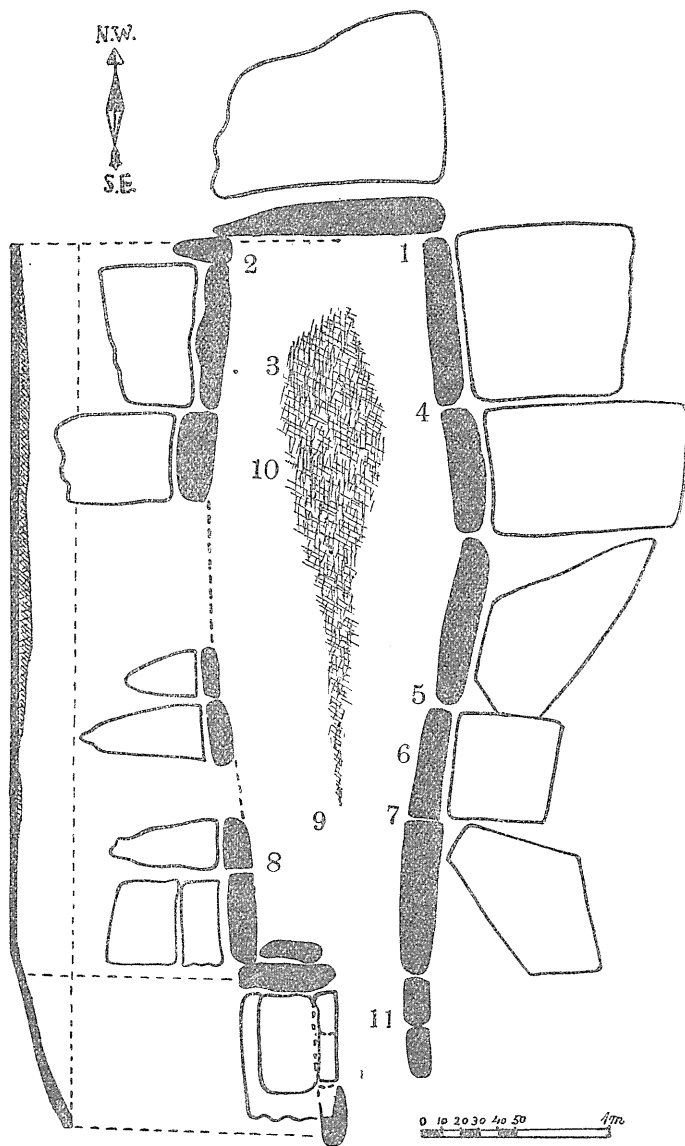


Fig. 5 — Túmulo n.º 7 do Buço Preto: (1, 2, 3, 5, 7, 9 e 11) — Pontas de seia e micrólitos trapezoidais; (10) — Ídolo-placa, de xisto; (3 e 9) — Pequenas contas discóides; (1, 7 e 8) — Facas; (4, 5, 6, 7 e 8) — Machados; (4) — Bloco de hematite (corante vermelho).

de anfibolite, esta afeçoada em furador; um pequeno núcleo de sílex; um machado de cobre, partido no talão e envolto numa

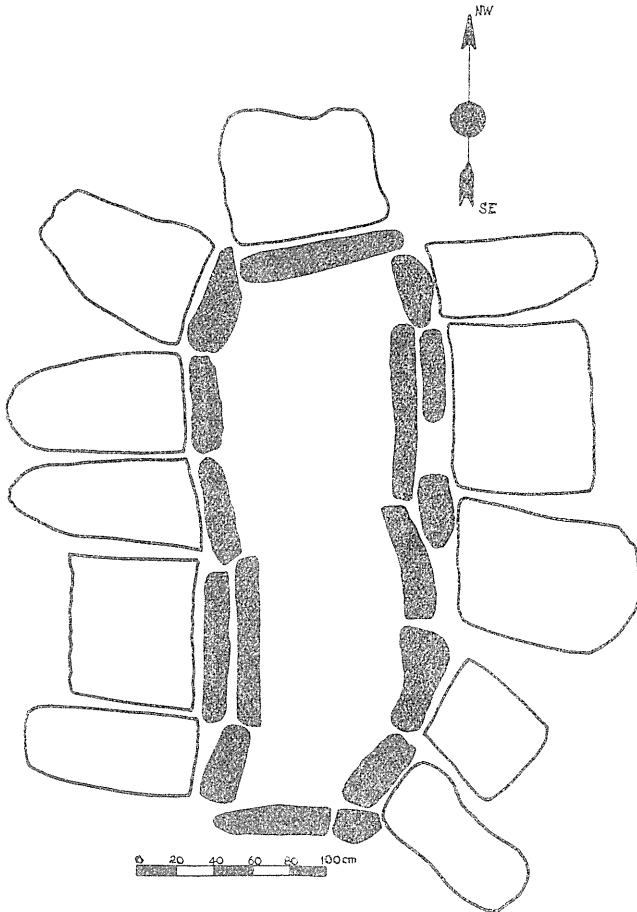


Fig. 6 — Túmulo n.º 1 da necrópole do Mirante da Mata, Caldas de Monchique.

pequena tira de pano de linho; diversos pequenos fragmentos de vasilhas de barro, entre os quais um com protuberâncias mami-lares.

Navete. Um túmulo, no qual nada se encontrou, apesar de parecer inviolado e de apresentar a mamoa muito bem construída e conservada.

Achados isolados na área em redor: 2 machados e um escopro.

Alcaria. Vinte e uma cistas de tipo argárico. Uma delas fora aproveitada na época do domínio visigótico e tinha como espólio uma sertã de cobre; um punhal, uma fivela e um anel de bronze; uma lança de ferro.

Nas restantes, assim como no espaço intercalar das cistas, achou-se o seguinte: duas urnas cerâmicas, quase completas, e muitos fragmentos de outras; três punhais de cobre; uma serra de sílex; um pendente de barro vermelho, com o feitio de sanguessuga, ou de pequenino chouriço, análogo aos de bronze, com a mesma forma e da mesma época.

Mirante da Mata. Quatro cistas abertas em 1927 por um indivíduo da localidade, dono do terreno. Apenas pudemos observá-las em 1937, e examinar alguns objectos delas provenientes: três urnas, uma delas de grandes dimensões, carenada e ornada de mamilos.

Pocilgais. Uma cista. Continha uma pequena urna com decoração incisa.

Vagarosa. Duas cistas, sem espólio.

Casinha da Moura, ou Ladeira Formosa. Uma cista, sem espólio.

Investigações de 1948

As escavações deste ano realizaram-se de 6 a 14 de Julho. Os locais pesquisados foram o *Buço Preto* e, centenas de metros para Leste, a *Eira Cavada*.

No primeiro, exploramos:

TÚMULO N.º 7 DO BUÇO DO PRETO. — A nordeste dos túmulos escavados em anos antecedentes, ocupando um pequeno cabeço e oculta por espessa moita de medronheiros, estava uma

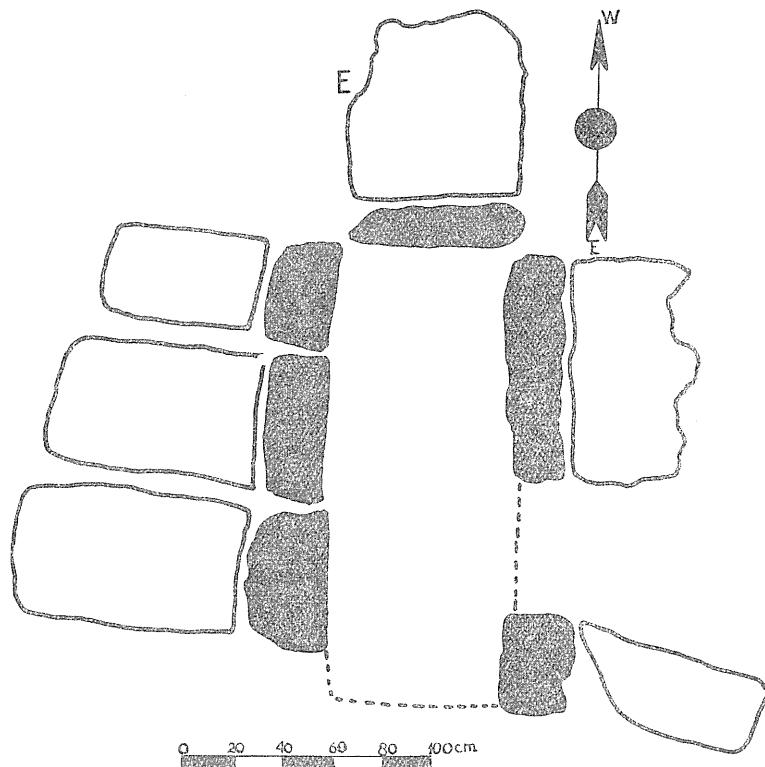


Fig. 7 — Túmulo n.º 2 da necrópole do Mirante da Mata, Caldas de Monchique.

avultada mamoa, regularmente conservada. Nela se nos deparou um grande túmulo, diferente dos de todos os tipos até então descobertos naquela zona do Algarve.

Quer pelo tamanho, quer pelas dimensões, quer pelo mobiliário fúnebre, assemelha-se à famosa galeria coberta de Nora,

também no Algarve. Assim, tal como aquela, este monumento do Buço Preto mostra, igualmente, uma cripta trapezoidal (Fig. 5) precedida de um átrio rectangular cujo acesso era feito por um pequeno corredor. Entre o corredor e o átrio, atravessava-se uma laje, a servir de porta.

O túmulo tem 4^m,90 de comprimento e 1^m,30 de largura máxima. A maior altura dos esteios é de 1 metro.

Pela parte interna destes, próximo da entrada, acharam-se as três pedras triangulares que apresentamos na Est. IV, n.º 4. Nas Ests. I, II, III e IV mostramos numerosos pormenores da construção deste túmulo, sem dúvida um dos mais notáveis da região das Caldas de Monchique, até mesmo do Algarve.

O mobiliário fúnebre dispunha-se pela maneira por que vai indicado na planta (Fig. 5): n.ºs 1, 2, 3, 5, 7, 9 e 11 — pontas de seta e micrólitos trapezoidais; 3 e 9 — pequeninas contas discóides; 4 a 8 — machados; 4 — bloco de hematite; 10 — ídolo-placa, de xisto. A mancha longitudinal no meio da câmara representa afloramento rochoso.

O espólio obtido foi o seguinte:

Comprido machado, de secção quase cilíndrica. Comprimento 0^m,246; espessura máxima, quase a meio 0^m,050 e 0^m,057 (Fig. 10, n.º 1; Est. IX, 1).

Pequeno machado, muito espesso. Comp. 0^m,074; larg. 0^m,0455; espes. 0^m,031 (Fig. 11, n.º 2; Est. X, 7).

Enxó bastante larga e um pouco dissimétrica. Comp. 0^m,0675; larg. 0^m,039; espes. 0^m,015 (Fig. 11, n.º 3; Est. X, 12).

Enxó estreita, com pequeno gume. Comp. 0^m,083; larg. 0^m,029; espes. 0^m,0135 (Fig. 11, n.º 4; Est. X, 3).

Enxó com extensas mutilações em um dos flancos. Comp. 0^m,095; larg. 0^m,0495; espes. 0^m,0185 (Fig. 15, n.º 23; Est. X, 5).

Vinte pontas de seta, de sílex. Dimensões de algumas: n.º 1 — altura 0^m,028, base 0^m,014; n.º 2 — 0^m,032 × 0^m,015; n.º 5 —

$0^m,027 \times 0^m,014$; n.º 6 — $0^m,019 \times 0^m,012$; n.º 17 — $0^m,033 \times 0^m,012$; n.º 18 — $0^m,017 \times 0^m,007$; n.º 26 — $0^m,034 \times 0^m,015$

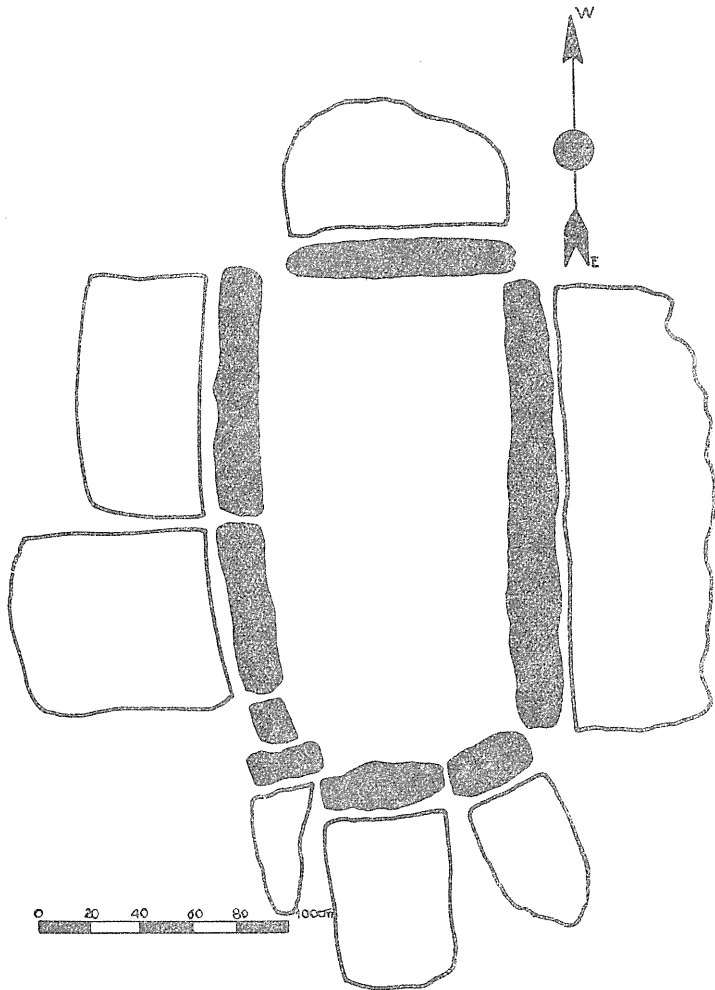


Fig. 8 — Túmulo n.º 2 da necrópole da Eira Cavada, Caldas de Monchique.

(Fig. 18; Est. XI, 1 a 8, 10 a 12 e 16. Não foram fotografados os n.ºs 10 e 14).

Quatro micrólitos trapezoidais, com as seguintes dimensões:

Base maior 0^m,026; b. menor 0^m,008; altura 0^m,013; espes. 0^m,003.

Base maior 0^m,018; b. menor 0^m,0035; alt. 0^m,0095; espes. 0^m,002.

Base maior 0^m,029; b. menor 0^m,010; alt. 0^m,015; espes. 0^m,002.

Base maior 0^m,017; b. menor 0^m,009; alt. 0^m,008.

(Fig. 18, n.ºs 15 e 17; Fig. 19, n.ºs 19 e 24; Ests. XI, 13 e XII, 4. Os outros dois não foram fotografados).

Metade superior de uma faca de sílex, com um dos bordos retocado à mansira de serra. Comp. 0^m,047; larg. 0^m,012 (Fig. 19, n.º 21; Est. XII, 8).

Dois fragmentos de facas, com 0^m,015 e 0^m,018 de largura, respectivamente (Fig. 19, n.ºs 22 e 23; Est. XII, 9 e 10).

Quatro pontas de sílex que podiam ter servido de pequenos furadores, ou de pontas de seta. Dimensões:

Comp. 0^m,023; larg. 0^m,0095; espes. 0^m,002.

Comp. 0^m,017; larg. 0^m,0095; espes. 0^m,0065.

Comp. 0^m,026; larg. 0^m,0115; espes. 0^m,0035.

Comp. 0^m,031; larg. 0^m,006; espes. 0^m,003.

(Fig. 19, n.ºs 18, 18-a, 20 e 25; Est. XI, 9, 16 e 19. A 18-a não foi fotografada).

Lasca de sílex com uma das extremidades afeiçãoada em raspadeira. Comp. 0^m,028; larg. 0^m,015 (Fig. 20, n.º 5; não foi fotografada).

Lasca residual, de sílex branco zonado de roxo. Comp. 0^m,0255; larg. 0^m,014; espes. 0^m,006 (Fig. 18, n.º 10; não foi fotografada).

Vinte pequeninas contas discóides, de xisto negro (Fig. 20, n.º 13-a; Est. XII, 16).

Uma conta de calaíte, muito grosseira. Alt. 0^m,009; diâm. 0^m,011 (Fig. 20, n.º 11; Est. XII, 14).

Uma pequenina conta chata, de concha de marisco (Fig. 20, n.º 13; Est. XII, 15).

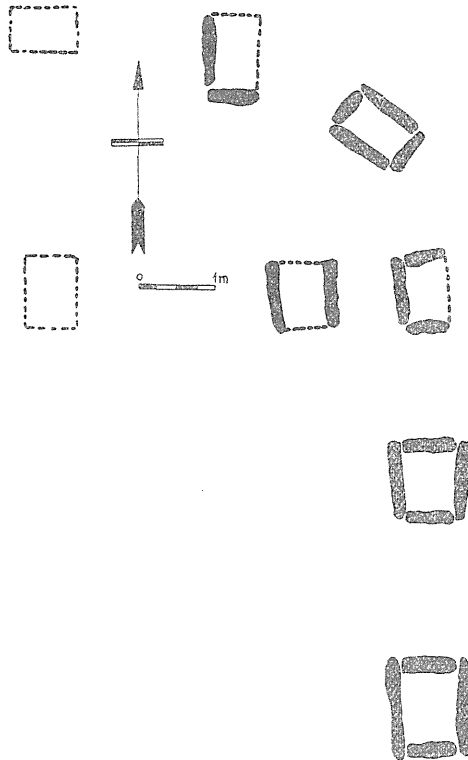


Fig. 9 — Planta da necrópole da Vagarosa, Caldas de Monchique.

Um fragmento de ídolo-placa, de xisto. Dimensões actuais: Alt. 0^m,067; larg. 0^m,059; espes. 0^m,005 (Figs. 16 e 17; Est. XII, 17).

Um bloco de hematite (xisto ferruginoso hematítico) de contorno elipsoidal, irregular mas de espessura quase uniforme.

Tem uma face alisada. Tinge de vermelho intenso, vivo. Comp. 0^m,150; larg. máx. 0^m,0805; espes. máx. 0^m,061.

TÚMULO N.º 6 DO BUÇO PRETO. — (Fig. 4; Ests. III, 3, 4, 5 e 6; IV, 2).

Duas centenas de metros a sudoeste do túmulo n.º 7, viam-se aflorar os topos dos esteios mais altos do túmulo a que demos o número 6. Se na ordem da descrição antecipamos a daquele, foi porque a importância, ou interesse arqueológico, do n.º 7 é muito maior.

A porção cimeira da mamoa havia já desaparecido. Feita a escavação, deparou-se-nos mais um túmulo de planta rectangular, com 3 metros de comprido por 0^m,80 a 0^m,90 de largura.

Conforme a regra, um dos topos era formado por uma só laje, de 1^m,10 de comprimento e 0^m,70 de altura. Na outra extremidade, uma laje, também bastante larga, estava apoiada, de cada lado, em um esteio estreito, funcionando estes como ombreiras e aquela de porta.

Um dos esteios laterais do lado direito da porta era reforçado exteriormente por um esteio mais baixo.

Apesar da relativa grandeza deste túmulo, pouco dentro dele se encontrou. Ao consolidarmos, no lado esquerdo, o segundo esteio a contar da entrada, ou seja, do topo oriental, surgiram-nos onze instrumentos de pedra polida (sete machados e quatro enxós) sobrepostos entrecruzadamente, dois a dois.

A posição dos objectos era como se vê na Fig. 4: *a*) machados e enxós; *b*) micrólitos trapezoidais; *c*) facas, de tipo vulgar; *d*) alisador; *e*) faquinha espessa, de rocha negra.

Eis a descrição do material recolhido:

Machado com algumas mossas na superfície. Comp. 0^m,122; larg. 0^m,055; espes. 0^m,033 (Fig. 12, n.º 5; Est, IX, 2).

Machado. Gume muito perfeito, como em quase todos os

outros exemplares. Mostra duas ligeiras depressões transversais.

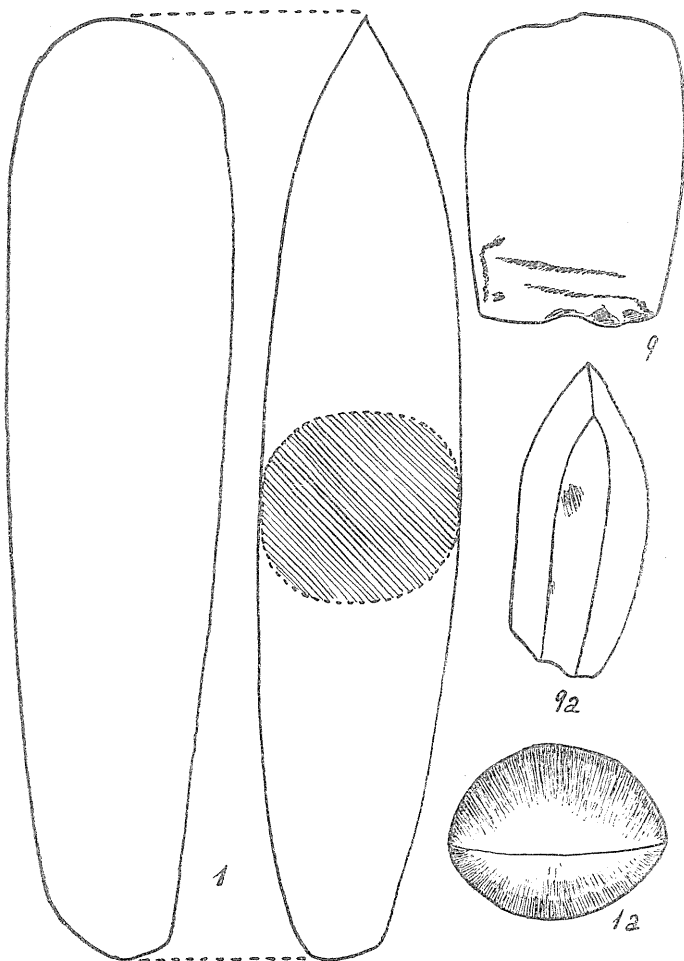


Fig. 10 — N.º 1 — Tûmulo n.º 7 do Buço Preto; n.º 9 — Tûmulo n.º 6 do Buço Preto.

Comp. $0^m,085$; larg. $0^m,0515$; espes. $0^m,0265$ (Fig. 13, n.º 11; Est. IX, 3).

Machado com ligeiras mutilações em um dos flancos e junto ao talão. Comp. 0^m,0835; larg. 0^m,0545; espes. 0^m,0285 (Fig. 15, n.º 8; Est. X, 2).

Machado com algumas mutilações no gume. Falta-lhe o talão. Comp. 0^m,081; larg. 0^m,0545; espes. 0^m,029 (Fig. 10, n.º 9; Est. X, 1).

Machado curto e muito espesso. Comp. 0^m,077; larg. 0^m,045; espes. 0^m,035 (Fig. 11, n.º 10; Est. IX, 8).

Machado com algumas mutilações num dos flancos e no talão. Comp. 0^m,109; larg. 0^m,063; espes. 0^m,027 (Fig. 13, n.º 6; Est. IX, 10).

Machado de gume muito apurado mas com uma das faces ondulada, ao passo que a outra é perfeitamente convexa. Comp. 0^m,092; larg. 0^m,059; espes. 0^m,0345 (Fig. 12, n.º 7; Est. IX, 9).

Enxó muito longa. Comp. 0^m,1105; larg. 0^m,039; espes. 0^m,0145 (Fig. 14, n.º 12; Est. IX, 5).

Enxó. Comp. 0^m,090; larg. 0^m,042; espes. 0^m,013 (Fig. 12, n.º 13; Est. X, 8).

Enxó. Comp. 0^m,073; larg. 0^m,043; espes. 0^m,012 (Fig. 11, n.º 14; Est. X, 6).

Enxó. Comp. 0^m,072; larg. 0^m,0335; espes. 0^m,0125 (Fig. 13, n.º 15; Est. X, 13).

Alisador com forma semelhante à de uma cigarrilha. Secção quase rectangular. Comp. 0^m,0685; larg. 0^m,013; espes. 0^m,009 (Fig. 20, n.º 12 e Fig. 11, n.º 16; Est. XII, 11).

Micrólito trapezoidal, de sílex. Base maior 0^m,023; base menor 0^m,010; alt. 0^m,015; espes. 0^m,002 (Fig. 19, n.º 3; não fotografado).

Micrólito trapezoidal. B. maior 0^m,033; b. menor 0^m,0045; alt. 0^m,008; espes. 0^m,002 (Fig. 19, n.º 2; Est. XII, 1).

Micrólito trapezoidal. B. maior 0^m,021; b. menor 0^m,0145; alt. 0^m,012; espes. 0^m,006 (Fig. 20, n.º 8; Est. X, 4-B. P.).

Micrólito trapezoidal. B. maior $0^m,024$; b. menor $0^m,011$; alt. $0^m,016$ (Fig. 19, n.º 1; Est. XI, 18).

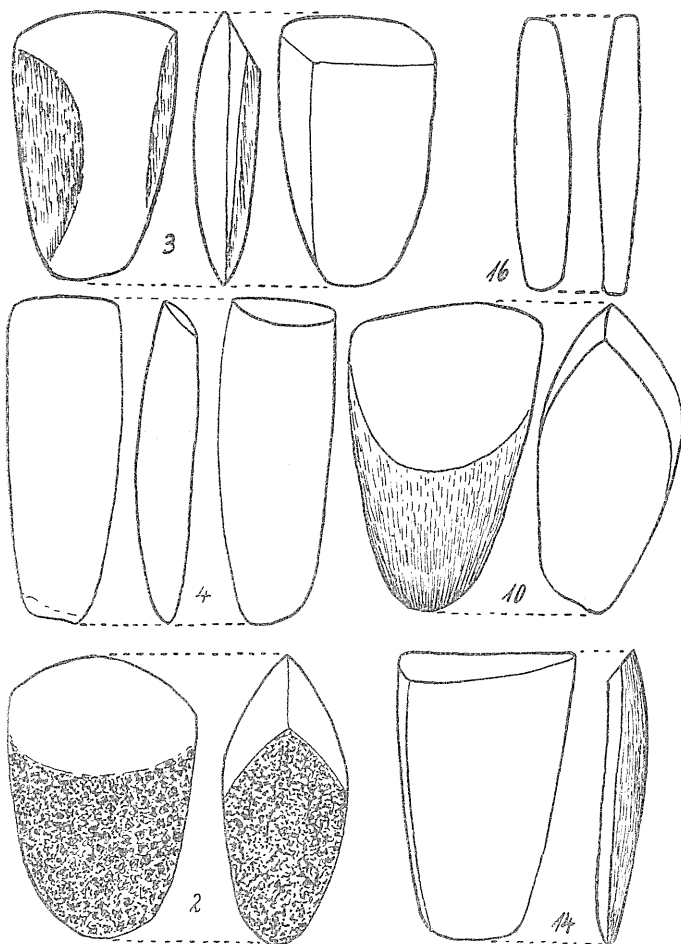


Fig. 11 — N.ºs 2, 3 e 4 — Túmulo n.º 7 do Buço-Preto. N.ºs 10, 14 e 16 — Túmulo n.º 6 do Buço Preto.

Micrólito trapezoidal. B. maior $0^m,018$; b. menor $0^m,003$; alt. $0^m,009$ (Fig. 20, n.º 7; Est. XII, 7).

Micrólito trapezoidal. B. maior $0^m,024$; b. menor $0^m,005$; alt. $0^m,013$ (Fig. 20, n.º 8; Est. XII, 3).

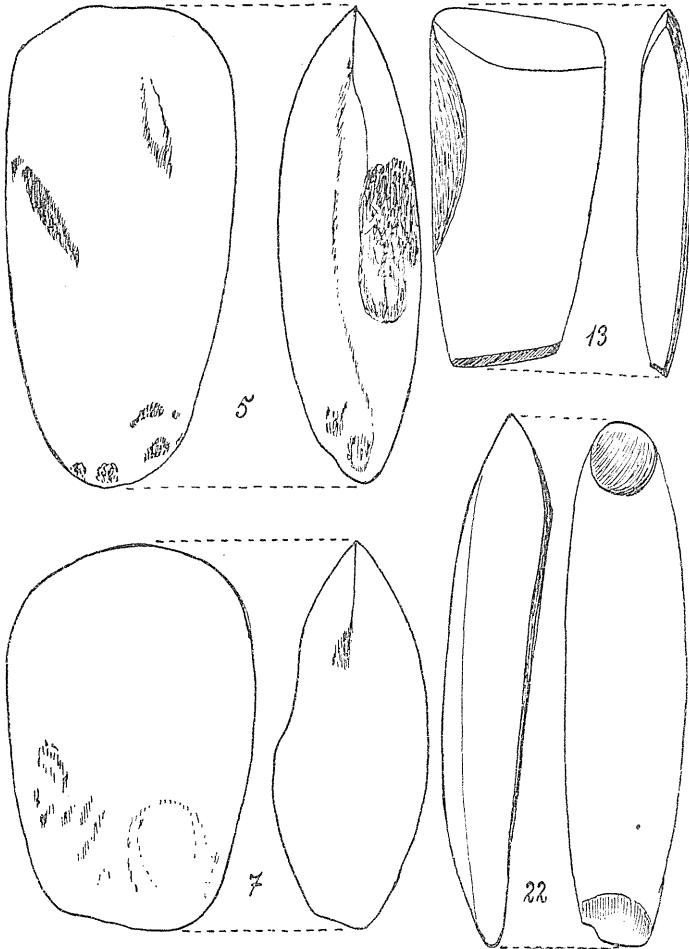


Fig. 12 — N.ºs 5, 7 e 13 — Túmulo n.º 6 do Buço Preto; n.º 22 — Túmulo n.º 1 da Eira Cavada.

Faquinha espessa, de rocha muito negra e de secção pentagonal. Comp. $0^m,061$; larg. $0^m,012$; espes. $0^m,006$ (Fig. 19, n.º 7; Est. XII, 12).

Faca de sílex, muito pequena, de secção triangular. Comp. 0^m,048; larg. 0^m,012; espes. 0^m,004 (Fig. 19, n.º 6; Est. XI, 21).

Fragmento de faca, representando pouco mais da metade inferior. Comp. 0^m,028; larg. 0^m,015 (Fig. 20, n.º 5; não fotografada).

OBJECTOS DISPERSOS: — Na área do Buço Preto recolhemos duas peças isoladas, as quais, como as encontradas em ocasiões anteriores, devem provir de túmulos desfeitos pelos trabalhos agrícolas, pois eles têm aparecido precisamente em nesgas de terra lavrada:

Machado. Comp. 0^m,057; larg. 0^m,042; espes. 0^m,023 (Fig. 13, n.º 24; Est. X, 4).

Escopro, com mutilações no gume e no talão. Comp. actual 0^m,0835; larg. 0^m,027; espes. 0^m,0215 (Fig. 15, n.º 25; Est. X, 11).

TÚMULO N.º 1 DA EIRA CAVADA. — (Fig. 3; Est. V, 2 e 3). Entre as Caldas de Monchique e o sítio da Eira Cavada, na falda meridional da *Picota* (Vid. Fig. 1), medeiam, aproximadamente, três quilómetros em linha recta mas, com os torcicolos do caminho através penedias e íngremes ladeiras, a distância torna-se consideravelmente maior. A paisagem circundante é das mais belas.

Havíamos notado aí vestígios de mamoa, pelo que, resolvemos efectuar uma sondagem. Nos restos da primeira mamoa a escavação patenteou-nos um túmulo do tipo rectangular; com 2^m,60 de comprimento por 0^m,85 de largura. Devido às irregularidades do solo, um dos topos ficou ligeiramente arredondado.

Tal como o sexto túmulo do Buço Preto, os esteios laterais são pequenos mas numerosos e de feitio variado. O fundo, devido a uma crista de rocha situada quase a meio, em direcção paralela ao eixo longitudinal do túmulo, é também muito irregular.

No conjunto, a construção é tosca, das menos cuidadas que temos visto nestas necrópoles das Caldas. A mesma imperfeição e rudeza mostram os instrumentos de pedra polida que nele colhemos.

Eis o material apurado :

Machado grande, muito bem polido no gume e com toda a superfície do talão meticulosamente picada. Comp. 0^m,140; larg. 0^m,060; espes. 0^m,044 (Fig. 15, n.º 17; Est. IX, 4).

Machado muito irregular nos flancos e no talão. Comp. 0^m,114; larg. 0^m,046; espes. 0^m,043 (Fig. 14, n.º 18; Est. IX, 7).

Enxó fabricada numa delgada lasca de xisto rijo. Comp. 0^m,1145; larg. 0^m,034; espes. 0^m,013 (Fig. 14, n.º 19; Est. IX, 6).

Enxó de xisto metamórfico. Exemplar grosseiro e fracturado ao tempo da tumulação. Comp. actual 0^m,071; larg. 0^m,028; espes. 0^m,0155 (Fig. 13, n.º 20; Est. X, 10).

Goiva de xisto pouco rijo, com as zonas de estratificação muito nítidas. Irregularíssimo em toda a superfície. Comp. 0^m,1135; larg. 0^m,028; espes. 0^m,017 (Fig. 14, n.º 21; Est. X, 9).

Formão de xisto metamórfico. Comp. 0^m,133; larg. 0^m,0285; espes. 0^m,021 (Fig. 12, n.º 22; Est. X, 14).

Micrólito trapezoidal, de sílex branco. Base maior 0^m,023; base menor 0^m,004; alt. 0^m,013; espes. 0^m,002 (Fig. 20, n.º 8; Est. XI, 17).

Idem, idem. B. maior 0^m,018; b. menor 0^m,008; alt. 0^m,015; espes. 0^m,002 (Fig. 20, n.º 9; Est. XII, 5).

Idem, idem. B. maior 0^m,020; b. menor 0^m,0185; alt. 0^m,009; espes. 0^m,002 (Fig. 20, n.º 4; Est. XI, 14).

Idem, idem. B. maior 0^m,029; b. menor 0^m,003; alt. 0^m,011; espes. 0^m,003 (Fig. 20, n.º 3; Est. XI, 20).

Idem, idem. B. maior 0^m,0155; b. menor 0^m,010; alt. 0^m,009; espes. 0^m,002 (Fig. 20, n.º 1; Est. XII, 2).

Microólito trapezoidal. B. maior $0^m,026$; b. menor $0^m,008$; alt. $0^m,014$ (Est. XII, 6; não desenhado).

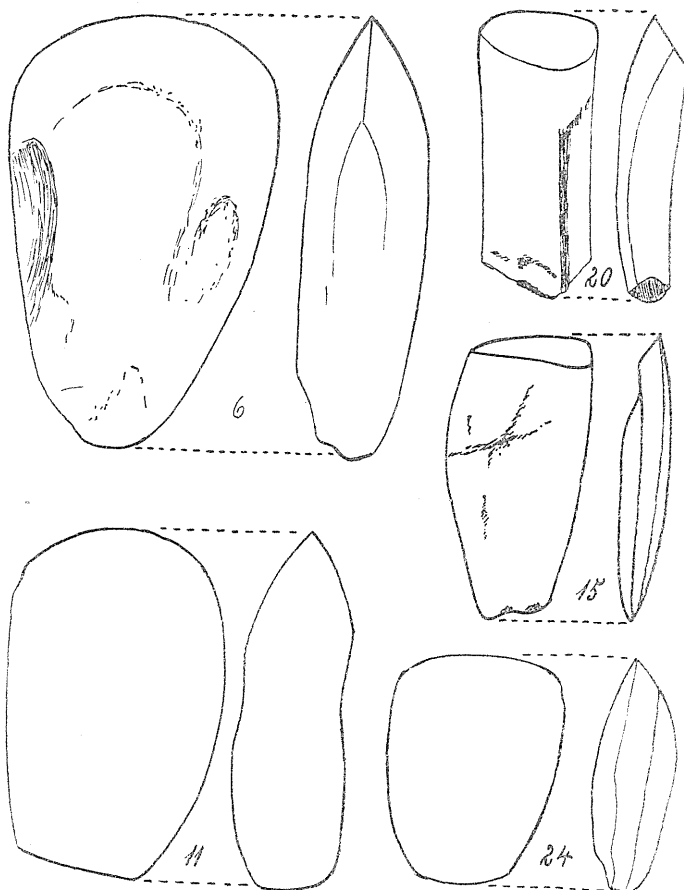


Fig. 13 — N.ºs 6, 11 e 15 — Túmulo n.º 6 do Buço Preto. N.º 20 — Túmulo n.º 1 da Eira Cavada. N.º 24 — Buço Preto — isolado.

Conta de colar, de calaite. Eixo maior $0^m,017$; diâm. máx. $0^m,0125$; diâm. do orifício $0^m,0083$ a $0^m,0078$ (Fig. 20, n.º 6; Est. XII, 13).

TÚMULO N.º 2. — Situava-se quase à beira do caminho e estava completamente destruído. A sua mamoa devia ter ficado quase tangente à do n.º 1. Actualmente, o terreno está raso, em rocha viva, muito lavado das chuvas. À superfície colhemos dois pequeninos fragmentos de facas, de sílex rosado.

Investigações de 1949

EIRA CAVADA — De 18 a 27 de Outubro fomos de novo à *Eira Cavada*, a fim de explorarmos os restos da terceira mamoa que ali observáramos no ano anterior. Estava junto das duas já escavadas e não deu qualquer espólio (Fig. 8; Est. VII, 1 e 2). Media quase dois metros de comprimento por um de largura. Uma só laje na cabeceira, como é de regra, e também um único esteio do lado direito, com 1^m,80 de comprimento por 0^m,60 de altura máxima — um dos maiores esteios de quantos vimos nestas necrópoles.

MIRANTE DA MATA — Neste local onde, em 1927, haviam sido abertas quatro cistas de tipo argárico ⁽¹¹⁾, descobrimos agora três túmulos rectangulares que nada mais forneceram além de minúsculos bocaditos de cerâmica, sem particularidade mencionável.

Não deixamos, todavia, de fixar em planta e fotograficamente os dois cujo estado de conservação era melhor (Figs. 6 e 7; Ests. VI, 1 a 6, e VII, 3 e 4).

Um deles, ao qual apomos o n.º 1, enfileira entre os grandes, visto medir 2^m,85 de comprimento por 0^m,90 de largura máxima. É do tipo rectangular mas, devido à irregularidade do terreno, os esteios acham-se mal alinhados. No entanto, a sua construção foi

(11) Vid. *Estudos Arqueol. nas C. de Monchique*, Porto, 1953. Pág. 77 da Separata.

relativamente cuidada, tanto assim que estão reforçados vários esteios, mediante a colocação de outros pela banda de fora, além

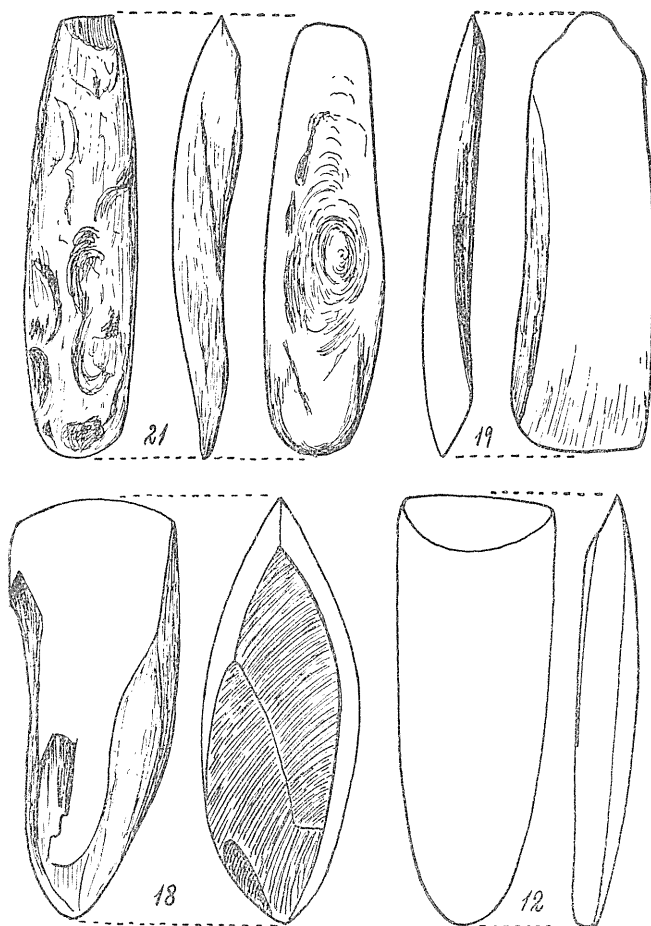


Fig. 14 — N.º 12 — Túmulo n.º 6 do Buço Preto; n.ºs 18, 19 e 21 — Túmulo n.º 1 da Eira Cavada.

de terem arranjado esteios aproximadamente da mesma altura, o que raramente acontece nos demais túmulos da região monchiquense.

NECRÓPOLES ARGÁRICAS DA VAGAROSA E DA FOZ DO FARELO — Em 1937 tínhamos examinado neste sítio uma cista

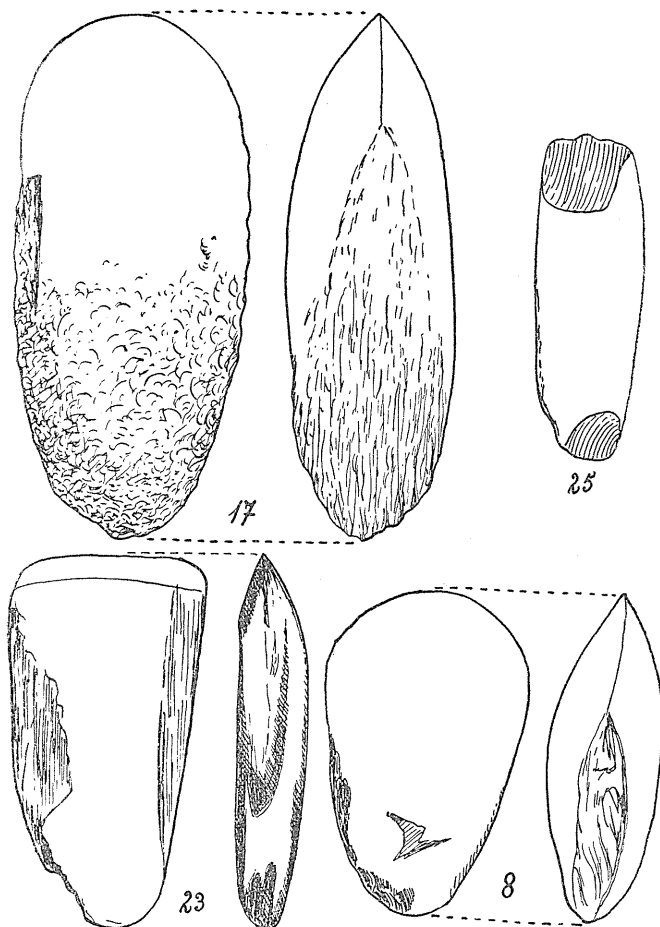


Fig. 15 — N.º 8 — Túmulo n.º 6 do Buço Preto. N.º 17 — Túmulo n.º 1 da Eira Cavada. N.º 23 — Túmulo n.º 7 do Buço Preto. N.º 25 — Buço Preto — isolado.

sem tampa, já violada e completamente vazia. Cavando ao lado, achamos outra, intacta, mas que nada continha, senão terra.

Agora, isto é, em 1949, localizamos mais seis (Est. VII, 5 e 6), três das quais invioladas e as restantes com falta de algumas lajes. Na fig. 9 apresentamos a disposição das oito sepulturas, achando-se indicadas por linhas tracejadas as duas de 1937. O único objecto achado foi um pingente de barro, em forma de sanguessuga, ou pequenino chouriço, idêntico a outro da necrópole argárica de Alcaria (Fig. 20, n.º 19). São um pouco mais pequenos que os de bronze, da mesma época.

Na *Foz do Farelo*, local situado cerca de 8 quilómetros ao norte da vila de Monchique, acharam-se quatro cistas (Est. VIII) cujo espólio foi nulo.

CONCLUSÕES

Em consequência destas últimas pesquisas, o número de túmulos inclusos em mamoaas elevou-se para 35, assim distribuídos: *Roncovo*, 1; *Olival de Júdice Samora*, 1; *Buço Preto*, 7; *Palmeira*, 16; *Quinta da Francesa*, 3; *Navete*, 1; *Eira Cavada*, 3; *Mirante da Mata*, 3.

O espólio recolhido é constituído por: machados de pedra polida, 52; enxós, 43; goivas, 6; escopros, 3; cinzéis, 2; percutor, 1; facas de sílex e de outras rochas, 54; micrólitos trapezoidais, 77; micrólitos triangulares, 2; pequenos furadores de sílex, 5; pontas de seta, 21; contas de colar, grandes, 12; conta de nácar, 1; pequenas contas discóides, de xisto («rondelles»), 1.531; vasos cerâmicos, mais ou menos completos, 21 e muitos fragmentos de outros; pequenas mós de mão, 3; pequenos pilões, 2; ídolos-placas, de xisto, fragmentados, 3; e um exemplar de cada uma das seguintes espécies de objectos: braçal de arqueiro, de xisto; pingente de colar, de serpentina; pingente de barro, fragmento de recipiente de barro, oblongo; fragmento de tampa de recipiente de barro; pequenino alisador de pedra polida; lasca raspadeira;

lasca residual, de sílex; bloco de hematite (corante vermelho); machado de bronze; fragmento de ponta de seta, de sílex; pedaço de tecido de linho. Total: 319 objectos, mais 1.531 pequeninas contas de colar.

Não entra na conta a grande quantidade de pequeninos cristais de rocha (quartzo hialino) achados em alguns dos túmulos do Buço Preto.

As cistas de tipo argárico passaram de 29 para 39, mas o reduzido espólio nelas obtido apenas fica acrescentado com mais um pingente de barro, do tipo de sanguessuga.

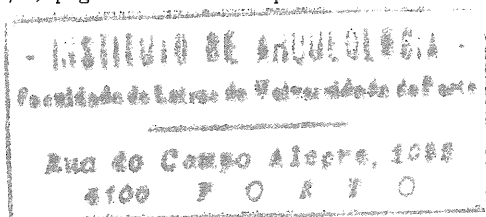
A imensa maioria das cistas desta época não contém mobiliário fúnebre, tanto no Algarve como no Baixo Alentejo. Nos terrenos ácidos as ossadas desapareceram; nos outros é frequente acharem-se os esqueletos dobrados, ou encolhidos, mas não resistindo ao mínimo choque.

As cistas de tipo argárico são abundantíssimas em muitas partes do Algarve e Alentejo meridional, nomeadamente nas zonas de Portimão, Aljezur, Castro Marim, Mértola e ao sul e poente de Beja, quase sempre sem espólio. Nas raras vezes em que o há, é constituído por uma pequena urna, ou por esta e um pequeno punhal de cobre.

Que saibamos, a cista deste tipo que até hoje se encontrou mais para o Norte foi a examinada por A. Viana, em Outubro de 1952, próximo da estação do caminho de ferro de Alvitto.

É de registar o aparecimento, nas cistas das Caldas, dos tais pingentes de barro, em forma de chouriço. Em outro trabalho nosso ⁽¹²⁾, deixamos enumeração dos exemplares de que temos conhecimento directo ou bibliográfico, feitos de bronze, achados quase sempre ainda enfiados na argola com a qual for-

(12) *Estudos Arqueol. nas C. de Monchique*, págs. 134-136 da Separata.



mam colar ou pulseira bastante pesada. São eles de: Lagoa (Algarve), existente no Museu de Faro; Mértola, Condeixa-a-Velha, Castro de Cendufe (Arcos de Valdevez), Monte Redondo (Alter do Chão) e Alcácer do Sal, pertença do Museu Etnológico, de Belém — todos citados por José Leite de Vasconcelos (13), que

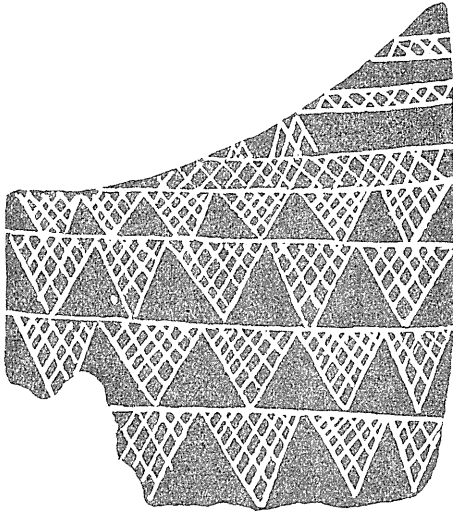


Fig. 16 — Ídolo-placa (frente) do túmulo n.º 7 do Buço Preto.

os classificou de «xorcas» e os atribuiu ao 2.º período da Idade do Ferro.

Sobre isto não há que duvidar, mas estes achados das Caldas de Monchique parecem provar que no 2.º período do Bronze mediterrânico (Argárico) existia um protótipo, de barro.

Aos exemplares de bronze atrás mencionados podemos hoje ajuntar o pertencente ao coleccionador bejense, José de Mendonça Furtado Januário, o qual foi achado no sítio denominado Terras Frias, dos arredores de Beja (14).

De Espanha, conhecemos um idêntico, extraído da sepultura n.º 6 da necrópole de *Agullana* (15).

(13) «O Archeólogo Português», XXVIII, págs. 158-200.

(14) Inédito. Ignoramos as circunstâncias em que foi encontrado. Sabe-se, apenas, que foi achado por cavadores, quando, há quatro anos, se enterrou a conduta das águas dos novos poços de abastecimento da cidade.

(15) «Ampurias», V, pág. 204, Fig. 3.

E mais não diremos acerca destas coisas relativas ao Bronze II Mediterrânico.

O material dos túmulos sob mamoads enseja mais considerações.

Antes da descoberta do túmulo n.º 7 do Buço Preto, apenas se encontrara, num dos túmulos da Palmeira, uma única ponta de seta — por sinal que reduzida a metade. O sétimo do Buço Preto, porém, independentemente da sua forma característica, à parte dos restantes, que são rectangulares, ou elipsoidais, ou ligeiramente trapezoidais (talvez por simples deficiência na realização da forma rectangular), e muito embora tivesse um mobiliário idêntico ao dos outros túmulos, diferenciou-se dos demais pelo elevado

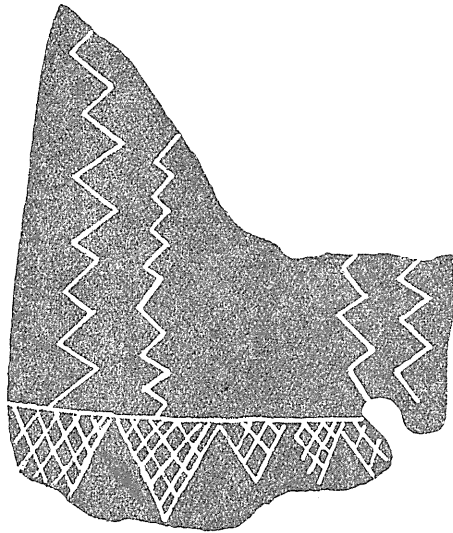


Fig. 17 — Ídolo-placa (face posterior) do túmulo n.º 7 do Buço Preto.

número de pontas de seta que forneceu, sendo que este elemento, nos outros túmulos, está substituído pelo micrólito trapezoidal.

Mas é de notar que ambos os elementos — ponta de seta e trapézio — coexistem neste túmulo n.º 7 do Buço Preto, e que o trapézio mostra, como na grande maioria dos recolhidos nos outros túmulos, uma reentrância, ou concavidade, na base menor. (Vid. Est. XII, n.ºs 2 a 5).

Ignoramos se em outras estações portuguesas têm aparecido micrólitos trapezoidais com tal particularidade e, quanto ao estran-

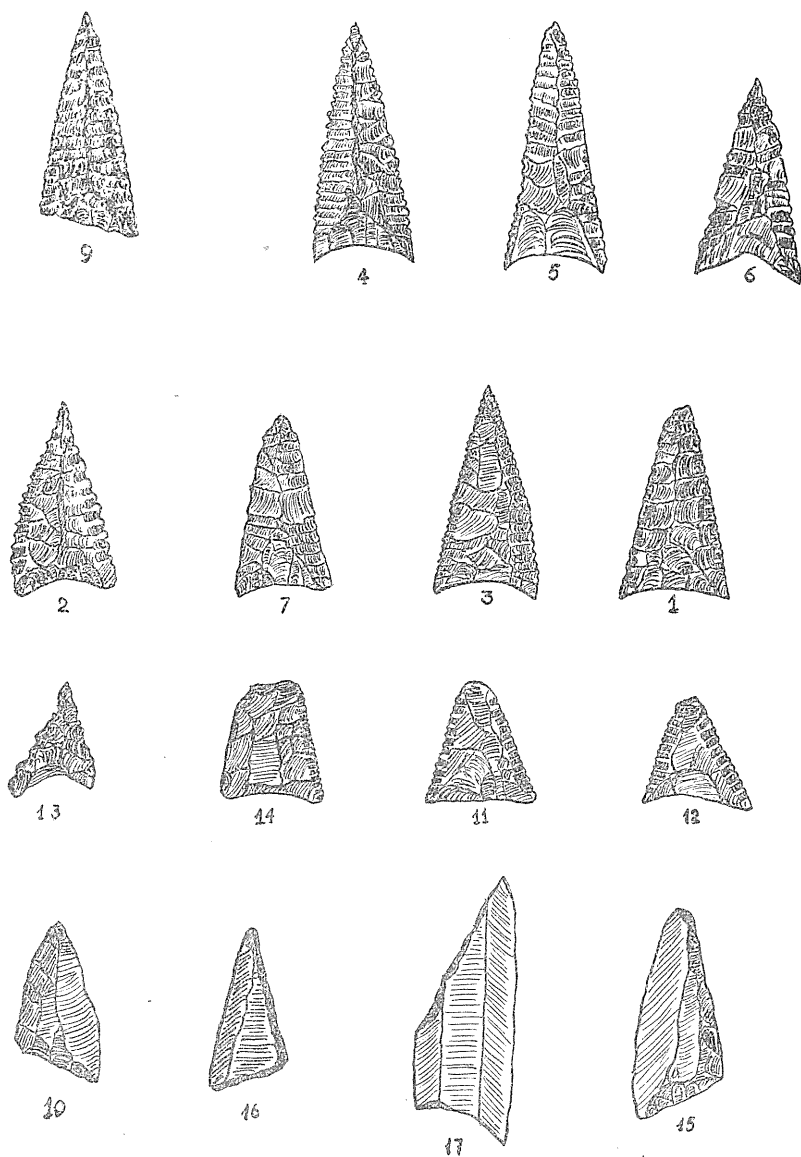


Fig. 18 — Pontas de seta do túmulo n.º 7 do Buço Preto.

geiro, sòmente sabemos de um exemplar de uma estação francesa (16).

Igualmente digno de registo se nos afigura o facto de os instrumentos líticos (machados, enxós, goivas, etc.) serem quase sempre fabricados de rochas da região: a *corneana*, de que é feita mais de metade dos exemplares, o *sienito*, o *sienito micro-granular* e o *monchiquito*; mais raros o *xisto rijo*, o *xisto metamórfico*, o *xisto zonado*, o *basanito*, a *anfíbolite* e o *quartzito*.

A grande maioria das facas, pontas de seta e trapézios é de sílex cinzento, seguindo-se, por ordem decrescente, o acastanhado, o amarelado e o brancacento. Há uma faca de sienito micro-granular, outra de quartzo leitoso e outra de calcedónia.

Nas doze grandes contas de colar há cinco de serpentina, duas de xisto, uma de calaíte branca, outra de calaíte azul e outra de calaíte verde.

Achado curioso, que se não tem, segundo cremos, apontado claramente em estações portuguesas, é o das três lajes anicónicas do túmulo 7 do Buço Preto (Est. IV, 4). A posição em que encontramos estas pedras — encostadas aos esteios do átrio, ou vestíbulo, e na posição vertical, mas sem fazer parte integrante da parede — não nos permite dúvidas sobre o seu significado. São semelhantes às que A. Viana descobriu em 1931, dentro de uma gigantesca mamoa pelo mesmo explorada em Carreço, concelho de Viana do Castelo (17).

(16) Ed. Giraud e Ed. Vignard — *Un Rendez-vous de Chasse Mésolithique — Les Rochers — Commune d'Auffargis (Seine-et-Oise)*, tomo XLIII, Paris, 1946. Pág. 254, n.º 37.

(17) Abel Viana — *A Cova da Moura*. Comunicação apresentada ao III Congresso Arqueológico Nacional (de Espanha) — Galiza, 1953. Em publicação.

A identificação em Carreço fez-se mediante confronto com os exemplares publicados por Octobon (18).

Convencemo-nos de que, apesar de certa diferenciação na arquitectura dos túmulos entre si, e nos espólios, todos estes monumentos são mais ou menos da mesma época ou, mais precisamente, supomos que entre a idade do mais antigo e a do mais recente não deve ter decorrido grande lapso de tempo.

Todos mostram o micrólito trapezoidal, inclusive aquele da Quinta da Francesa, que continha o machado de cobre, único objecto metálico achado nestas necrópoles (19).

À pequenina conta discóide, de xisto, e o «braçal de arqueiro» acompanham a cultura campaniforme, este último mais ou menos por toda a parte e aquela desde o Sul da França, disseminando-se pela Península, embora em Espanha elas se apresentem feitas de outras espécies de rocha, tais como a esteatite e a calaíte (20).

Leisner diz-nos que a conta ovalada, de calaíte, é das peças mais comuns nos espólios dos primeiros tempos dos metais, no nosso país; e que o pequenino disco de xisto abunda nos dólmenes de corredor alentejanos, como a Anta da Comenda da Igreja, a Anta Grande da Ordem, a Anta da Capela, e ainda nalgumas grutas artificiais e sepulturas de falsa cúpula (21).

(18) Commandant Octobon — *Enquête sur les figurations néo- et enéolithiques — Statues-menhirs, stelles gravées, dalles sculptées*, in «Revue Anthropologique», n.º 10-12, Dezembro de 1931.

(19) Ou «nesta necrópole». A distância entre todos estes sítios onde exploramos mamoas não é grande. Nada impede, cremos, que todos estes locais não tenham sido mais que uma única necrópole, embora com intervalos de certa extensão, onde se não construíram túmulos.

(20) Alberto del Castillo — *El Neoneolítico*, in «Historia de España», dirigida por Menendez Pidal. Vol. I.

(21) Georg Leisner — *O dólmen de falsa cúpula de Vale de Rodrigo*, Coimbra, 1944. Pág. 21.

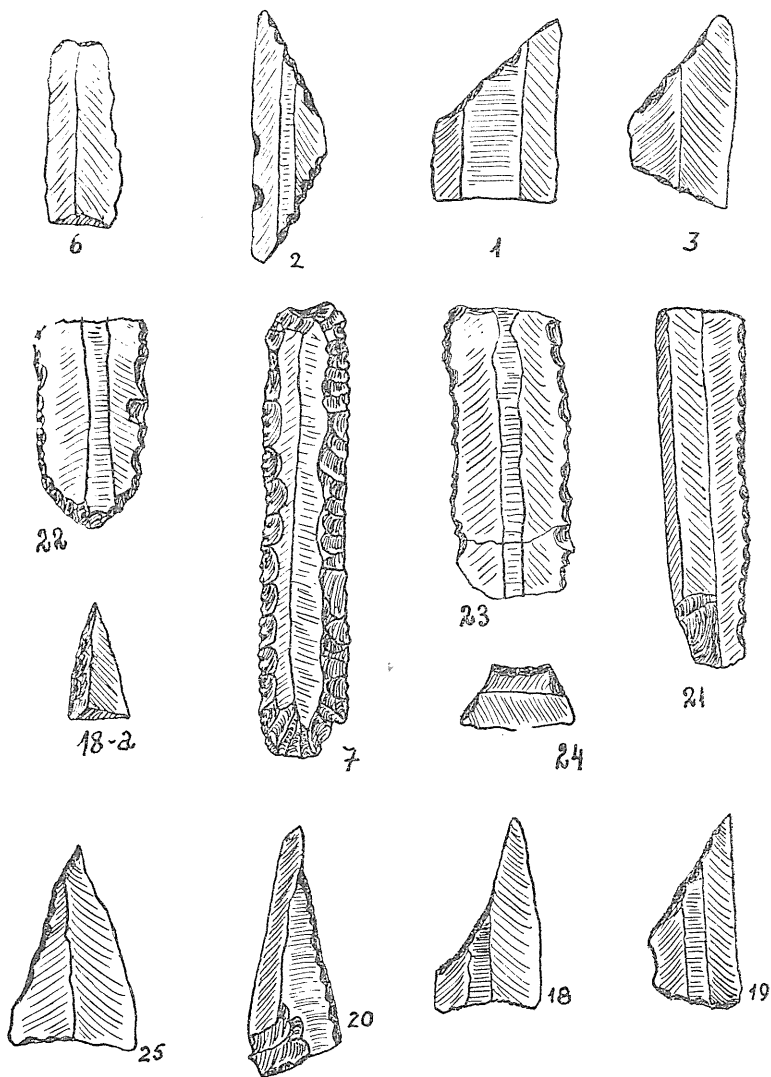


Fig. 19 — N.ºs 14, 15, 17, 18, 19, 21, 22 e 23 — Túmulo n.º 7 do Buço Preto.
 N.ºs 1, 2, 3, 6 e 20 — Túmulo n.º 6 do Buço Preto.

O mesmo arqueólogo entende que a goiva é instrumento típico da época do cobre, em Portugal, mais per-

tendente à cultura das grutas que à das populações megalíticas (22).

A presença, tão ponderosa, do trapézio de sílex não consegue, em nosso entender, sobrepor sua feição arcaizante num conjunto lítico que, conforme se vê, tem cronologia regularmente definida.

A cerâmica, lisa toda ela, de formas esferoidais e de paredes bastante finas, por si só, e ainda que não tivesse aparecido o machado de cobre, não permitiria que se consignasse aos túmulos das Caldas de Monchique uma época anterior à do início dos metais.

Assim o pensamos antes do aparecimento do sétimo túmulo do Buço Preto, o qual, em nosso entender, corrobora a atribuição cronológica que havíamos feito a estas necrópoles.

Quase todos os tipos de ponta de seta dos túmulos das Caldas se repetem na estação de Alcalar, sendo que três deles são comuns às do espólio de Nora e outros são comuns aos de Aljezur.

Não andaremos, pois, longe da verdade, se dissermos que as necrópoles de Monchique são posteriores ao monumento de Nora e imediatamente precedentes aos de Alcalar. Datarão, portanto, de cerca do ano 2000 a. C.

Deixamos de registrar os vestígios de alguns túmulos e mamoas, por motivo de serem já extremamente reduzidos.

Após a exploração, tivemos o cuidado de consolidar os túmulos, e até de os cobrir com terra, nos poucos casos em que foi possível seguir tal prática, pois o que mais abunda ali é o rochedo. Convencemo-nos, todavia, de que muito em breve pouco ou nada deles restará.

(22) *Op. cit.*, pág. 18.

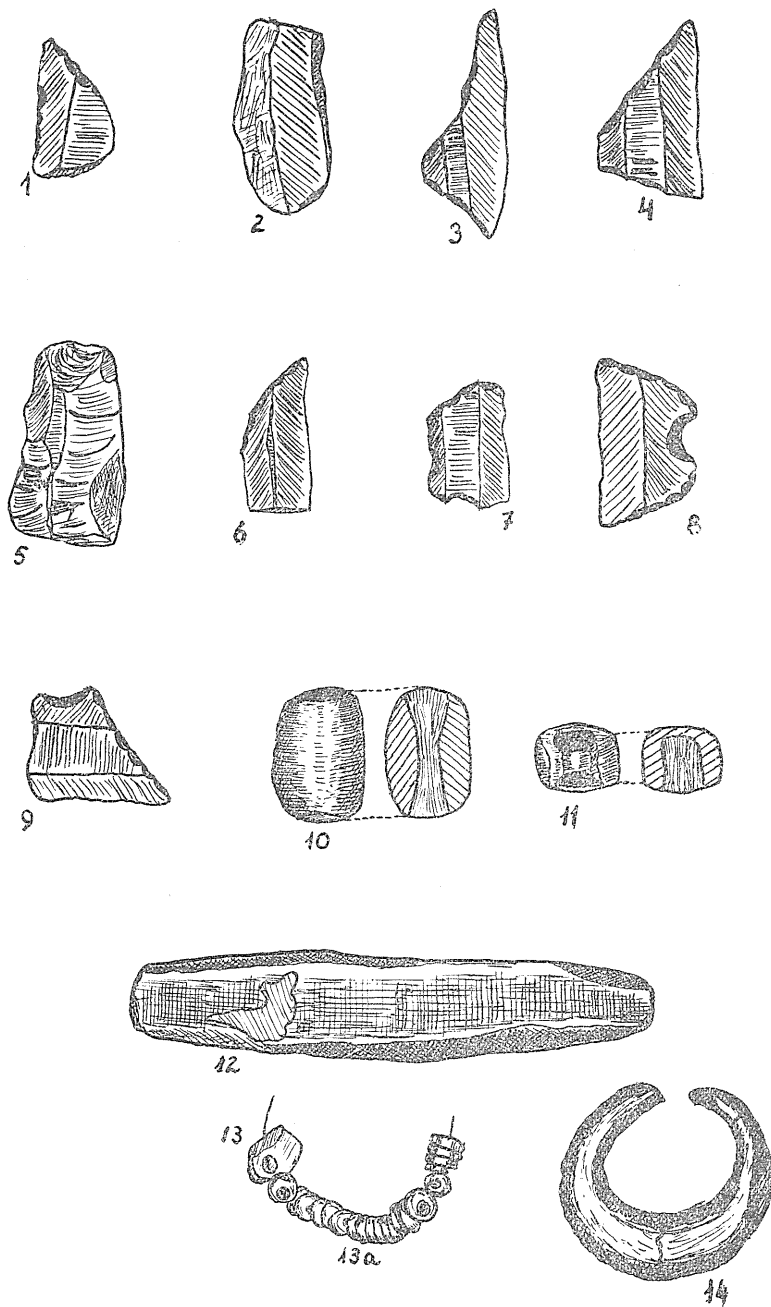
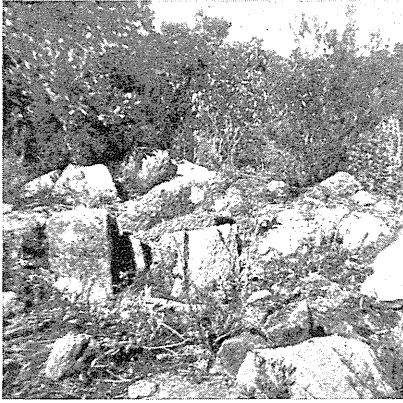


Fig. 20 — N.os 1, 3, 4, 6, 9 e 10 — Túmulo n.º 1 da Eira Cavada; n.os 5, 7, 8 e 12 — Túmulo n.º 6 do Buço Preto; n.os 11 e 13 — Túmulo n.º 7 do Buço Preto; n.º 14 — Pingente em barro da necrópole argárica da Vagarosa.

Mais importantes, do ponto de vista monumental, eram muitos dos magníficos dólmenes alentejanos, e os famosos sepulcros de Alcalar e, não obstante isso e o serem protegidos por uma lei do Estado, foram impiedosamente devastados e destruídos. Por isso, não achamos demasiada a quantidade de fotografias em que pretendemos fixar o mais elevado número de pormenores.

Embora a serra do Algarve esteja menos atreita a uma rápida invasão da maquinaria agrícola, na formidável amplitude com que, neste momento, se está verificando no Alentejo, seria da máxima conveniência para a arqueologia peninsular fornecer os indispensáveis meios a investigadores competentes, a fim de se explorar, antes que tudo fique irremediavelmente aniquilado, essa zona montanhosa cuja riqueza arqueológica fica demonstrada pelas nossas investigações de Monchique e pelos achados ocasionais do Ameixial, a aldeia serrana em que tantas e tão preciosas coisas se têm encontrado, sem que nunca alguém lá fosse, com meios materiais e competência científica para uma exploração séria.

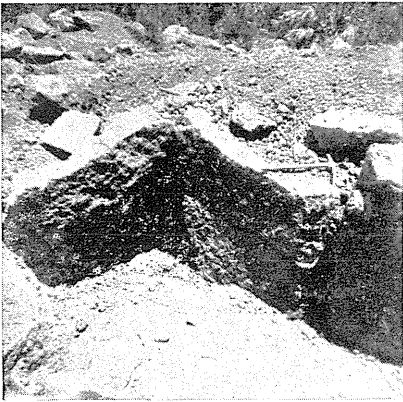
Relativamente às Caldas de Monchique, fizemos o que nos foi permitido levar a cabo, graças, sobretudo, ao franco apoio da Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos e ao Instituto de Alta Cultura, entidades a que rendemos profundo reconhecimento.



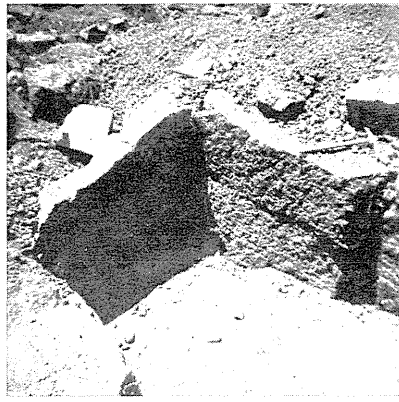
1



4



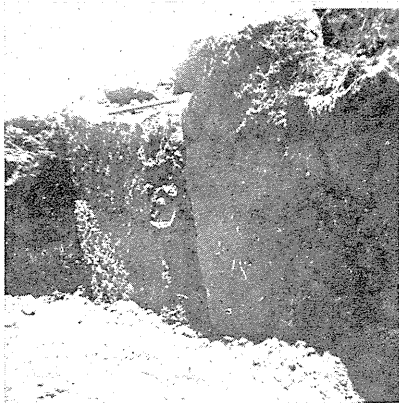
2



5

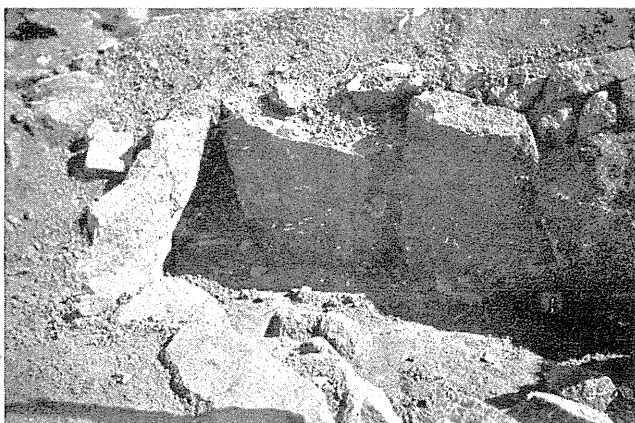


3



6

Túmulo n.º 7 do Buço Preto: 1 — Parte superior da mamoa, antes de ser escavada; 2 a 6 — Pormenores do túmulo, após a exploração.

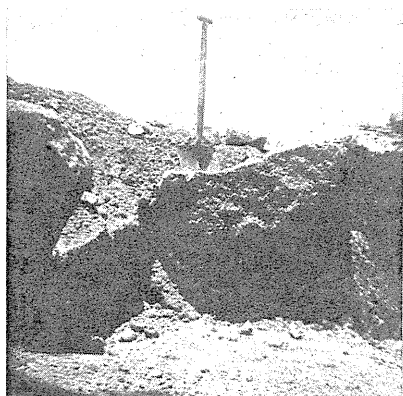


1



2

Buço Preto: 1 — Túmulo n.º 7; 2 — Túmulo n.º 1.



1



4



2



5

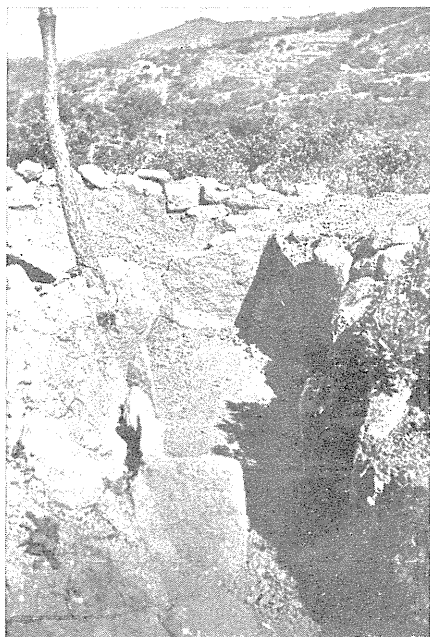


3



6

Buço Preto: 1 e 2 — Pormenores do túmulo n.º 7; 4 — Parte superior da mamoa do túmulo n.º 6, antes da exploração; 3, 5 e 6 — Pormenores do túmulo n.º 6.



1



3



2

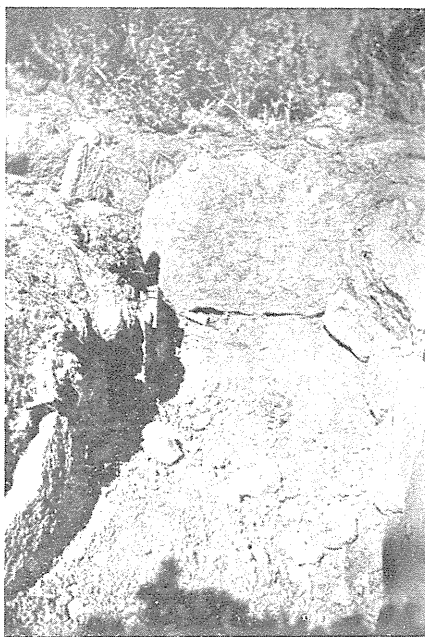


4

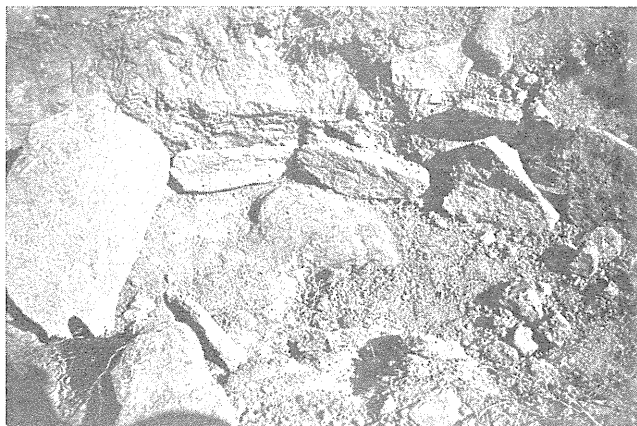
Buço Preto: 1 e 3 — Túmulo n.º 7; 2 — Túmulo n.º 6; 4 — Pedras anicónicas do túmulo n.º 7.



1

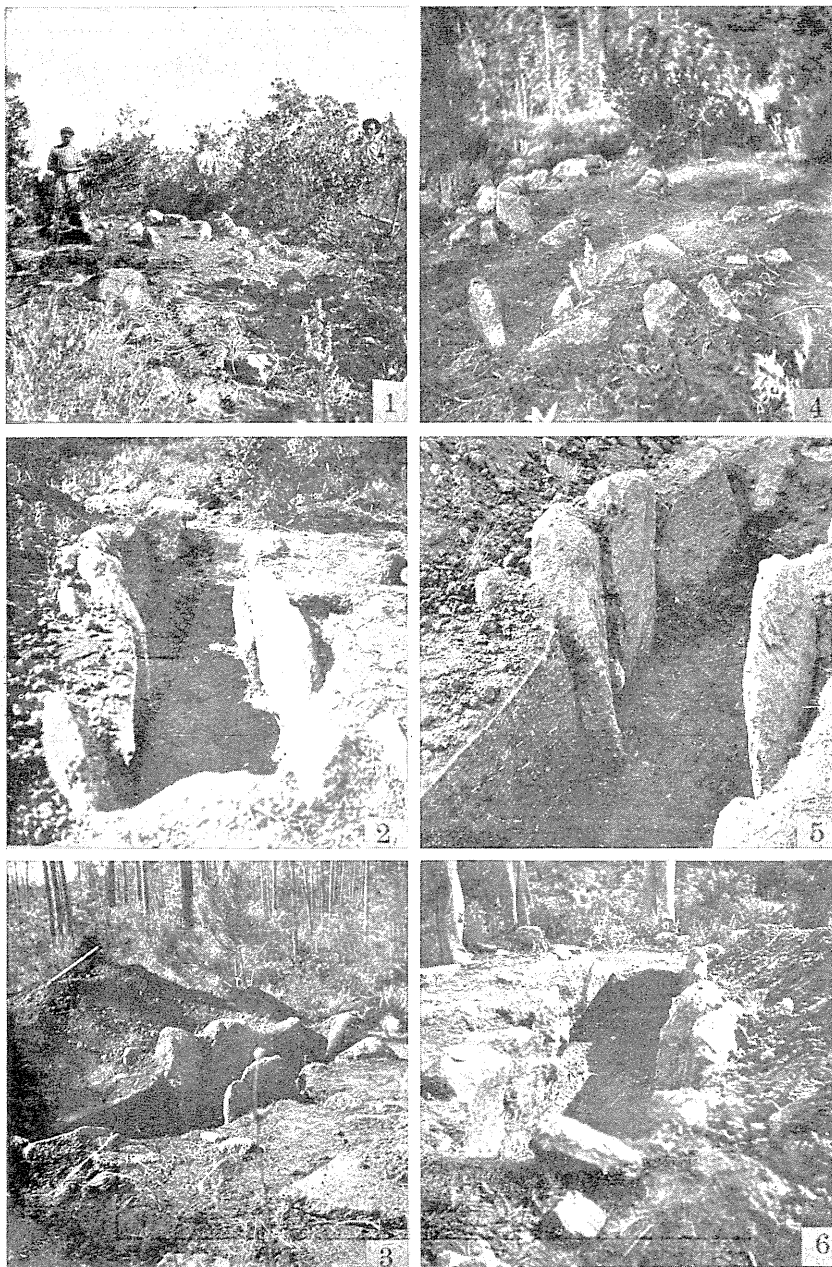


2

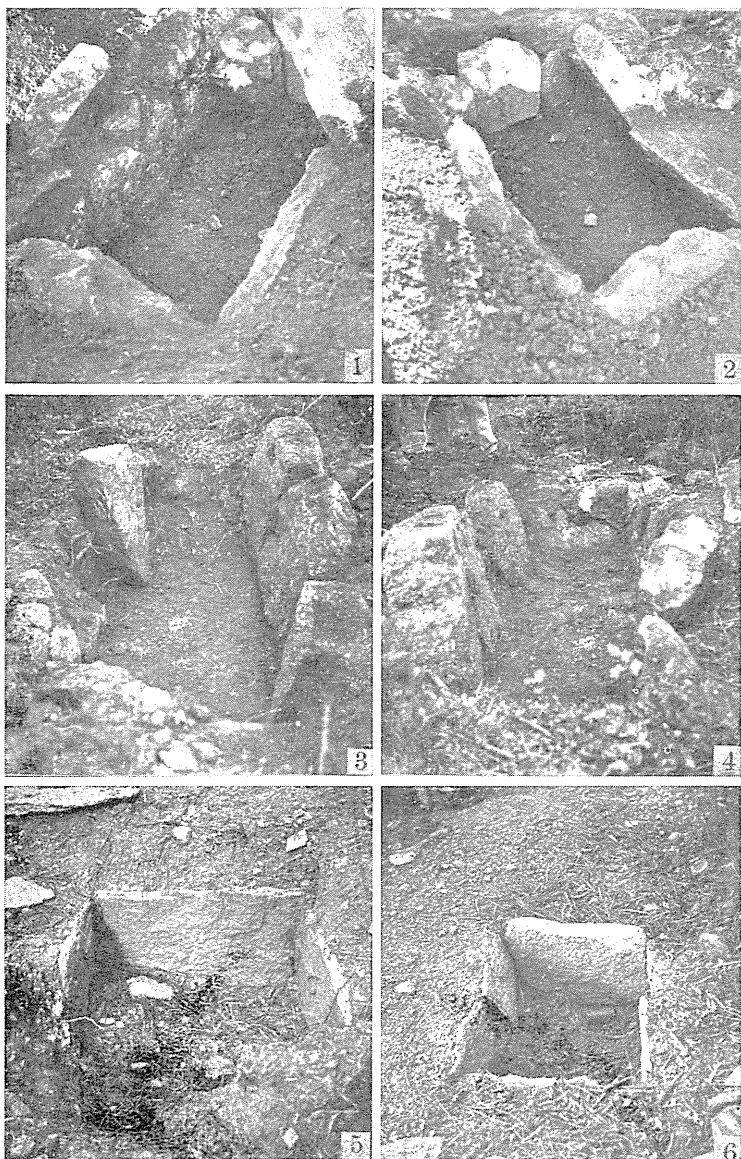


3

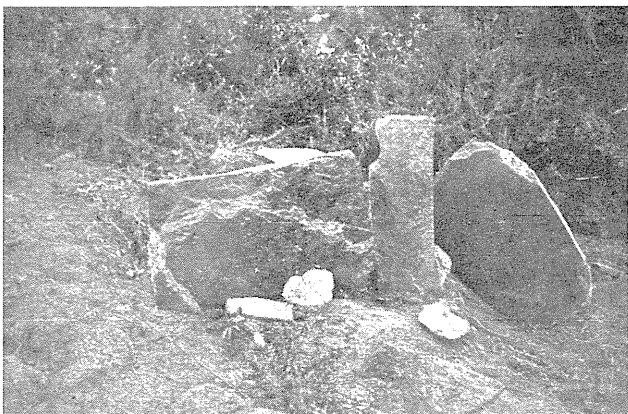
1 — Túmulo n.º 6 do Buço Preto; 2 e 3 — Túmulo n.º 1 da Eira Cavada.



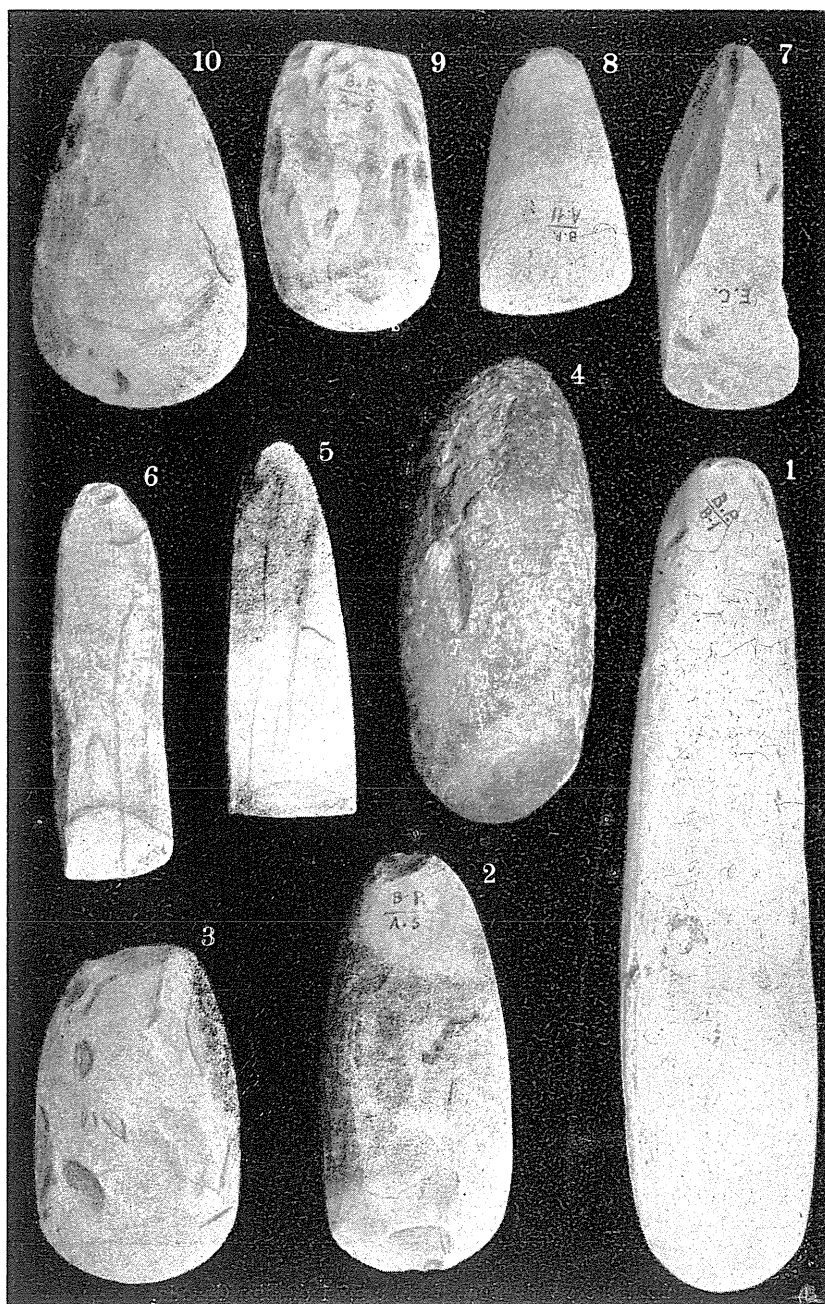
*Mirante da Mata: 1 — Mamoa do túmulo n.º 1; 2 e 5 — Túmulo n.º 1;
4 — Mamoa do túmulo n.º 2; 3 e 6 — Túmulo n.º 1.*



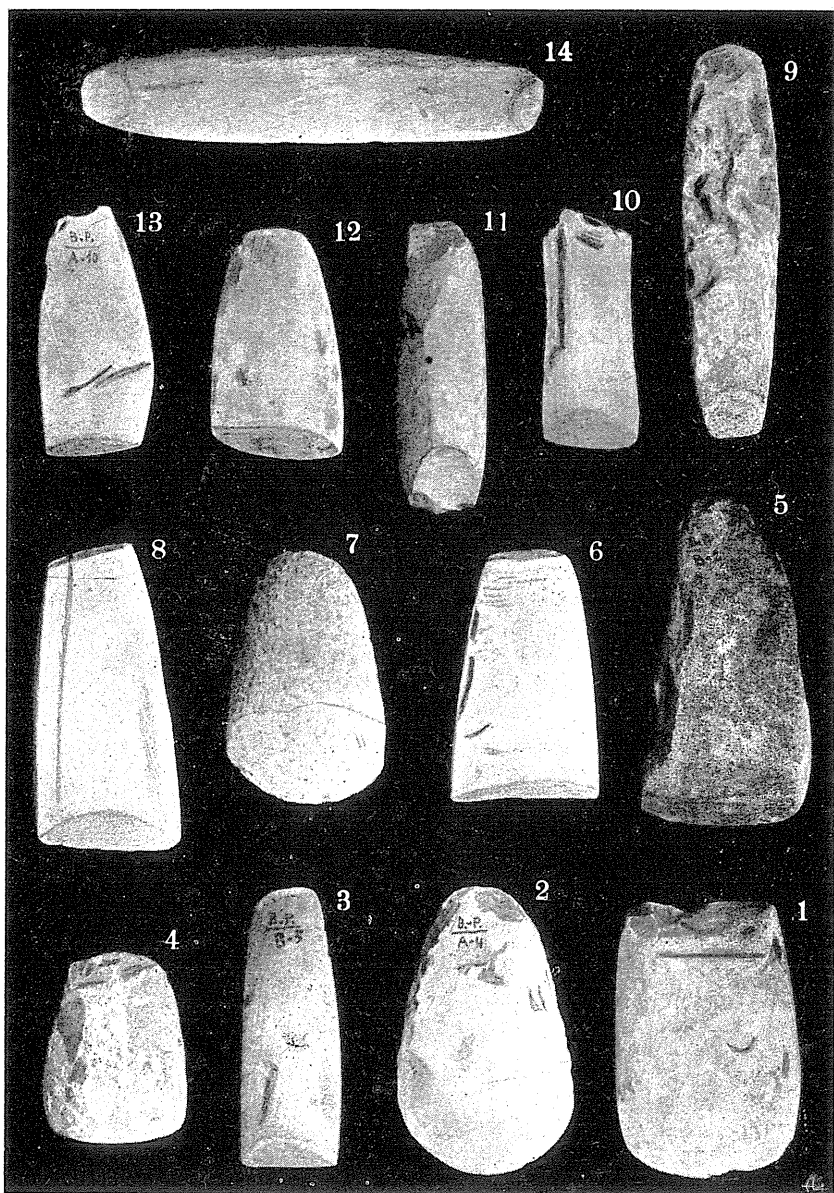
1 e 2 — Túmulo n.º 2 da Eira Cavada; 3 e 4 — Túmulo n.º 2 do Mirante da Mata;
5 e 6 — Cistas da Vagarosa.



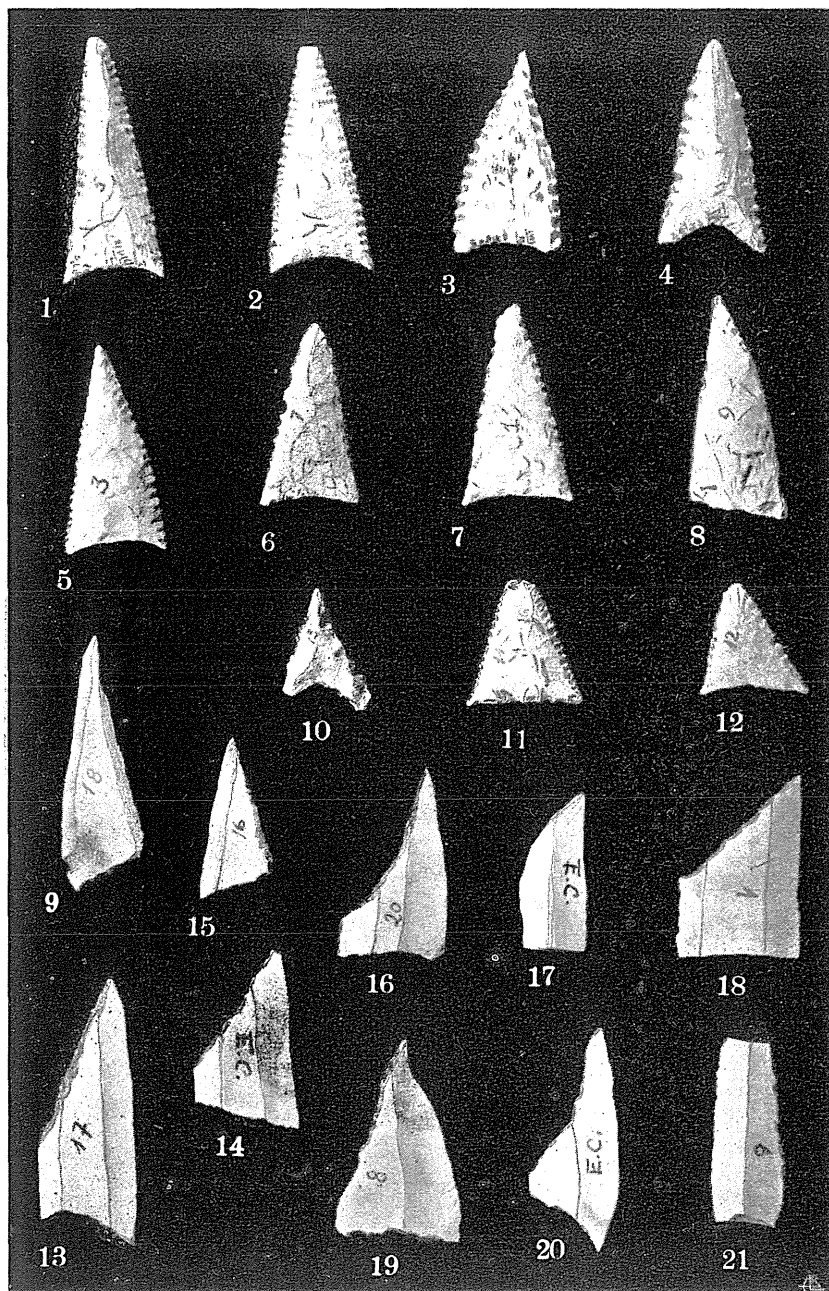
Necrópole argárica do Foz do Farelo: 1 — Sepultura com a tampa, de sienito, caída dentro; 2 — Cobertura de uma cista, da qual fazia parte uma laje (ao centro) de significado antropomórfico; 3 — Tamanho médio das lajes laterais das cistas.



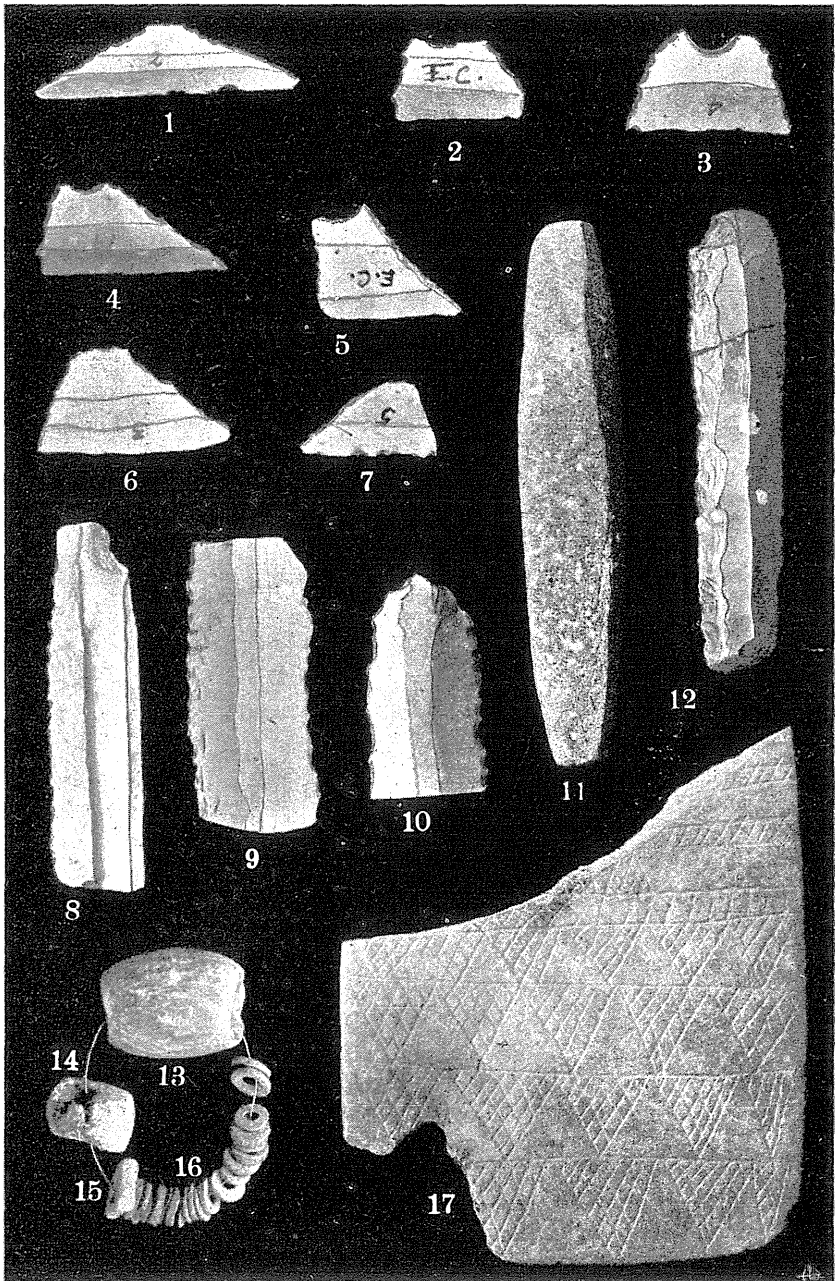
Túmulos 6 e 7 do Buço Preto e n.º 1 da Eira Cavada.



Túmulos 6 e 7 do Buço Preto e n.º 1 da Eira Cavada.



Túmulos 6 e 7 do Buço Preto e n.º 1 da Fira Cavada.



Túmulos 6 e 7 do Buço Preto e n.º 1 da Eira Cavada.

Casas da Maia

POR

Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano

(Do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular)

Este trabalho pertence à série de monografias que o Centro de Estudos de Etnologia Peninsular se propõe publicar, com o fim de ordenar material recolhido em vista de um próximo estudo da habitação em Portugal. Ele representa uma tentativa de seriação levada sistematicamente a efeito na faixa que se estende ao norte do Porto, desde a beira-mar até um pouco a nascente da estrada Porto-Braga, e em que, de entre uma grande variedade de formas, se individualizaram três tipos de casas, designados, para facilidade de exposição, por tipos A, A', e B, os quais se identificam por um conjunto de caracteres externos e internos que aí se encontram em combinações regulares, e que se agruparam por corresponderem à mesma concepção architectónica.

Tal concepção, que, se não no seu aspecto exterior, pelo menos no plano fundamental do seu aproveitamento interior, não é privativa desta região (1), constituindo pelo contrário um caso bastante generalizado, que se repete em outras partes do país, fixa, entre outros, um elemento que, pela regularidade com que

(1) Com efeito, o estado actual da nossa investigação permite-nos desde já afirmar que ela ocorre em várias outras partes do país, nomeadamente na zona noroeste, embora não nos seja ainda possível delimitar exactamente a área mais vasta da sua difusão.

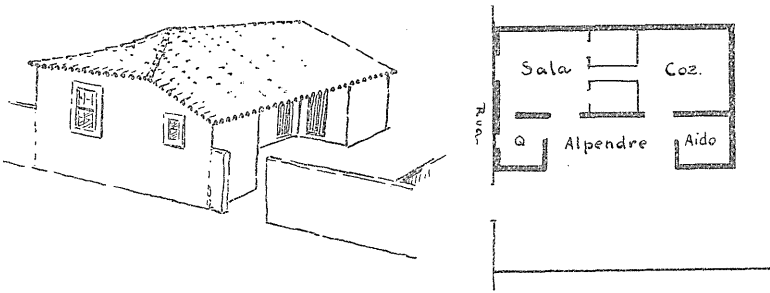
aparece, se pode considerar uma constante característica, e que se nos afigura de grande interesse e importância: referimo-nos à alcova, que condiciona o desenvolvimento da planta de todas as casas desta categoria, e que, embora sob formas muito diversas, é comum a construções de vários países numa certa época e fase da sua arquitectura.

Por essa razão, não procuramos, acerca dos três tipos aqui seleccionados, determinar filiações cronológicas ou fixar precedências locais; na verdade, a sua relação com o conceito geral que mencionamos, confere aos problemas que lhes dizem respeito uma amplitude que transcende os limites da região aqui considerada, e faz supor que a sua diversidade não se deve explicar por qualquer lei de transição de uns para os outros, mas sim por razões de natureza diferente, representando a utilização e adaptação de esse mesmo conceito a circunstâncias externas — económicas ou sociais — também diversas. De resto, a deficiência de dados documentais autoriza, na questão cronológica, apenas conjecturas; e por isso limitamo-nos a estabelecer entre eles uma relação de carácter lógico e morfológico.

Em qualquer caso, porém, trata-se de um tipo de construção perfeitamente definido, que interessa sobremaneira não só porque representa, como dissemos, a manifestação local de um conceito que na sua estrutura fundamental se pode considerar muito geral, mas ainda porque se apresenta aqui, no seu aspecto mais evoluído, com um requinte e certeza de estilo que não são vulgares entre nós em construções deste género, e que nos parece terem exercido uma influência grande no aparecimento de numerosos detalhes architectónicos de construções posteriores.

Casas de tipo A

Das casas que estudaremos neste trabalho, são estas as mais simples e modestas. Exteriormente, apresentam-se como casas de planta rectangular com telhado a três águas, às quais se tivessem acrescentado dois cubículos nas extremidades da fachada onde se abrem as suas duas portas, que é a lateral; a construção é porém feita de uma só vez, não se notando nas paredes sinais de cunhais que revelem qualquer acrescento. O cume do telhado



Des. 1

corre a meio do corpo principal da casa e a água do lado dos cubículos desce de modo a cobri-los, formando entre eles um *alpendre*; daqui resulta a linha quebrada do beiral sobre a rua, que é um traço característico visível deste tipo (Des. 1).

As mais singelas dentre elas têm o corpo principal dividido apenas em cozinha e sala, comunicando entre si, e cada divisão com porta para o alpendre. Na sala abre-se também uma porta para um dos cubículos que é um pequeno quarto de dormir. Tanto este quarto como o outro cubículo, que é no geral um *aidô*, têm igualmente porta para o alpendre.

Contudo, na sua maioria, a divisão interior é um pouco mais diferenciada, e reveste a forma que se vai encontrar nos demais

tipos agora estudados nesta região, e também nas outras zonas do país a que aludimos: Na parede da sala orientada para a cozinha, abrem-se três portas: duas nos extremos, largas e envidraçadas, que correspondem a duas alcovas, geralmente sem janelas; e uma mais esguia, a meio, que abre para o estreito corredor que leva à cozinha, correndo entre elas. A sala é mais ou menos quadrada, e, nas casas mais antigas, apresenta detalhes interessantes, como nichos, armários embutidos, etc., que repetem a decoração das portas. A cozinha nunca tem chaminé; o tecto é em telha vã, e tem apenas um pequeno postigo que filtra uma luz escassa.

É esta a forma que consideraremos característica do tipo em geral, parecendo-nos que a que descrevemos de entrada representa apenas a sua simplificação, que utilizou dela a sua forma exterior, num plano de aproveitamento interior reduzido.

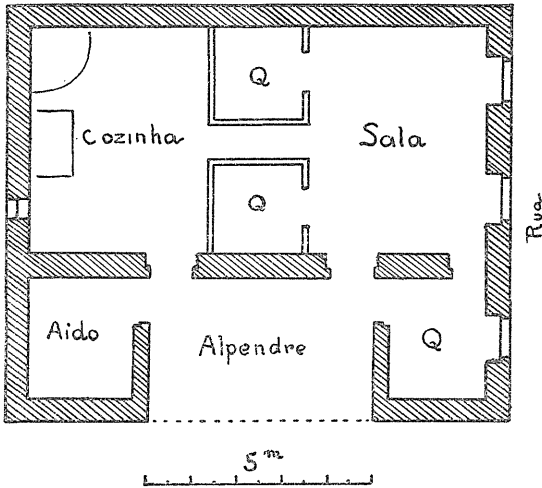
Quando estas casas estão à face da rua — e é o caso mais frequente — a fachada que dá para aí representa o lado mais estreito do rectângulo da planta principal, e corresponde à sala e ao quarto; tem assim uma ou duas janelas (da sala) e um postigo (do quarto). É para este lado que está a água triangular do telhado; o beiral é, pois, horizontal na parte da parede que corresponde à sala, inflectindo para baixo na parte que corresponde ao cubículo.

Estas casas não têm geralmente porta para a rua; logo a seguir ao cunhal do cubículo abre-se uma cancela ou portão que dá acesso a um quintal ou horta, ao lado do qual se alonga a fachada da casa que tem o alpendre, e onde se encontram as duas portas exteriores.

Estas particularidades e aspectos externos mantêm-se quando a casa não se situa junto à rua; mesmo nessas condições, elas ocupam geralmente um canto do terreno, e apresentam a parede sem janelas voltada para o terreno vizinho.

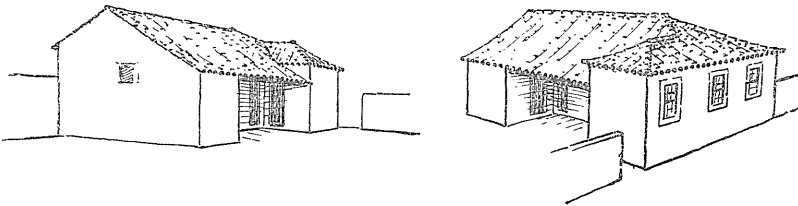
Casas de tipo A'

As casas deste tipo são muito semelhantes às do tipo anterior característico. A divisão interior dumas e doutras é precisa-



Des. 2

mente igual, existindo nestas as duas alcovas em simetria, que abrem para a sala, com ou sem portas, entre as quais corre a passagem para a cozinha, que também é desprovida de cha-



Des. 3

miné (Des. 2). A única diferença está no telhado; enquanto naquelas a mesma água cobre os cubículos e o alpendre, nestas o telhado tem uma ala lateral que cobre o cubículo que faz de

quarto. A água do telhado que desce a cobrir o alpendre e o outro cubículo, apoia-se no cunhal do quarto, na devida altura abaixo do beiral.

A face da casa virada para a rua, e onde se abrem as três janelas da sala e do quarto, fica pois com o beiral direito. O quarto deixou de ser assotado, tendo assim o mesmo pé direito que a sala (Des. 3).

A localização da casa, em relação à rua e à entrada, tem lugar nos mesmos termos que apontamos para as do tipo anterior; mas há casos em que a sala tem também porta para a rua.

Tipos intermédios entre A e B

Quando as casas dos tipos que acabamos de descrever são construídas sobre terreno desnivelado, aparecem por vezes com uma cave baixa a que se desce por uma escada que abre por um alçapão no corredor.

Se o desnível é mais acentuado, a cave dá lugar a lojas, que ocupam geralmente os baixos de toda a casa à excepção da cozinha e às quais se acede por uma escada exterior, e geralmente também por outra interior. Aproximam-se já das de tipo B, como veremos adiante (Est. I, fig. 1).

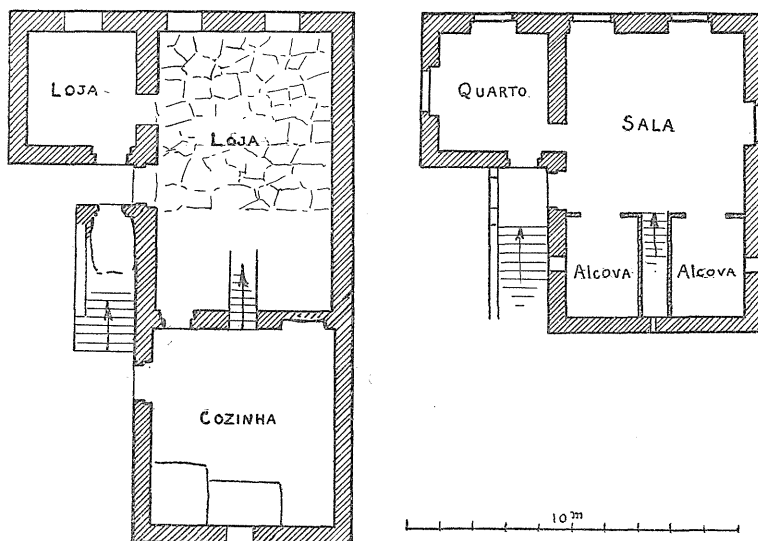
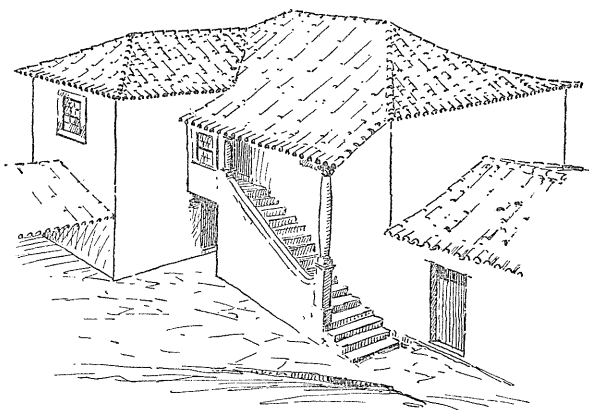
O telhado destas casas apresenta-se algumas vezes com a forma do tipo A, mas geralmente segue a do tipo A'.

A sua localização é idêntica à dos dois tipos que apontamos como seus modelos.

Casas de tipo B

Estas casas são de rés-do-chão e andar, com dois corpos formando um L de braços desiguais; o corpo principal é coberto por um telhado de quatro águas, que se ramifica numa ala lateral mais baixa cobrindo o corpo menor. Encostada ao lado interno

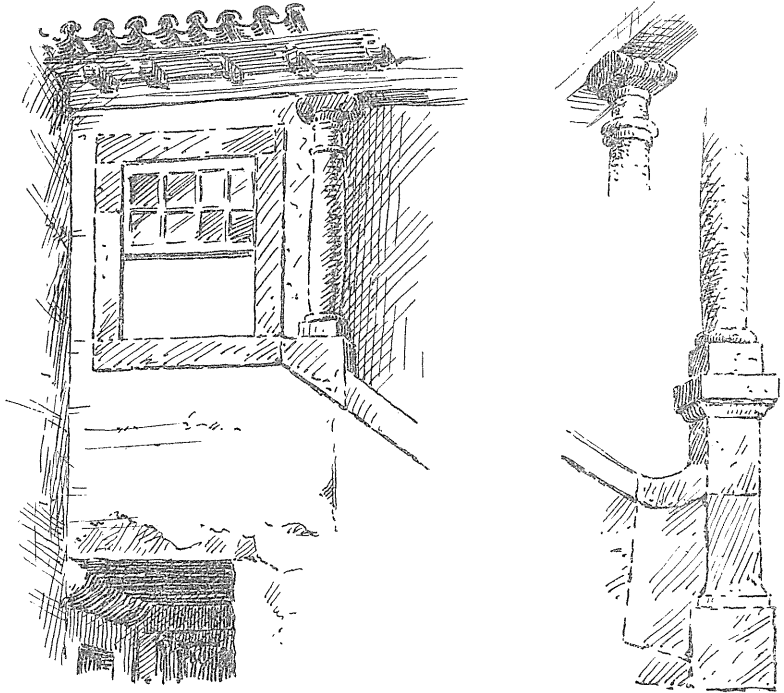
do primeiro, sobe uma escada de pedra com um patamar no alto; escada e patamar são cobertos por um alpendre formado pelo



Des. 4

prolongamento do telhado (às vezes, raramente, o coberto é independente). Para o patamar da escada dão duas portas: uma da sala e outra do quarto grande, fronteiro à escada; estas duas divisões

têm comunicação interior. Tal como sucede nas casas dos tipos anteriores, para a sala abrem também as portas das duas alcovas e a da escada estreita que desce para a cozinha, contígua ao corpo da casa. O rés-do-chão é ocupado apenas por lojas, para



Des. 5

as quais se entra pelo vão situado por baixo do patamar da escada (Des. 4).

A escada exterior é de granito bem trabalhado, com uma guarda lançada entre duas colunas, uma curta no patamar, e outra que parte do fundo, alta e elegante. A base desta coluna alta sobe sempre acima da guarda (Des. 5).

Por vezes o patamar é fechado por uma janela (Des. 5), e em alguns casos por uma porta que dá para a escada. Isto

acontece quando a orientação da casa vira o patamar para as nortadas, tão frequentes na região do litoral. A traça da escada, colunas e alpendre repete-se de casa para casa quase como uma cópia fiel (Est. II, figs. 2 e 3).

As duas janelas da sala e a do quarto grande rasgam-se a espaços regulares na fachada virada para a rua, com os seus largos alizares de granito (Des. 6). Para o interior, portas e janelas têm também uma delgada guarnição de pedra. Como os postigos das alcovas são pequenos, as portas para a sala são largas e envidraçadas; de resto em muitas casas nem postigos há, e é só através delas que entra o ar e a luz.

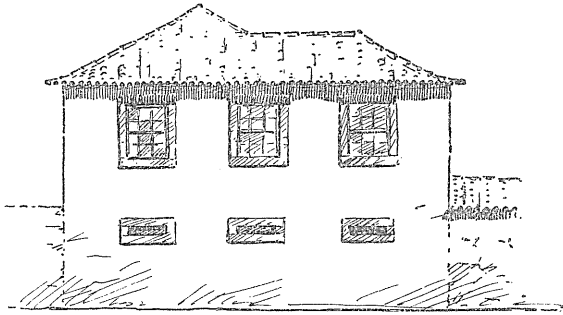
A sala é geralmente de planta quadrada, por vezes de grandes dimensões; em Freixieiro, Perafita, por exemplo, vimos uma — na realidade a maior que encontramos — com 8 metros de lado; o tecto é quase sempre forrado a madeira lisa e pintada, com qualquer florão decorativo a meio, e esquadrias e cantos ornamentados e em cores diferentes, o mesmo sucedendo às guarnições das portas e alcovas, e, quando os há, nichos, armários embutidos, ou quaisquer outros elementos acessórios.

À cozinha, no rés-do-chão e fora do corpo da casa, mas a ele ligado, com telhado a duas águas sem chaminé, não se distingue das cozinhas das casas dos tipos A e A'. O chão é de terra. A um canto o forno e logo a seguir o lar, com a borrarreira para a cinza; um postigo de reduzidas dimensões deixa entrar alguma luz sobre o lar. Além da porta para o exterior há também a porta da escada que sobe para a sala, e a que dá passagem para as lojas.

As lojas são apenas duas, correspondendo às paredes da construção, e na maior é visível a caixa da escada que desce para a cozinha (Des. 4). Para ventilar e deixar coar um pouco de luz, há frestas horizontais por baixo das janelas viradas para a rua. As portas que dão para o exterior e para a cozinha são

chapeadas. Não existe lagar, pois o vinho era feito em dor-nas (1).

Estas casas situam-se sempre à face da rua, correspondendo-lhes um terreiro maior ou menor, e um quintal ou *cortinha*. A fachada em L, onde se encontra a escadaria de pedra, dá para esse terreiro; e o mesmo sucede à cozinha térrea, que prolonga, sem o andar superior, o corpo principal.



Des. 6

A fachada que dá para a rua é lisa, e mostra geralmente três janelas (duas da sala e uma do quarto), sobre os três postigos das lojas. As três janelas, e a forma do telhado resultante da altura diferente das duas alas que o compõem, dão a estas casas um aspecto característico, que as identifica facilmente (Des. 6).

*

* *

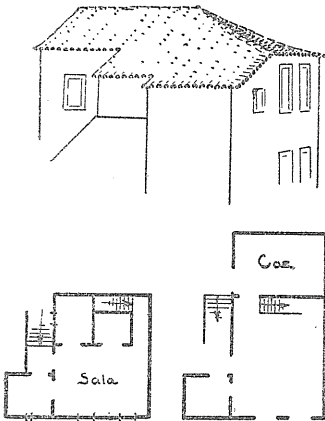
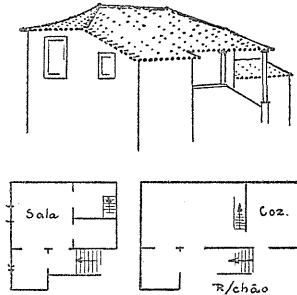
É muito frequente encontrarem-se casas que combinam traços característicos dos diferentes tipos aqui mencionados, cons-

(1) Vimos uma destas casas, em Freixieiro, em que, da loja que fica por baixo do quarto sobe uma escada tosca e íngreme, que para ele dá acesso através desse alçapão. Na loja maior, o chão era em parte lajeado.

tituindo anomalias, em relação aos tipos-padrão. Nos desenhos 7 a 12 damos alguns exemplos de tais casas.

Des. 7

Leça do Balio, Santana (Maia) — Casa quase do tipo B. O telhado deriva directamente do A, e não do A'. Isto acontece algumas vezes, principalmente na orla Sul dos concelhos de Matosinhos e Maia. Também a escada interior, que desce para a cozinha, tem diferente disposição, partindo de uma das alcovas.

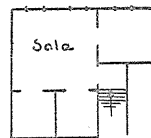


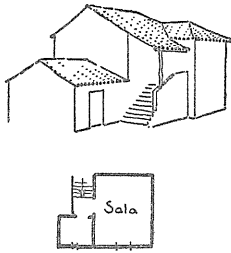
Des. 8

Lugar da Igreja, Barreiros (Maia) — Caso semelhante ao anterior, em que o telhado conserva a forma do tipo A, mesmo no formato a três águas. A escada interior tem outra implantação.

Des. 9

Pampelido de Lavra (Matosinhos) — Tipo B de dimensões mais reduzidas. O quarto não tem porta para o patamar. Não há escada interior para a cozinha, que fica, segundo a regra, no rés-do-chão. A escada apendrada tem apenas a coluna alta.



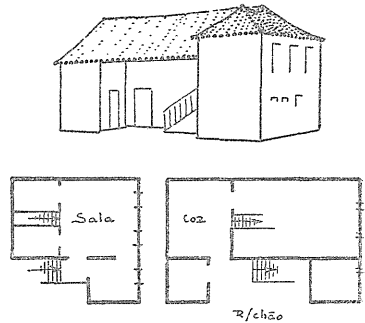


Des. 10

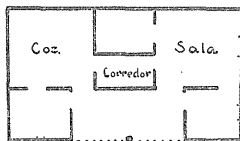
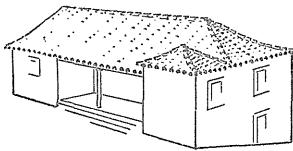
Pedras Rubras (Maia) — Casa pequena e pobre. No andar apenas sala e quarto. A escada é tosca, com a coluna de madeira. A janela do quarto (a que os moradores chamam «torrinha», é um pequeno postigo.

Des. 11

Leça do Balio, S. Sebastião (Maia) — Esta casa, que apresenta características do tipo B, conserva dos tipos A e A', mas no nível do andar, o corpo correspondente ao segundo cubículo; este e a cozinha não têm andar sobre eles, ficando com um pé direito da altura do telhado. O telhado do corpo principal forma um alpendre elevado, abrigando a arcada exterior, que é independente dele.



Des. 12



Lugar do Outeiro (Maia) — O telhado apresenta uma forma diferente, que apenas encontramos numa casa da Guarda (Moreira). Não tem o corredor do costume; a passagem da sala para a cozinha faz-se por uma das alcovas, a que os moradores chamavam «corredor». A loja ocupa apenas o baixo da sala. É uma casa datada 1761. Guarnições, coluna e degraus do alpendre bem trabalhados. Os vãos das portas das alcovas nunca tiveram porta. Há um nicho entre esses vãos, e armários de parede de fortes almofadas.

Estudo comparativo

Vemos assim que os três tipos atrás descritos correspondem a uma concepção arquitectónica única, patente especialmente no

que se refere ao aproveitamento e divisão interior. Podemos mesmo estabelecer uma linha nítida de desenvolvimento e evolução morfológica, se não cronológica, que marca a adaptação dessa concepção única a circunstâncias diversas.

No tipo A, a passagem da planta típica para a mais singela correspondeu certamente a uma menor facilidade económica, que levou à supressão de algumas divisões; mas à parte esse caso, ela mantém-se em qualquer dos três tipos: em todos eles, no corpo principal vemos a sala, as duas alcovas, muitas vezes arejadas e iluminadas apenas pelas portas que com ela comunicam, e, entre essas alcovas, o corredor ou escada (conforme a casa é térrea ou de andar) que conduz à cozinha, que é sempre térrea; a ala lateral, perpendicular a esse corpo principal, é ocupada pelo quarto que dá para a sala.

O tipo A difere pois do tipo A' apenas no telhado. No primeiro, ele é de três águas, prolongando-se uma das laterais a cobrir o alpendre e os cubículos, de modo que o beiral da fachada da rua fica parte direito, parte inclinado. No tipo A' o quarto é coberto pela ramificação lateral do telhado; o beiral fica direito, e separado de maneira evidente do beiral do alpendre.

Quando o desnível do terreno permitiu a existência duma cave ou de lojas, é no corredor que se abre o alçapão, ou é ele próprio substituído pela escada.

O tipo B representa a adaptação da planta da casa de tipo A', à qual se tivesse suprimido o cubículo correspondente ao aido, a uma casa de andar, mantendo-se a cozinha no rés-do-chão. O corredor transformou-se em escada interior. O alpendre para onde davam as portas da casa, foi substituído por uma escadaria exterior de pedra, com patamar para onde abrem as portas do andar, escadaria que se aproveitou como motivo decorativo e de enriquecimento. O telhado é igual aos do tipo A'.

Em todos estes tipos de casas falta, como vimos, a chaminé, e esta nota é característica.

*

* *

As casas do tipo A são bastante raras. É talvez na freguesia de Santa Cruz do Bispo que elas se encontram com mais frequência, mas sempre muito pouco numerosas. Fora dali, vimos uma série delas no lugar de Real, em Soutelo (Modivas), muito adulteradas, e uma ou outra espalhada pelo concelho de Matosinhos e pela ponta SW do concelho da Maia. Aparecem algumas apenas com um cubículo ao lado do alpendre; neste caso o que falta ou é substituído por uma parede, ou, mais raramente, fica o alpendre aberto, com um esteio suportando o telhado. Em Barreiros (Maia) vimos casas destas com telhados a duas águas.

As casas de tipo A' são pelo contrário muito frequentes. Vimo-las mais ou menos por todo o concelho de Matosinhos, e pelo da Maia até à estrada Porto-Braga. São numerosas em Cabanelas, com um alpendre mais curto que em Santa Cruz do Bispo, e mostrando para a rua duas janelas e uma porta a meio, que abre para a sala. Em Paiço e em Pedras Rubras há também muitas, mais altas, de planta geral mais quadrada e alpendre muito curto, e às vezes também só com um cubículo. São muito vulgares também em Moreira e em Barreiros, e ao longo da estrada Porto-Póvoa, da Circunvalação ao rio Leça; em todos estes locais, a porta para a rua vê-se também por vezes, na fachada que corresponde à sala.

Na passagem do concelho de Matosinhos para o da Maia começam porém muitas destas casas a ter cave ou loja. Assim na Guarda (Moreira da Maia), onde elas formam a quase totali-

dade das habitações da povoação, todas elas têm uma cave baixa para onde se desce por uma escada abrindo um alçapão no corredor; no vizinho lugar de Carvalhido há bastantes com lojas, e esta variante aparece para leste da estrada Porto-Braga, por Gueifães, Nogueira, e ainda, já raramente, por Silva Escura. Os tipos, porém, se são bastante nítidos desde o mar até essa estrada, começam para o interior a perder a sua regularidade, mantendo-se em muitos casos apenas sinais da sua influência.

É pela área da freguesia de Santa Cruz do Bispo e dos lugares de Freixieiro e Gandra (Perafita) que as casas de tipo B se encontram em maior número, melhor conservadas, e onde a sua construção atingiu uma maior uniformidade (Est. II, figs. 2 e 3) (1). As únicas diferenças estão num ou noutro pormenor sem importância: existirem ou não postigos nas alcovas, ter o quarto grande mais uma janela além da que dá para a rua, serem as colunas do alpendre de ferro ou pau em vez de pedra, etc.

Contudo pode afirmar-se que este tipo, ou casas por ele influenciado, se encontra por todo o concelho de Matosinhos. Assim sucede em Perafita, onde se notam casas com a sua forma exterior característica, e, por vezes, vestígios de velhas escadas de colunas, incluídas em construções muito adulteradas. No Paço ainda se encontram alguns, raros, exemplares, razoavelmente conservados mas menos típicos. Em Pampelido são mais pequenas e modestas, mas mantêm a escada com colunas de pedra da mesma forma (Des. 9). Em Lavra vimos várias casas nitidamente influen-

(1) Um carpinteiro chegou a dizer não precisar tirar medidas à caixilharia das diferentes casas deste tipo, pois todas apresentam as mesmas dimensões. Por outro lado, aparecem inúmeras casas inteiramente novas e modernas, que repetem certos detalhes externos característicos deste tipo: planta em L, forma do telhado, escada, colunas, etc.

ciadas por este tipo — na forma do telhado, na existência da escada com colunas de pedra, etc. —, embora nenhuma o repetisse fielmente, e todas se encontrassem muito adulteradas.

Para o interior, vão surgindo por Pedras Rubras, Telha, e por Moreira (1), Barreiros e Castelo, já no concelho da Maia. Aqui, porém, são muito mais frequentes as que citamos atrás, como tipos intermediários, em que as lojas só ocupam parte da casa por causa do desnível do terreno.

Desta zona para dentro, a influência é ainda evidente, mas são raras as casas de tipo puro, tal como acontece com as casas de tipo A e A'.

Como atrás dissemos, a deficiência de dados documentais — registos, escrituras, etc. — relativos a estas casas, não permite fixar a seu respeito origens locais, nem estabelecer entre os diferentes tipos relações evolutivas ou qualquer cronologia exacta; apenas por conjectura se pode dizer que a evolução se deu a partir dos tipos mais simples para os mais complexos, ou vice-versa, ou ainda dos tipos intermediários para os mais caracterizados. E a mesma incerteza se verifica em relação à data do aparecimento desta concepção architectónica geral na região. De resto, atendendo à sua larga difusão, pelo menos no noroeste do País, estes problemas devem ser estudados em conjunto com aqueles que respeitam às demais zonas onde ela se verifica igualmente.

As casas do tipo A, e mesmo as dos tipos A' e intermédios, por demasiado singelas na sua ornamentação, não oferecem qualquer detalhe que marque uma época determinada, mesmo aproximada; conhecemos apenas uma, do tipo A', na vila da Maia, que tem a indicação da data de 1761 (Des. 12). Porém

(1) Já há tempo o Dr. Andréa da Cunha e Freitas nos mostrara, em Moreira, uma casa deste tipo.

os ornatos das escadas e em certos casos os da sala grande das do tipo B, a despeito da sua sobriedade e modéstia, podem enquadrar-se no estilo que, numa feição pobre, corresponde a finais do século XVIII; e esta cronologia não parece contrariar a indicação que nos foi dada pela actual proprietária de uma delas — a maior e melhor que vimos — relativamente ao seu construtor, que, pelo cômputo das gerações que lhe sucederam, acusava entre 150 e 200 anos. Além disso, no portal do quinteiro duma destas casas, em Pedras Rubras, vê-se a inscrição da data de 1754. É certo que este portal pode ser independente, quanto à época da sua construção, da casa que serve; mas em Vila Nova, na Telha, um outro que, esse, tem nitidamente o aspecto de ser coevo do prédio principal — que é também uma casa do tipo B característico da zona — contém, além de outros ornatos, uma inscrição com a data de 1743; e em Freixieiro, se não também no próprio edifício, na casa da eira de uma outra casa destas, encontra-se ainda a inscrição de 1796.

Todos estes elementos, portanto, embora não decidam cabalmente a questão, são concordantes e apoiam a nossa suposição.

Quanto à sua função social, afigura-se-nos que as casas dos tipos A, A', e intermédios, correspondem, em níveis económicos diversos, a uma classe de artífices locais autónomos ou pequenos proprietários-trabalhadores, vivendo em relativo desafogo e independência, com um quintal maior ou menor, que eles próprios amanham nos seus vagares; o amplo alpendre que as caracteriza é eminentemente apropriado para a recolha das alfaias agrícolas ou para a instalação dos apetrechos de uma profissão manual — mesa de carpinteiro, pequena oficina de sapateiro, cesteiro, etc. — e o seu plano interior mostra claramente que os trabalhos domésticos são feitos, pelos próprios moradores, nos mesmos locais onde estes habitam.

Por seu turno, a casa do tipo B, que tem as características de uma casa de lavoura mediana, pela nítida separação e diferenciação que estabelece entre os sectores de habitação — o quarto, as alcovas e a sala —, no andar superior, com acesso pela escadaria de pedra, exterior e aparatosa, e o de trabalho, no rés-do-chão — a cozinha, as lojas e as dependências agrícolas — com comunicação para cima por uma escada característica de serviço, exígua e desprovida de qualquer ornamentação, pressupondo a existência de criadagem e postulando uma vida de relação mais requintada e com ocupações perfeitamente diferenciadas, parece corresponder a uma classe burguesa abastada e com certas exigências, ainda ligada à terra, mas já com influências da cultura urbana.



Fig. 1 — *Casa em Espozade* — Tipo intermediário entre A' e B: pelo aspecto da sua fachada sobre a rua, parece uma casa do tipo B; o andar porém resulta do desnível do terreno, e, para trás, a casa é térrea; vêem-se os dois cubículos, recobertos, um, pela ala lateral e o outro pela água maior do telhado, e o alpendre que corre entre eles, característicos das casas dos tipos A'.



Fig. 2 — *Santa Cruz do Bispo — Lugar do Monte dos Outeiros — Casa da Moura* — Tipo B característico: a escada de pedra com as duas colunas, o corpo lateral do edifício, e a cozinha térrea (à esquerda). Esta casa parece ser das mais antigas que vimos, e apresenta uma janela no corpo saliente, que não encontramos em qualquer outra. Num pequeno quintal, anexo a esta casa, existe uma boca de poço, formada, entre outras, por uma pedra talhada em redondo, contendo uma inscrição que nos foi impossível decifrar, mas que recomendamos à atenção dos especialistas.



Fig. 3 — *Casa em Santa Cruz do Bispo* — Tipo B: veja-se a escada com as duas colunas, o corpo lateral saliente, a ala do telhado que lhe corresponde, e a cozinha térrea, sem chaminé.

Casas de Esposende

POR

Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano

(Do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular)

O estudo que aqui nos propomos levar a efeito diz respeito a determinados tipos de casas, que constituem a quase totalidade das construções que encontramos numa grande parte do concelho de Esposende, pelas zonas de Fão, Gandra, Gemezes, Esposende, Marinhas, Abelheira, etc. Região franca e quase exclusivamente rural, estas casas são — ou foram originariamente — próprias de uma classe de lavradores vivendo mais ou menos modesta ou abastadamente das suas terras, que eles próprios amanhã com a ajuda da família. E esta feição primitiva perdura e é patente na existência de amplos quinteiros cobertos, de arrecadação, guarda de carro e alfaias, etc. (1), geralmente situado ao lado da casa principal, com largo portal quadrangular para o caminho — às vezes recoberto por um alpendre saliente, que é o prolongamento do telhado desse quinteiro — e através do qual se passa para entrar em casa. Para esse quin-

(1) É especialmente digna de nota, a este respeito, a arrecadação nesses quinteiros, do sargaço em pilhas. O tipo rural desta região é fundamentalmente o mesmo de toda a zona litoral do Minho: pequena propriedade de exploração directa, a que corresponde um povoamento muito disperso; horticultura e milho (e feijão), pouco vinho, gado vacum, pinheiro e mato, para adubo, que aqui se enriquece com produtos do mar — pilado e sargaço —, cuja apanha constitui uma actividade característica da região.

tsiro dá, conforme a casa é térrea ou de andar, a porta da cozinha ou das outras dependências, a varanda térrea ou a escada de pedra.

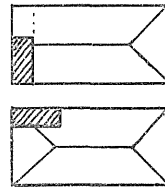
Estes tipos de casas, que procuraremos definir por um conjunto de caracteres externos e internos, deverão, para melhor compreensão do seu significado dentro do fenómeno geral da habitação portuguesa, aproximar-se dos tipos de casas da região da Maia, que no estudo anterior caracterizamos e definimos sob as designações de tipos A, A' e B. Com efeito, se pelas características exteriores — e exceptuando a sua típica chaminé, localizada regularmente num dos topos do edifício (1) — as casas de Esposende não apresentam entre si uma nítida identidade de características, que permita uma definição precisa — tal como acontece com os citados casos da Maia, onde se afirma um estilo perfeitamente certo — e se, por essa razão, a sua semelhança com estas é menos evidente, veremos que, pelo plano da sua divisão e aproveitamento interno, e à parte pequenos pormenores, a semelhança entre as casas das duas regiões é decisiva, impondo a sua aproximação e inclusão dentro da mesma concepção arquitectónica, a qual, por sua vez, dá um sentido mais compreensível aos traços exteriores que atrás apontamos, de semelhança mais confusa e diluída.

A nota característica exterior da generalidade destas casas, que falta apenas nas mais humildes dentre elas, é a sua vasta chaminé, larga e pesada — às vezes enorme —, que se ergue na maioria dos casos sobre a parede de um dos topos do prédio, e, ou vai de lado a lado, ou ocupa apenas metade da largura, até à longitude do cume do telhado, tendo este então três águas;

(1) Quando estas chaminés aparecem a meio, elas pertencem por via de regra a casas que sofreram um acréscimo relativamente à sua primitiva traça, que terminava na altura da chaminé.

noutros casos, menos frequentes, mas também numerosos, ela ergue-se sobre a parede de uma das fachadas maiores da casa, a partir do cumhal, e o telhado é então a quatro águas ⁽¹⁾ (Des. 1, e Est. 1).

Estas chaminés, como estão sempre construídas sobre um cumhal da casa, têm duas faces verticais de granito ⁽²⁾; as outras duas são de tabique forrado a telha-canela, uma vertical e outra inclinada. Na boca larga há duas caleiras com ligeiro pendente, assentes sobre as paredes, para escoamento das águas da chuva, e a sua ponta nota-se nas faces menores da chaminé. Por cima delas está um varão de ferro, onde pousam horizontalmente telhas com espaços entre si, para a saída do fumo; tudo isto é protegido do vento por um rebordo de tijolo ou lascas de xisto. Este género de chaminé ergue-se menos acima do cume do telhado do que outro, em que a boca é protegida por um chapéu de tijolo (Des. 2).



Des. 1

Quando a chaminé ocupa toda a largura da casa, a trave do cume assenta, como é natural, numa tesoura.

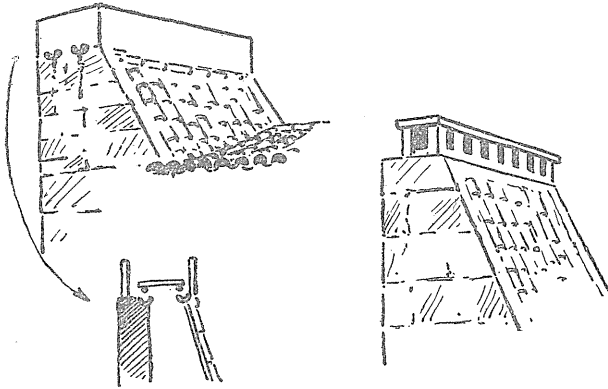
Os demais elementos da construção exterior apresentam-se, de um modo geral, como dissemos, com pouca regularidade, tornando-se por isso difícil definir e fixar constantes locais características; parte das casas formam simples blocos quadrangulares térreos ou com andar, tendo o cume do telhado a meio

(1) Conforme a seguir veremos, muitas destas casas apresentam um telhado de forma mais complexa, com uma ala lateral, que corresponde a uma planta em L; nestes casos, as duas modalidades que mencionamos no texto, no que interessa à localização da chaminé, verificam-se no que respeita ao corpo principal do edifício.

(2) No caso de chaminé de topo, a toda a largura da casa, ela tem mesmo três faces verticais de granito, e a outra, inclinada, de tabique.

da planta do edifício, e as suas duas águas maiores iguais; outras vezes as casas com andar têm um corpo principal da mesma forma das anteriores, mas apresentam uma ala lateral num dos topos, que corresponde a um cubículo, e que origina no telhado um prolongamento a três águas (1).

Este prolongamento do edifício, virado sempre para um lado ou para as traseiras, e correspondendo a um pequeno quarto, é continuado, ao longo da fachada comprida, por uma varanda aberta ou fechada. Tal varanda, que é em geral recoberta pelo



Des. 2

prolongamento assimétrico da água lateral do telhado principal, reconhece-se, quando é fechada, pelo material utilizado — o tabique — que contrasta com a pedra do cubículo, e pelo grande número de janelas que apresenta.

Pelo exposto, vemos que é possível estabelecer uma relação certa entre estas formas externas fundamentais e os elementos que caracterizam a classificação das casas da Maia nos tipos A' e B. Assim, aqui como lá, encontramos o plano em L, com o

(1) Este prolongamento, a que aludimos na nota 4, aproxima estas casas, exteriormente, das casas dos tipos A' e B, da Maia. (Vid. estudo anterior).

telhado competente, característico desses tipos, e a varanda que corresponde ao alpendre das casas da Maia dos tipos A e A'. Aqui, como lá, também as casas não têm porta directa para a rua; a entrada faz-se desta para um quinteiro ou terreiro, onde a casa se situa, com a fachada para a rua, mas sem porta.

É contudo sob o ponto de vista da sua divisão e aproveitamento internos, que, como dissemos e como vamos ver, as semelhanças destas casas com as da região da Maia têm um carácter mais evidente e decisivo.

De entre as casas térreas, as mais simples reduzem-se a sala e cozinha, e têm o telhado a três águas, com a cozinha do lado da empena. Com uma estrutura funcional mais diferenciada, elas apresentam-se com a sala, para a qual dão duas alcovas sem janela e a porta de um estreito e curto corredor, que passa entre elas e faz ligação da sala com a cozinha.

O caso mais vulgar é porém o das casas de andar, com lojas no rés-do-chão aproveitadas para cortes do gado e arrecadações, e por isso delas passamos a ocupar-nos, analisando-as mais detidamente.

O andar, de planta rectangular, tem, como no caso anterior, a sala para onde dão as duas alcovas, e o corredor a meio, ligando-a à cozinha; aparece ainda como regra, ao longo da parede que corresponde à fachada da entrada, a varanda corrida que acima mencionamos, com o cubículo que a prolonga numa das extremidades — geralmente a do lado da sala — e mais raramente nas duas (1), e que corresponde à ala lateral do telhado também atrás mencionada.

(1) Quando há dois destes cubículos, um deles é, por vezes, dividido a meio, e uma das metades utilizada como retrete.

O telhado da casa é a três ou quatro águas — além da ala lateral — conforme a colocação da chaminé; uma das águas maiores amplia-se de modo a cobrir a varanda e um dos quartos, quando existem dois; por vezes mesmo, em certos casos, não existe a ala lateral do telhado, e essa água assimétrica recobre toda a fachada da casa.

A colocação da escada de acesso ao andar superior, ou, mais concretamente, à varanda, varia conforme a situação geral e forma da casa, e o declive do terreno; o patim, pelo seu turno, fica também indistintamente a meio ou num topo, geralmente do lado da cozinha — existindo neste caso, evidentemente, apenas o quarto da extremidade oposta.

A varanda pode ser aberta ou fechada (1); neste último caso que é muito mais frequente, a parede exterior é quase sempre de tabique, e nela se abrem duas ou três janelas que iluminam e arejam bem a casa. Para esta varanda dão as portas da sala e da cozinha, e as dos quartos situados nas suas extremidades. A parede divisória entre estes quartos e ela é muitas vezes em tabuado, outras em tabique. A parede interior da varanda, a todo o seu comprimento, é sempre de pedra.

O quarto é sensivelmente quadrado, e tem a largura da varanda, de que é o prolongamento; apenas a parede do lado do topo da casa é de pedra, com uma janela ou postigo.

A sala é quadrada, com uma ou duas janelas, e portas para a varanda, corredor central e alcovas. O tecto pode ser direito, mas é com mais frequência de masseira, em madeira,

(1) As varandas abertas parece serem mais frequentes nas freguesias afastadas do mar. Não será já a passagem para as casas de varanda aberta do interior do Minho? Em Gemezes de Cima vimos uma com um ripado de levantar, que quase a transforma num varandão para secar produtos do campo.

não raro duma bela facção, com pinturas ou ornatos entalhados (1).

As alcovas são por vezes muito pequenas, apenas com o espaço para a cama; quando assim sucede, não têm portas, ou estas abrem para a sala. Ouvimos chamar-lhes, em Gemezes de Cima, *camaretas*. Entre elas fica o corredor estreito que conduz à cozinha.

A cozinha, de dimensões sensivelmente iguais às da sala, tem uma ampla chaminé cujo *rodo* cobre todo o *telho do lar* (lareira), feito de lajes de granito (2), e é apoiado num pilar de pedra ou prumo de madeira; muitas vezes atravessa a cozinha de lado a lado. O forno fica também debaixo da chaminé, com a boca virada para a lareira. Atrás, cavada na parede, a *borralheira* para a cinza (*borralheira* tanto é o vazio para a cinza como a pedra que o cobre, e sobre o qual pousam a louça). A *banca* ou *pedra de lavar* tem quase sempre um funil de despejo feito de cimento, ou de pedra nas casas mais antigas. Um *louceiro*, a masseira, mesa e cadeiras, e os *cântaros* da água num nicho da parede, completam o recheio da cozinha.

Nas casas que têm maior número de divisões, vê-se com frequência outra sala entre as alcovas e a cozinha.

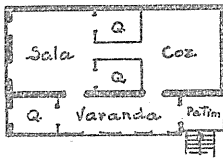
(1) Não só na sua estrutura e decoração são estas salas, com muita frequência, peças dignas de nota pela sua beleza e estilo; o seu mobiliário, que se repete com muita regularidade, acentua a uniformidade desse estilo, e o seu carácter local. Assim, em todas elas se encontra um relógio alto, de parede, de mostrador ornamentado, uma ampla cómoda, geralmente de vinhático, um santuário com talha, uma arca, etc. Este mobiliário, de resto, contrasta com a modéstia dos móveis das demais divisões da casa.

(2) Quando o terreno é inclinado, a cozinha fica geralmente no lado mais elevado, e as lajes do lar estão assentes no chão. Quando a cozinha é alta assentam sobre o entulho dum espaço roubado às lojas.

As lojas do rés-do-chão nada apresentam de particular; nelas estão instaladas as cortes do gado, arrecadações, por vezes o lagar, etc.

Exemplos

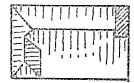
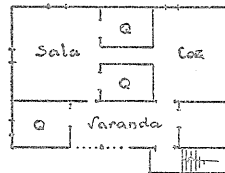
a — Casa de rés-do-chão e andar, com a planta mais vulgar: sala, alcovas, e corredor entre estas para a cozinha. Varanda fechada com quarto numa das extremidades. Telhado de águas assimétricas com ala lateral a 3 águas cobrindo o quarto.



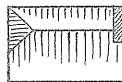
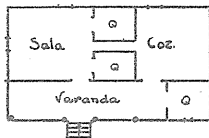
Des. 3

(Está agora modificada, mas reconstitui-se com facilidade a planta original). — Gemezes.

b — Planta semelhante à anterior; também o telhado é igual. Varanda aberta, com cubículos em ambas as extremidades. Outra colocação da escada. — Barca do Lago.



Des. 4

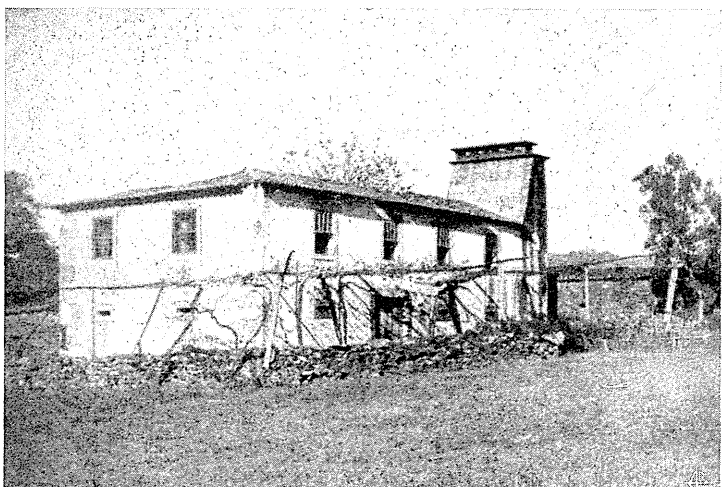
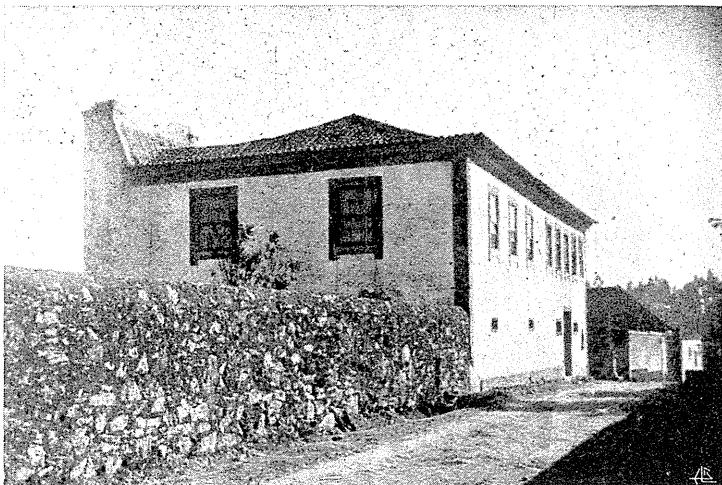


Des. 5

c — Planta idêntica, apenas com um cubículo na varanda, que é aberta.

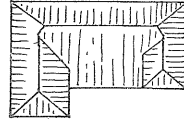
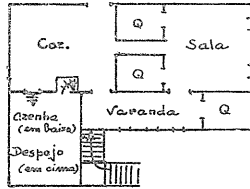
Telhado de águas maiores assimétricas, sem ala lateral, cobrindo o quarto.

— Barca do Lago.



Gemezes — Casas com as características chaminés

d — Divisão interior idêntica. Varanda fechada, com escada de dois lanços. Telhado com duas alas laterais a três águas, cobrindo, uma o quarto, e a outra, maior, um corpo ocupado em baixo por uma azenha, e em cima por um «despejo». (Marinhas, Abelheira). (Este tipo de telhado é raro).



Des.



Des. 7

e — Esta casa apresenta como que a duplicação da planta usual Cozinha no rés-do-chão, com escada de acesso ao andar (agora entaipada) passando entre as alcovas.

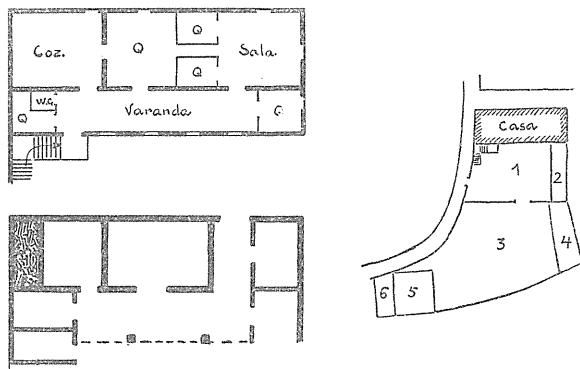
(O edifício foi ampliado, mas mantém bem conservada esta parte primitiva). — Gemezes.

f — Edificação sólida datada de 1871 (?), mantendo quase a construção original. Tectos de madeira em castanho natural, com ornatos entalhados.

Cozinha com enorme rodo de granito. As lajes do lar apoiam-se num maciço de entulho que rouba o seu espaço a uma corte que fica por baixo.

Varanda excepcionalmente larga, com parede exterior de granito de construção posterior (a regra é esta parede ser de tabique).

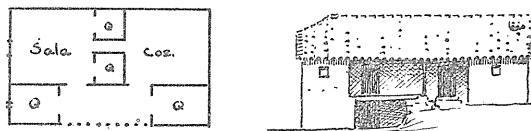
Também contra o costume, o portal abre-se na própria casa, e não directamente para o quinteiro. — Gemezes. (Est. I, em baixo)



Des. 8

- 1 — *Quinteiro*; 2 — *Loja do vinho*; 3 — *Terreiro* (para lenhas, etc.);
 4 — *Coberto de esfolhar* (abriga o velho lagar de vara); 5 — *Eira*;
 6 — *Coberto da eira*.

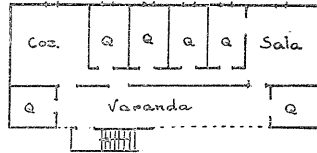
g — É muito semelhante a uma casa de tipo A, da Maia, com lojas aproveitando o desnível do terreno. Alcovas pequenas



Des. 9

(2^m × 1,60). Paredes dos cubículos para a varanda em tabuado.
 — Gemezes.

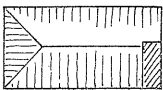
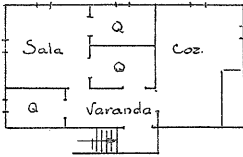
h — Divisão interior diferente e relativamente rara. O corredor passa junto à parede da varanda, e é para ele que abrem os quartos. Telhado a três águas, uma das maiores prolongada, cobrindo os quartos e a varanda. Esta é aberta, mas com ripados de baixar, como nos varandões do Minho.



Des. 10

(A casa, dividida agora entre dois herdeiros, e acrescentada uma das partes com outra cozinha, é facilmente reconstituível). — Gemezes de Cima.

i — Casa de rés-do-chão e andar relativamente moderna. Telhado a três águas, com o cume ao meio do edifício. A varanda está reduzida a um compartimento comprido, inteiramente englobado no corpo da casa. Não são muito frequentes, e parecem ser mais modernas. — Gandra.



Des. 11

*

* *

Vemos assim que, com efeito, a concepção da planta da divisão interior destas casas, é, à parte pequenas diferenças de detalhe que não afectam a estrutura fundamental do edifício nem os seus elementos característicos, rigorosamente idêntica à das casas da Maia, dos tipos A, A' e B atrás referidos; numas e noutras notamos a existência de duas alcovas abrindo para a sala, e entre elas, o estreito corredor que liga esta à cozinha. Aqui, em muitas casas, como lá, aparece o quarto ao lado da sala, que corresponde a

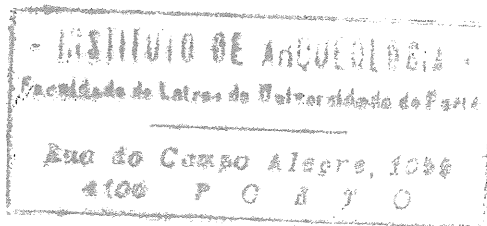
um corpo de edifício destacado do bloco quadrangular principal, implicando a ala independente do telhado.

Como diferenças de detalhe, que se articulam na concepção comum, podemos notar que o alpendre das casas de tipo A e A' foi aqui substituído pela varanda, aberta ou fechada; a cozinha na quase totalidade das casas com andar, deixou de ser no rés-do-chão, ao contrário do que sucede na Maia, onde ela é sempre aí; os quartos da varanda não têm ligação directa com a sala ou cozinha, também ao contrário do que sucede na Maia; e duas das suas paredes são aqui de tábuas ou tabique, enquanto que lá são sempre de pedra.

Apesar disto, porém, o plano interno de aproveitamento é fundamentalmente o mesmo em ambos os casos, e aqui como lá, ele fixa a alcova como elemento definido; a grande característica diferencial está portanto num elemento da construção exterior, que é a chaminé, e na transformação do alpendre em varanda, com a consequente adaptação da escada que a ela conduz.

Falamos já da função social destes tipos de casas. A sua cronologia, tal como acontece com a maioria dos casos da Maia, apoia-se meramente em conjecturas, aqui fundadas no estilo da sala, que parece corresponder a princípios do século XIX.

Contudo, e tal como dissemos a respeito das casas da Maia, dada a área de difusão desta concepção arquitectónica, que não se limita às duas regiões já estudadas, os problemas que lhe dizem respeito têm uma amplitude que transcende os seus limites, e deverão ser considerados em conjunto e na interdependência dos factores que estão na base do seu aparecimento em todas as partes em que ela ocorre.



Da Alfaia agrícola portuguesa

(Em preparação)

POR

Fernando Galhano

(Do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular)

I

Picaretas, Alviões, Alferces

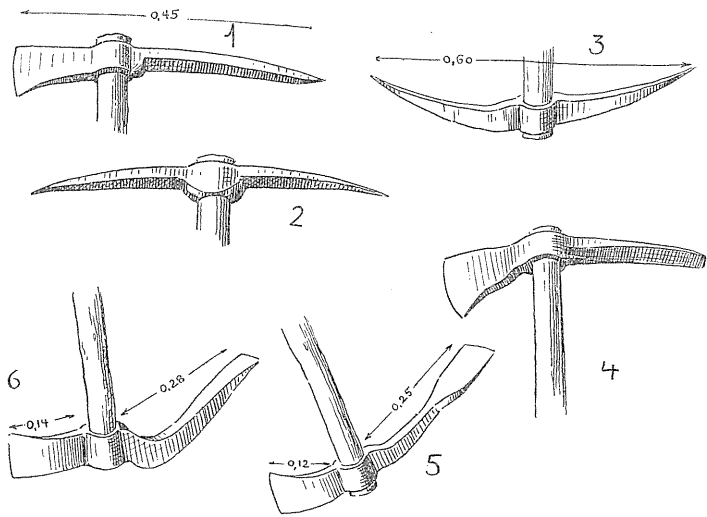
Para a surriba de terrenos duros ou pedregosos, para a abertura de covas ou valas, para o arranque de raízes, etc., empregam-se estes utensílios, robustos, sempre de cabo curto (0^m,70 a 1^m,00), e cuja forma se modifica bastante conforme o trabalho que lhe destinam e a região em que são empregados.

Podem apresentar para cada lado do olho *bicos* de igual comprimento, ou um bico e uma *unha*. Estes podem ser postos ao baixo, como no modelo geralmente espalhado e feito nas grandes oficinas industriais (Des. 1 — 2), ou se encontram postos de cutelo (Des. 1 — 3). Tais utensílios, conhecidos vulgarmente por *picaretas*, e ainda por *picabeques* (ex. Bragança) e *picachões* (ex. Vinhais), empregam-se em todos os trabalhos em que seja necessário rasgar terrenos de piçarra, duros ou pedregosos.

Outros têm uma ponta, em bico ou em unha, e um machado do outro lado do olho. Estão neste caso os *alviões* (Des. 1 — 4) com que no Minho arrancam os raizeiros das árvores, cavam os cantos ou beiras dos campos onde o arado não chega, e abrem covas para meter árvores e bacelos de vide. Também assim são

os *enxadões* ou *patarras* trasmontanos usados no arranque da carqueja e da torga (Des. 1 — 5 e 6), e certos *alferces* com que no Alentejo e Algarve arrancam a cepa (Des. 2 — 1 e 2).

Diminuindo o tamanho do machado e alargando a unha surge o *alferce de pêta* alentejano (Des. 2 — 3), e o *enxadão* da Beira Baixa (Des. 2 — 4). Muito semelhantes e usados também

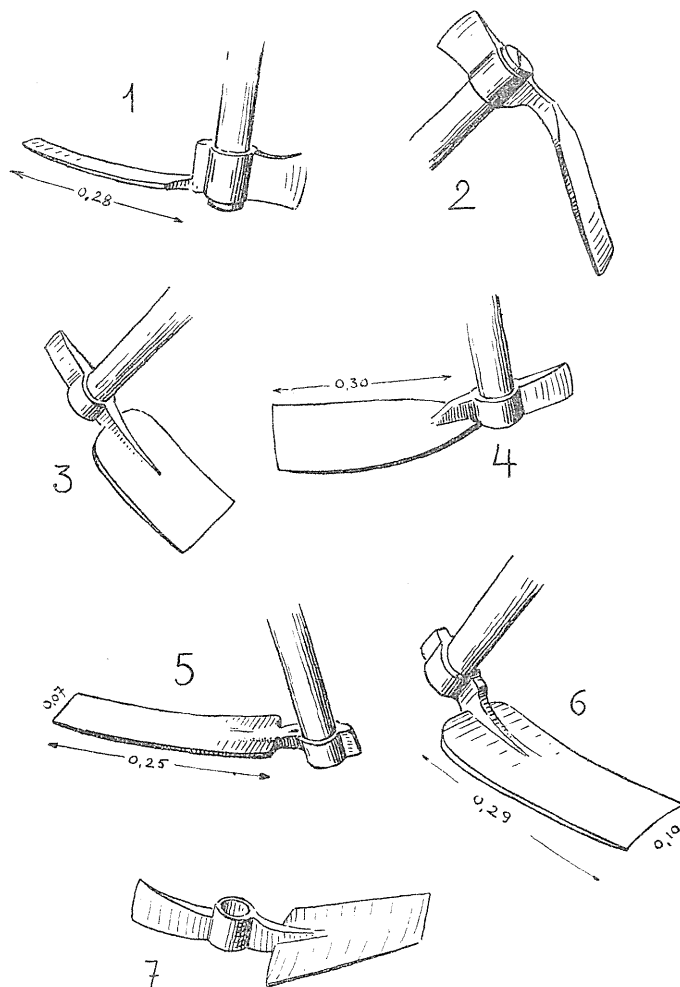


Des. 1 — 1 — *Picareta de machado*, Celorico de Basto; 2 — *Picareta de pontas*, Celorico de Basto; 3 — *Picabeque*, Bragança; 4 — *Alvião*, Braga; 5 — *Patarras*, Bragança; 6 — *Enxadão*, Bragança.

no serviço do arranque de cepa, é ainda com eles que cavam as terras bravas. São ferramentas muito fortes e pesadas (o *enxadão* do Sabugal pesa cerca de K.^{os} 4,500).

Quando o machado ou *pêta* desaparece fica então o *alferce* reduzido a uma unha forte, com larguras variáveis (0^m,07 em Aljezur, 0^m,012 em Aljustrel (Des. 2 — 5 e 6). No Alentejo ouvimos sempre chamar-lhe *alferce*; já no Algarve, além deste nome, chamam-lhe em alguns locais *alvião*.

O nome de *alvião* aparece dado por vezes a utensílios que,

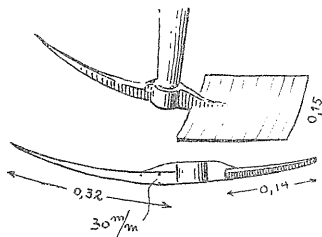


Des. 2 — 1 — *Alferce*, de Beja; 2 — *Alferce*, de Silves; 3 — *Alferce de pêta*, de Grândola; 4 — *Enxadão*, do Sabugal; 5 — *Alvião*, de Aljezur; 6 — *Enxadão*, de Montemor-o-Novo; 7 — *Enxadão de pêta*, Guarda.

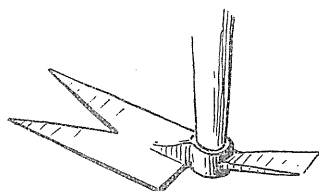
embora empregados de certo modo no mesmo serviço, não têm a robustez costumada, e aproximam-se um tanto das sacholas de

crista. Em Góis (Cimo do Alvem) por ex., vimos um *alvião* com uma pata de lados paralelos semelhante à duma sachola, munida no outro lado duma crista longa e delgada (Des. 3). Este utensílio difere do *enxadão* de pá e bico, que se encontra por Castelo Branco e na vertente S. da Serra da Estrela, apenas na forma do bico, que, nestas últimas regiões, é achatado.

Forma particular tem o *alvião* que vimos usar entre Coimbra e Mealhada no arranque de pedra e na cava da terra seca e das



Des. 3 — *Alvião*, Cimo do Alvem, Góis.



Des. 4 — *Alvião*, Souselas, Coimbra.

vinhas ⁽¹⁾. Em lugar da unha tem uma espécie de pequena e robusta enxada de pontas, e o bico é forte e curto (Des. 4).

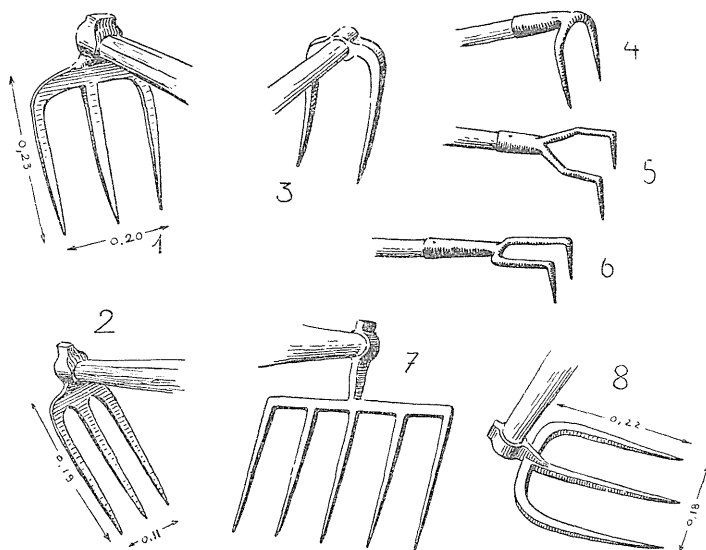
II

Ganchos ou Ganhos

O gancho é o utensílio empregado para cortar e mexer o estrume, e para o carregar sobre os carros; é com ele também que empaveiam os matos depois de roçados. Em certas regiões

(1) Nas vinhas é agora mais usado o farpão de que falamos quando tratamos das enxadas.

usam-no para cavar, nomeadamente áreas de terra donde queiram separar o ervanço, principalmente no preparo de hortas mais delicadas ou alfobres. É com ele também que se arranha a



Des. 5 — 1 — *Gadanho*, Celorico de Basto, Tecla; 2 — *Gadanho para sachar batatas*, Celorico de Basto, Tecla; 3 — *Gancho*, Boticas; 4 — *Caimbo*, Vila do Bispo; 5 — *Ganchorra*, Vila do Bispo; 6 — *Ganchorra*, Vila do Bispo; 7 — *Ancinho de ferro*, Moita, Alcobaça; 8 — *Gancho*, Mazedo, Monção.

terra da ferrã, do tremço, ou de qualquer semente que não goste de ficar muito funda.

O nome mais vulgar é o de *gancho*; por muitas zonas do Minho é conhecido por *gadanho*; na Serra Amarela é *picanha*. No Algarve chamam-lhe *caimbo*.

A sua forma é sensivelmente igual por todo o país, apenas varia o número e a grossura dos dentes (1).

(1) Em alguns locais do Algarve (ex. Vila do Bispo), parece haver a tendência para abandonar os de quatro dentes, e usarem mais os de dois.

Na ponta ocidental do Algarve é com a *ganchorra* de dois dentes que limpam a terra. Também no Barroso são vulgares ganchos de dois dentes. Os *garranchos* ou *ancinhos* de 2 e 3 dentes do Sul da Beira Baixa são muito empregados na cava vulgar da terra. Com cinco dentes encontrámo-lo nas terras areentas do litoral, perto de Alcobaça, onde têm o nome de *ancinho de ferro*; parece-se já, com efeito, com o *ancinho* e além do usual trabalho dos estrumes, serve para arrancar ervas ruins, especialmente o escalracho.

O número de dentes mais usual é, contudo, o de três, e como dissemos atrás, a forma é bastante constante. Na região de Basto, porém, usa-se além deste um outro gadanho mais estreito, com que sacham as batatas. O comprimento dos cabos vai de 1^m,00 a 1^m,50 (1).

Dos *farpões*, ferramenta próxima do gancho, já falamos quando tratamos das enxadas.

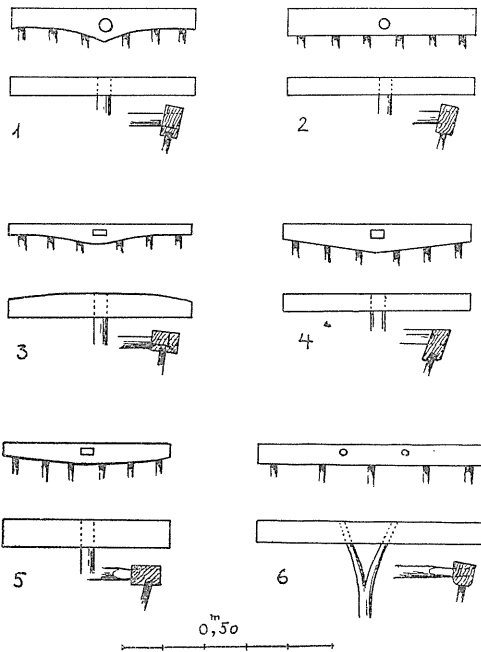
III

Ancinhos ou Engaços

São muito variados os usos dos *ancinhos*. É com eles que se acaba de desterroar e alisar as hortas, e que se arranha no Outono a terra para ervas e ferrãs. Nas regiões em que o centeio é margeado é com o *ancinho* que se espalha sobre ele a terra erguida pelo arado de margear. Nas zonas da cultura do

(1) O comprimento dos cabos acompanha o das enxadas, embora em algumas regiões onde estes são curtos o dos ganchos sejam mais compridos. Também o oitavado da sua parte inferior surge na região de Basto e por Ribeira de Pena.

milho serve para, nas eiras, juntar ou espalhar as espigas ou o grão (na acção de empurrar é usado com os dentes virados para cima). Também nas eiradas de cereais de pragana juntam com os restos de espigas e palha, ou a amontoam em molhos para a transportarem aos palheiros. É do mesmo modo



Des. 6 — 1 — Braga; 2 — Bouro; 3 — Vila Pouca de Aguiar; 4 — Celorico de Basto; 5 — Ribeira de Pena; 6 — Bragança.

indispensável nas debulhas de leguminosas. Serve ainda para apanhar folhada e agulhas de pinheiro, e juntar o mato roçado nas bouças ou a lenha miúda das podas. E ainda se emprega, em alguns locais, para arranhar a terra dos batatais (*rascanhar* as batatas, Armamar). Muitos destes trabalhos são executados indistintamente com o ancinho ou com o gancho, de que falamos noutro lugar.

No Minho e Trás-os-Montes é conhecido por *engaço*. No resto do país por *ancinho*, *rastêlo*, *rastro*, e ainda por *conhadeira* (1).

Os cabos têm um comprimento de 1^m,25 a 1^m,40, e são sempre direitos; apenas vimos cabos recurvados nos *encinhos da eira* dos arredores de Aljezur. O cabo entra no orifício redondo ou rectangular (*olho* ou *encabadoira*) da travessa em que estão



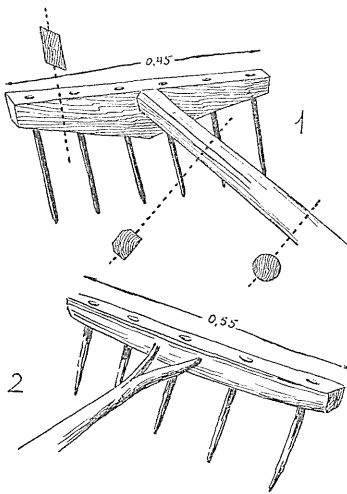
Fig. 1 — Ponte do Lima, Victorino das Donas — *Engaço das malhadas*.

espetados os dentes. À esta travessa ouvimos chamar *marra* (Braga), *pata* (Celorico de Basto) e *pá* (Ovar). Leite de Vasconcelos colheu no Barroso o nome de *travesseiro* (2) e Jorge Dias

(1) Ouvimos *ancinho* (pelo Centro e Sul do país), *encinho* (Castelo Branco), *anchinho* (Ovar), *oucinho* (Arouca, Albergaria das Cabras), *rastêlo* (algumas zonas do Algarve), *rastro* (aldeias fronteiriças a NW de Bragança), *conhadeira* (Abrantes).

(2) *Boletim de Etnografia*, 4.^o, pág. 55.

cita o termo *mango* (1) recolhido em Rio de Onor (Bragança). Estas travessas apresentam certas variações de forma, sem contudo haver grandes regiões definidas em que cada uma se empregue exclusivamente. Contudo as de lados paralelos são mais frequentes no Sul e Centro do país; por Trás-os-Montes são



Des. 7 — 1 — *Engaço de cavilhas*, Celorico de Basto;
2 — *Engaço da eira*, Bragança.

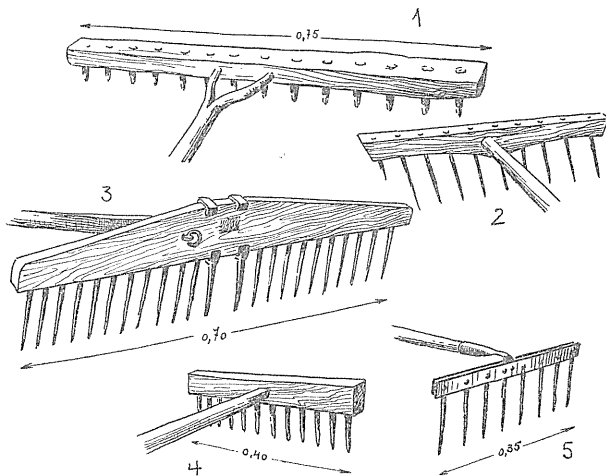
frequentemente postas ao baixo. O desenho 6 mostra várias formas usadas no Minho e Trás-os-Montes.

Para o trabalho das eiras os dentes são de preferência de pau, oliveira, quando possível. São quase sempre pauzitos redondos aguçados, e direitos (não vimos até agora quaisquer dentes encurvados). No rastro de Rio de Onor, citado por Jorge Dias, os dentes são cavacados em forma de pirâmide; isto porém é caso extremamente raro.

(1) *Rio de Onor*. Porto, 1953, pág. 246.

Para os outros trabalhos usam-se os dentes de ferro, feitos geralmente de cavilhas de fabrico industrial (1).

No Minho, onde o engaço é sempre bem acabado, chegou a haver engaços com ornatos entalhados para as grandes malhas.



Des. 8 — 1 — Engaço do feno, Bragança; 2 — Encinho para apanha das « agulhas » (caruma), Aveiro; 3 — Encinho do moço, Aveiro — usado em tempos na apanha do moço; 4 — Ancinho, Ferreira do Alentejo; 5 — Grade para carvão.

O comprimento mais vulgar da travessa desta região é de cerca de 0^m,45 e o número de dentes 6.

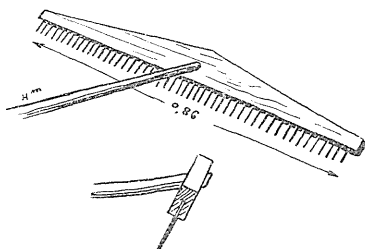
Em Trás-os-Montes, além de engaços semelhantes a estes (engaços da palha ou da eira, Vinhais), aparecem outros de tra-

(1) Aqui e além surgem dentes feitos de propósito pelos ferreiros locais. Assim os vimos, por exemplo, em Cinfães; (conforme o material de que os dentes são feitos assim dizem ali *engaços de pau* ou *engaços de ferro*).

Em Alcobaça chamam ao ancinho de dentes de cavilhas *ancinho de arame*.

Em Vila do Conde *ancinho* é o de dentes de pau, enquanto que *engaço* é o de dentes de ferro.

vessa mais comprida e maior número de dentes, juntos e curtos (1); são os *engaços do feno*, e é com eles que se raspa o feno das lameiras. Na ponta NW desta província é frequente aparecerem cabos que se inserem na travessa não num simples olho, mas em dois; os cabos são então bifurcados ou escachados a meio, como acontece na vizinha província espanhola de Zamora.



Des. 9 — *Ancinho do Moliço*, Pateira de Fermentelos.

Para o Sul o ancinho tem maior número de dentes (de 9 a 12); é frequente a existência de ancinhos de dois tamanhos no trabalho das eiras.

Na apanha de agulhas de pinheiro usam em Aveiro um ancinho de dez dentes de ferro muito juntos (Des. 8-2). Para o mesmo fim vimos em Abrantes um de quatro apenas, a que chamavam *ancinho de carumba*.

O ancinho todo de ferro, que não é provàvelmente muito antigo (2), está agora espalhado onde há cultivo de horticultura. Em algumas zonas do litoral estremenho (Ourém, Alcobaça, etc.), vimos ajeitar a terra de sementeiras com ancinhos de ferro de dentes largos, semelhantes aos que usam os cantoneiros para

(1) Em Cova da Lua, Bragança, a travessa tem 0^m,75, e os dentes são 16, com 0^m,09 de comp.

(2) O próprio uso dos dentes de ferro nos engaços das aldeias mais pobres e isoladas é raro ou não existe.

mexer cascalho; o mesmo utensílio vimos empregar em Sines. Não é certamente um utensílio tradicional.

Em alguns trabalhos subsidiários da agricultura usam-se também ancinhos de formatos particulares; tais são as *grades* alentejanas para «desempoarem» o carvão de madeira, os ancinhos dos *moliceiros* da Ria de Aveiro ou dos *sargaceiros* da Póvoa e Esposende, etc. Esses utensílios serão porém descritos conjuntamente, em capítulo à parte.

V Á R I A

Breve nota preliminar sobre a Antropologia do concelho de Gondomar

No concelho de Gondomar, distrito do Porto, durante as inspecções dos mancebos convocados para o serviço militar, foram observados por pessoal ao serviço da Secção de Antropologia Física e Biologia Humana do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, 1.134 indivíduos.

Esta nota refere-se a 10 freguesias do concelho de Gondomar, por ainda não ter sido possível conseguir observações num número suficiente de indivíduos da freguesia do Covelo, e diz respeito a alguns caracteres já trabalhados estatisticamente.

Como já tem sido mencionado, em notas anteriores a outros concelhos, a técnica usada na colheita das observações foi a de Martin e as escalas de pigmentação a de von Luschan para a cor da pele, a de Fischer-Saller para os cabelos e a de Martin para a cor dos olhos.

Tanto a cor dos cabelos como a dos olhos foi dividida em dois tons escuros e claros aparecendo nas seguintes percentagens:

Cabelos escuros	84,23 ± 0,11 %
Olhos escuros	47,18 ± 0,14 %

Não se pode fazer a comparação entre a percentagem dos cabelos escuros com a encontrada pelo Prof. Tamagnini para o distrito do Porto, por terem sido usadas escalas diferentes na observação deste carácter.

Quanto à dos olhos escuros, apesar de aqui se considerarem escuros apenas os 4 primeiros números da escala de Martin e o Prof. Tamagnini ⁽¹⁾ ter abrangido os números da de Saller correspondentes aos 6 primeiros de Martin, parece que os claros, mesmo assim, neste concelho, devem apresentar uma frequência média maior do que a observada no distrito do Porto.

(1) Tamagnini, (E.) — *A pigmentação nos Portugueses*, «Revista da Faculdade de Ciências», Coimbra, 1936.

A percentagem maior de cabelos claros aparece na freguesia de Medas ($23,15 \pm 8,09 \%$) e a menor na de Melres ($9,70 \pm 5,37 \%$).

Os olhos claros atingem na freguesia da Lomba, a percentagem $70,00 \pm 8,37 \%$, descendo o valor para $47,78 \pm 3,85 \%$ na de Valbom.

A estatura, cuja análise da variância não revelou heterogeneidade entre as 10 freguesias aqui consideradas, tem a média estatisticamente significativa de $163^{\text{cm}},97 \pm 0,16$ que não faz diferença do valor calculado pelo Prof. Tamagnini (1), atendendo a que todos os erros aqui calculados são erros médios e os deste investigador são erros prováveis.

O mesmo não sucede com a altura do busto de média geral $87^{\text{cm}},4,1 \pm 0,26$ cuja análise da variância apresenta um resultado altamente significativo.

A média deste carácter da freguesia de Fânzeres ($86,63 \pm 0,32$), que é a menor entre todas, destaca-se por apresentar diferenças altamente significativas com 5 freguesias ou sejam S. Cosme, Jovim, Rio Tinto, S. Pedro da Cova e Valbom, é simplesmente significante com a de Medas; apenas os valores de três comparações dão valores baixos de t .

Nas comparações de médias das restantes freguesias, encontram-se algumas diferenças significantes, contudo com muito menor frequência. Apenas a média deste carácter na Foz do Sousa, difere muito significativamente dos de S. Cosme, Jovim e Valbom.

Segundo a análise da variância das médias do comprimento do braço, não há heterogeneidade entre os valores das freguesias estudadas deste concelho, sucedendo o mesmo com o comprimento da perna e largura biacromial.

Na largura bitrocantariana o test t eleva-se até valores altamente significantes, indicando incompatibilidade das médias das freguesias de S. Cosme e Jovim com as de Rio Tinto, S. Pedro da Cova e Valbom e a de Fânzeres com a de S. Cosme.

O diâmetro ântero-posterior máximo, cuja análise da variância não acusou heterogeneidade entre as médias das freguesias, tem de média geral $192,86 \pm 0,19$.

Também o diâmetro transversal máximo, tendo como média geral $148,20 \pm 0,14$ não mostra incompatibilidades entre as médias das freguesias.

(1) Tamagnini, (E.) — *Sobre a distribuição geográfica de alguns caracteres fundamentais da população portuguesa actual*, «Revista da Faculdade de Ciências», Coimbra, 1912.

A média geral do índice cefálico é $76,86 \pm 0,08$ e não acusa significância ao confrontá-la com a do distrito do Porto calculada pelo Prof. Tamagnini.

Do exposto se conclui que, nos caracteres aqui estudados, a população do concelho de Gondomar não apresenta grande heterogeneidade.

Apenas a largura bitrocantérica e a altura do busto têm médias com diferenças altamente significativas entre algumas freguesias. E estas significâncias só são comuns entre as médias das freguesias de Fânzeres e S. Cosme.

O estudo antropológico deste concelho necessita dum exame mais profundo, o que se conta fazer logo que se aumente o número de indivíduos examinados na freguesia do Covelo para que o conveniente tratamento estatístico se faça com um número de observações suficiente de modo a facilitar a interpretação dos resultados.

ALFREDO ATHAYDE.

Duração média de vida na população da época romana no ocidente da Península Ibérica

O conhecimento da vida média do homem nas antigas civilizações constitui assunto de elevado interesse em Demografia histórica.

Diversos cientistas dos princípios do século realizaram estudos nesse domínio, uns referentes à população do Egipto antigo (1) outros aos habitantes de Roma e vários domínios do Império (2).

Recentemente, no Congresso Internacional de Ciências Pré-históricas e Proto-históricas de 1954, o Professor Garcia y Bellido apresentou um trabalho sobre «Mortalidad media en la España Romana» e o Dr. Robert Etiene informou que se estava procedendo a estudos idênticos através do *Centre de Démographie Antiqu*e da Universidade de Bordéus.

Há cerca de um ano venho realizando investigações sobre a duração média de vida entre a população romana a ocidente da

(1) K. Pearson — *On the Change in Expectation of Life in Man during a Period of circa 2.000 years*. «Biometrika», v. 1, 1902, pp. 261-264.

(2) Attilio de Marchi — *Cifre di mortalità nelle iscrizioni romane*. Reale Istituto Lombardo di Scienze e Lettere. «Rendiconti», Ser. II, 336 (1903), 1025 — 34; W. R. Macdonell — *On the expectation of life in ancient Rome, and in the Provinces of Hispanian and Lusitania, and Africa*. «Biometrika», v. IX, 1913, pp. 366-380.

Península, estudo que, limitado a um campo de observação mais restrito, permitirá estabelecer comparações com os estudos paralelos que se vêm efectuando em Espanha e França e contribuir, desta forma, para se ter um conhecimento mais exacto sobre as leis da vida e da morte entre os antigos romanos.

Os elementos que colhi até hoje parecem-me, porém, ainda insuficientes para tirar conclusões seguras e, por esse facto, limito-me a apresentar uma resumida nota do trabalho que tenho em elaboração.

Uma vez que não existem dados estatísticos referentes a uma distribuição por idades da população viva do Império Romano, o único método a seguir para a determinação da vida média consiste na aplicação da teoria definida por Halley na construção da sua tábua de sobrevivência. Os registos obituários chegaram até nós pelas inscrições tumulares de que Hübner fez uma recolha valiosíssima no seu *Corpus Inscriptionum Latinarum* e respectivo *Supplementum* e que muitos outros arqueólogos posteriormente têm descoberto e interpretado.

Numa longa procura através de todas essas publicações, consegui obter e reunir setecentas e sessenta e sete epígrafes referentes a indivíduos mortos e sepultados em territórios da Lusitânia romana com indicação precisa e clara da idade do morto. A partir desta série de óbitos, construí a tábua de sobrevivência que se segue e da qual deduzi os valores da esperança de vida para cada idade.

A distinção por sexos e por profissões ou classes será feita quando dispuser duma série mais representativa. Os cálculos dos quocientes de mortalidade, índices brutos e índices corrigidos dessa mesma mortalidade, bem como a construção das curvas respectivas e da curva da esperança de vida serão também pontos a estudar quando conseguir elementos mais seguros e completos.

Como se vê do quadro junto, obtive 36 para valor da esperança de vida ao nascimento, valor este que não se afasta muito do calculado por Macdonell para a população da Espanha e Lusitânia em conjunto (40 para os homens e pouco mais de 35 para as mulheres).

É, entretanto, necessário frisar desde já que estes números são exageradamente elevados e o erro na sua determinação cometer-se á sempre que quisermos calcular a esperança de vida a partir das idades registadas nas inscrições tumulares.

De facto, tanto na série que obtive como em todas as que se elaboraram por um processo análogo, é fácil verificar que a percentagem de óbitos nas primeiras idades é mínima e não

Tábua de Sobrevivência

Idade x	Óbitos dx	Sobrevi- ventes lx	Esperança de vida $e^o x$	Idade x	Óbitos dx	Sobrevi- ventes lx	Esperança de vida $e^o x$
0	3	767	36	51	1	167	15
1	4	764	35	52	3	166	15
2	10	760	34	53	3	163	15
3	8	750	34	54	1	160	14
4	6	742	33	55	25	159	13
5	8	736	32	56	0	134	14
6	4	728	32	57	3	134	13
7	4	724	31	58	3	131	12
8	6	720	30	59	1	128	12
9	12	714	29	60	37	127	11
10	12	702	29	61	7	90	13
11	11	690	28	62	2	83	13
12	12	679	27	63	1	81	13
13	8	667	27	64	1	80	12
14	6	659	27	65	12	79	11
15	14	653	26	66	0	67	12
16	18	639	25	67	0	67	11
17	15	621	25	68	0	67	10
18	18	606	24	69	1	67	9
19	8	588	24	70	24	66	8
20	43	580	24	71	1	42	11
21	10	537	24	72	2	41	10
22	17	527	24	73	0	39	10
23	10	510	23	74	1	39	9
24	3	500	23	75	14	38	8
25	53	497	22	76	0	24	10
26	13	444	23	77	1	24	10
27	14	431	23	78	1	23	9
28	11	417	23	79	0	22	8
29	2	406	22	80	10	22	7
30	39	404	22	81	0	12	11
31	6	365	23	82	0	12	10
32	11	359	22	83	0	12	9
33	10	348	22	84	0	12	8
34	0	338	21	85	5	12	7
35	33	338	20	86	0	7	10
36	3	305	21	87	0	7	10
37	4	302	21	88	0	7	9
38	4	298	20	89	0	7	8
39	3	294	19	90	3	7	7
40	44	291	18	91	0	4	9
41	2	247	19	92	0	4	8
42	2	245	19	93	0	4	7
43	0	243	19	94	0	4	6
44	3	243	18	95	0	4	5
45	19	240	17	96	0	4	4
46	4	221	17	97	0	4	3
47	1	217	17	98	0	4	3
48	3	216	16	99	0	4	2
49	1	213	15	100	3	4	2
50	45	212	14	101	0	1	2
				102	1	1	1

traduz, de forma alguma, a mortalidade infantil da época. Essa carência de mortes nas idades em que a sua frequência deveria ser máxima — facto de lógica explicação tratando-se de informações obtidas através de lápides honoríficas, consagradas, sem dúvida, muito mais frequentemente à memória de adultos do que à de crianças — faz com que os cálculos da esperança de vida relativos aos primeiros anos de existência não traduzam a realidade.

Outro erro importante a registar consiste no facto de as frequências dos óbitos tomarem valores excepcionalmente elevados para as idades representadas por múltiplos de 5. O fenómeno, pertencente à classe dos chamados erros cíclicos (1) resultantes, em parte, duma imprecisão no conhecimento da idade, em parte, da tendência geral para a aproximar de números redondos, torna-se, nesta tábuá, particularmente flagrante. Macdonell, que o constatou como eu, explicou-o pela importância que os romanos atribuíam ao lustre, ou intervalo de cinco anos, devendo, por esse motivo, contar-se, muitas vezes, a idade em lustres, em lugar de anos.

O fenómeno, dada a sua intensidade, falseia igualmente os cálculos de esperança de vida e, particularmente, o aspecto da curva respectiva.

No Congresso Internacional da População de 1937, Walther F. Willcox apresentou um trabalho que intitulou «The length of life in the Early Roman Empire» que é, essencialmente, uma crítica ao método exposto. Segundo este cientista, deverão ser excluídos do cálculo todas as mortes registadas até à idade dos quinze anos. O processo indicado para avaliar a esperança de vida ao nascimento e durante as idades inferiores àquela seria, unicamente, o da comparação entre a tábuá de sobrevivência obtida para os romanos e outra correspondente a uma população com uma distribuição por idades idêntica e cuja curva de esperança de vida fosse, a partir dos quinze anos, perfeitamente paralela à daqueles. Segundo este processo, Willcox estabeleceu como valor de vida média os 25 anos, valor esse que ainda considera correspondente apenas a uma classe privilegiada da população, devendo ser inferior para a sua totalidade.

Aumentando o número de observações e, deste modo, alongando a série, procurarei ver até que ponto esta ou outras correções alteram os valores que obtive.

(1) V. P. A. Derrick — *Errors of Age in Population Statistics*. «J. I. A.», v. LVIII, p. 117.

Nesta breve nota, não tiro, portanto, conclusões definitivas, limitando-me, como ficou dito, a uma notícia resumida do trabalho que empreendi.

Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.

MARIA FERNÃO COUCEIRO DA COSTA
COUTO LOPES,

Bolseira do I. A. C.

Reuniões do Conselho

Qualquer etnólogo sabe que muitos povos da terra, em certa fase económico-social, principalmente caçadores, cultivadores e criadores de gado, quando constituem grupos numerosos, costumam organizar uns conselhos, formados pelos indivíduos mais velhos — gerontocracia — ou pelos representantes das famílias, e dos clãs, incluindo, às vezes, também homens muito conceituados na comunidade (1).

Em sociedades onde o direito feminino é predominante — madriarcado (2) — as mulheres podem ser admitidas como representantes do conselho (3).

Nestas sociedades não costuma haver chefes hereditários e mesmo os chefes eleitos raras vezes o são por muito tempo, assim como o seu poder é grandemente limitado pelo conselho. Em muitos povos europeus em fase de agricultura superior, pelo conhecimento do arado, o conselho constituía o poder supremo nas reuniões populares, e há quem veja nestes conselhos de anciãos a origem da democracia. O primeiro sobreviveu ainda no velho Senado Romano, e a História Grega mostra-nos a luta permanente entre o princípio do domínio popular e das pretensões individuais ao poder — monarcas ou tiranos (4).

(1) Kunz Dittmer — *Allgemeine Völkerkunde*. Braunschweig, 1954. Págs. 56-61.

(2) Madriarcado propriamente dito, como se aceitou durante algum tempo, sobretudo a partir do célebre livro de Bachofen, *Mutterrecht und Urreligion*, não existe; referimo-nos simplesmente às sociedades onde a mulher tem um *status* social elevado e mais direitos do que nas sociedades acentuadamente patriarcais.

(3) Kunz Dittmer — *Obr. cit.*, pág. 58. Em Vilarinho da Furna, a mulher também pode ser representante da família no conselho, desde que seja viúva, ou na ausência do marido.

(4) Kunz Dittmer — *Obr. cit.*, *lug. cit.*

Há já quase um século, Sumner Maine, reparando que quase todas as aldeias negras, indonésias, malgaxes e as aldeias de quase toda a Índia conhecem uma espécie de conselho municipal, sociedade de homens, ou conselho de anciãos, viu nisso um traço da comuna irlandesa (1).

Não é só o clã irlandês que assim funciona, mas o escocês, o galês e o de toda a família indo-europeia (2).

Não faltam na Península Ibérica (3) vestígios bem vivos dessa antiquíssima forma de governo dos povos que, como dissemos, é comum a vastas áreas do Globo. Os casos mais preservados entre nós são Vilarinho da Furna (4) e Rio de Onor (5), mas os vestígios de tal organização são numerosíssimos, sobretudo no Norte do País (6), e não faltam monumentos a atestar o que ela foi no passado (Figs. 1 e 2).

Em duas viagens que fizemos o ano passado (1954) a dois lugares da Terra muito opostos, Dinamarca e Transval, tivemos a oportunidade de fotografar entre muitas coisas, que nos interessaram, dois lugares de reunião do conselho. O da Dinamarca não é mais do que um monumento histórico, preservado na cidade de Ringsted (Fig. 3), com esse amor que os povos cultos mostram pelas marcas que o homem imprimiu na terra, na sua longa e penosa caminhada através do tempo. O do Transval é ainda o lugar vivo, onde periodicamente se reúne o conselho de homens da rainha-deusa Mudjadje, que me deu a honra de me receber no seu modesto palácio, construído no centro da capital do seu povo, pitorescamente construído numa elevada eminência do seu reino montanhoso e de estranha beleza.

Num lugar de terra batida e cercado de arvoredos, reúnem-se os membros do conselho, os quais, sentados em bancos toscos à volta de uma fogueira feita dentro de um círculo de pedras (Fig. 4) deliberam sobre os assuntos de interesse colectivo.

A rainha, embora dotada de poder divino e capaz de fazer chover, nessa terra tão assolada pela estiagem, está longe de ter poder absoluto sobre os seus súbditos. O conselho é que resolve os problemas relativos à governança, e a ela cabe-lhe sobretudo

(1) Sir Henry James Sumner Maine — *Ancient Law*. Londres, 1861.

(2) Marcel Mauss — *Manuel d'Ethnographie*. Paris, 1947. Pág. 119.

(3) Destacam-se entre os autores espanhóis que trataram este assunto: Joaq. Costa — *Colectivismo agrário en España*. Madrid, 1898; e principalmente Julio Caro Baroja — *Los pueblos de España*. Barcelona, 1946.

(4) Jorge Dias — *Vilarinho da Furna, uma aldeia comunitária*. Porto, 1948.

(5) Jorge Dias — *Rio de Onor, comunitarismo agro-pastoril*. Porto, 1953.

(6) Ver capítulo introdução de *Rio de Onor*.



Fig. 1

O *domus municipalis* de Bragança, magnífico monumento românico, que servia de Paços do Concelho ainda no séc. XVIII



Fig. 2

Avintes — Mesa de audiência



Fig. 3

Lugar da reunião do conselho de antigas populações dinamarquesas, preservado como monumento na cidade de Ringsted

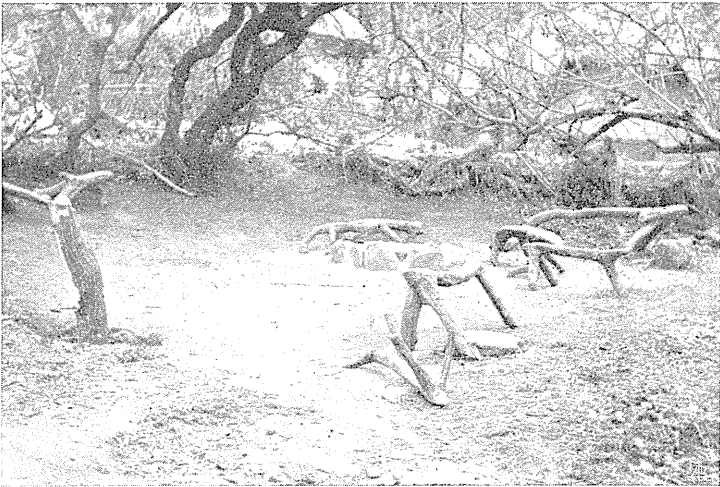


Fig. 4

Lugar onde reúne o conselho de homens da rainha Mudjadje, junto da sua residência nas montanhas no nordeste do Transval



Fig. 5

Rio de Onor — Reunião do Conselho



Fig. 6

Vilarinho da Furna — Reunião da Junta

a parte representativa, — símbolo do seu povo — e as práticas mágico-religiosas de que faz uso a troco de óbolos mais ou menos avultados, quando recebe peregrinos que vêm de longe a implorar-lhe a graça de uma chuvada, que salve as colheitas mirradas. Nesta terra, onde impera o direito patrilinear, embora seja matrilinear a descendência real, o elemento feminino não participa nas reuniões do conselho.

Embora o nosso propósito seja simplesmente focar mais o aspecto exterior, isto é, os lugares onde reúne ou reunia o conselho de vários povos — à laia de documentário — do que propriamente as organizações de conselho, julgo que mesmo esta breve descrição já serve para pôr em evidência a identidade do sistema de povos tão distantes e diversos.

É mais um dos numerosos exemplos a atestar que não tem fundamento científico a separação que muitos etnógrafos pretendem fazer entre a ciência que estuda as culturas dos povos chamados civilizados e as dos chamados primitivos ou naturais. O que há é a ciência do homem como ser cultural, quer lhe chamemos etnologia, ou antropologia cultural (1), e nada mais.

JORGE DIAS.

Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.

A palha do Natal no Concelho de Vila do Conde

No lugar de Vilarinho, do concelho de Vila do Conde, é costume na noite de Natal estender-se palha no chão em redor da lareira, onde arde um grande toro de carvalho, geralmente roubado em qualquer noite anterior (2). É sentadas sobre ela que

(1) Infelizmente ainda são muitos os que têm relutância em aceitar este ponto de vista, influenciados por uma longa tradição, que assenta em mera atitude etnocentrista.

(2) O roubo, como elemento ritual obrigatório e processo específico de aquisição, aparece com frequência em Portugal e em outros países, referido especialmente ao material destinado às fogueiras cerimoniais da colectividade. É nestas condições que van Gennep, in: *Manuel de Folklore Français Contemporain*, Tome Premier, III, Paris, 1947, págs. 862-863, fala no *direito ao roubo reconhecido pelo costume francês à juventude local, que completa o direito ao pedilório*, tendo ambos em vista a obtenção daquele material. Entre nós — e também em relação às fogueiras do Natal — conhecemos os exemplos dos roubos do «Madeiro», na Póvoa de Atalaia, e do castanheiro para a «Fogueira ao

peçoas comem a ceia da Consoada familiar, servida num alguidar que se poua no meio dos convivas (1).

Finda esta, canta-se, brinca-se, salta-se, dá-se largas à alegria de toda a maneira: os moços, enfarruscados com «surrascas» do lume, algum deles vestido, por exemplo, com um camisaõ branco por cima do fato, divertem a assistência e metem sustos às crianças; outras vezes, fazem o «bicho da manta», em que uma pessoa, coberta de um pano, a imitar um animal, com os braços de fora em ar de chifres, investe contra os presentes. Em geral, correm a vizinhança com as mesmas travessuras e musicatas, e assim enfarpelados ou simplesmente nessa disposição de brincadeira, andam de casa em casa em visitas cómicas, a espalhar o folgado.

No fim da festa, e quando o frio não é demasiado, é fre-

Menino», na Rata (Celorico da Beira), que têm lugar de noite, alguns dias antes do Natal, e que, em ambos os casos, implicam o roubo provisório e prévio de um carro de bois — que deve ser puxado pela própria juventude participante e que os animais não devem tocar — para o seu transporte até ao adro da Igreja, aonde são queimados. Nestes dois casos, porém, o roubo faz parte do cenário cerimonial, e é por isso o processo obrigatório de aquisição, destinando-se de resto o seu resultado a uma fogueira colectiva e pública — que portanto interessa a todos e de que todos participam —, que o justifica; enquanto que em Vilarinho a fogueira é apenas familiar, e o roubo do toro de carvalho não possui carácter cerimonial aparente, não nos tendo mesmo sido possível averiguar com segurança se ele se pode considerar verdadeiramente obrigatório. Apesar disso, porém, a indicação é de fixar, porque, se não outra coisa, o roubo é aqui uma manifestação das liberdades características de certos períodos cíclicos do ano.

Na mesma ordem de ideias, mas com carácter diferente e integrado no ritual de outras celebrações, encontramos também o roubo cerimonial referido por exemplo às telhas oferecidas em promessa a São Lourenço, advogado das dores de dentes, e que lhe são levadas na ocasião da sua romaria de Vila Chã, em Esposende; aos objectos diversos — telhas e outros —, oferecidos igualmente em promessa a São Mateus, perto de Soure, que no dia da respectiva festa enchem o adro da sua capela; o milho com que se enche o tamanco ou, mais uma vez, a telha, oferecidos a São Roque, advogado de cravos e verrugas, em Ribeira de Fráguas (Albergaria-a-Velha) e Pinheiro da Bemposta (Oliveira de Azeméis); o choupo que faz de mastro de festa nas diferentes festividades de Paradinha do Outeiro, perto da raia transmontana de Quintanilha, que deve ser roubado em Espanha ou a um espanhol, e o tronco para a fogueira do dia de Todos-os-Santos, que, como o «Madeiro» beirão, é transportado num carro puxado pela rapaziada e que os animais, por ser um dia santo, não podem tocar; e ainda as couves, por ele virtuosas, que se dão às vacas para elas se livrarem, na Branca, em Albergaria-a-Velha, etc.

(1) A ceia tradicional compõe-se ali, como em muitos outros casos portugueses, de bacalhau cozido com batatas e couves, rabanadas, e vinho; as crianças, as mais das vezes, servem-se directamente do alguidar que mencionamos.

quente rapazes e raparigas dormirem ali mesmo na palha, cobertos com mantas.

Já Maria Peregrina de Sousa, a propósito do Natal em terras da Maia, alude a esta prática, embora em termos um pouco diferentes dos que apontamos, dizendo que «antigamente se usava (o que ainda hoje alguns usam) deitar depois da ceia palha em toda a cozinha (ou sala em que estão reunidos) para as crianças saltarem à vontade sem se magoarem. No lar arde um grande tóco de carvalho, que só se apaga no fim da noite...» (1).

Sidow, pelo seu lado, mencionando os sinais visíveis que anunciam a chegada do Natal — entende-se que na Suécia — fala, no *Yule log* (2) e na palha que nessa noite se espalha no chão, dando a explicação de que tal se faz «porque Cristo nasceu nas palhas» (3).

Na Dinamarca, porém, onde o costume de se dormir sobre a palha na noite de Natal é também conhecido, informam-nos de que ele tem lugar a fim de que os mortos, que nessa noite comparecem, se possam deitar e dormir nas suas camas, daquela forma desocupadas. E a associação das celebrações do Natal com o culto dos mortos encontra eco entre nós no costume que ainda há pouco se verificava em algumas casas, no Porto, de, numa sala à parte, se dispor, na noite da Consoada, uma duplicação da ceia, que era destinada aos mortos familiares, nessa ocasião especialmente evocados. A seguinte quadra, ouvida na nossa infância, traduz em forma lírica, se não popular, a mesma ideia, que é pois viva no espírito da gente:

Nesta noite ninguém cuide
Encontrar-se à mesa a sós,
Porque os nossos queridos mortos (4)
Vêm sentar-se junto a nós.

Vemos assim, em Portugal, as celebrações do Natal associadas também, em certos casos, ao culto dos mortos, sob a forma

(1) Maria Peregrina de Sousa — *Costumes Populares da Maia*, I — *O Natal* in: «Anuário para o estudo das tradições populares portuguesas», Porto, 1882, pág. 33.

(2) *Yule log* é a designação inglesa para o grande toro de carvalho que se queima na noite de Natal, e cujo sentido mítico originário, a despeito da crítica de Sidow, não parece duvidoso.

(3) C. W. v. Sidow — *The Mannhardtian theories about the last sheaf and the Fertility demons from a modern critical point of view*, in: «Selected Papers on Folklore», Copenhagen, 1948, pág. 99 e nota 23, pág. 244.

(4) Ou: «Os que amamos e já foram».

da evocação da sua presença. É portanto possível que o costume de Vilarinho represente o que resta de mais uma manifestação dessa natureza, com o sentido que lhe é dado na versão dinamarquesa, que aqui já se teria esquecido.

ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA.

Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.

O «Jeu de Toupiole» em Portugal

No Vol. XIII, Fasc. 3-4, destes «Trabalhos», demos a págs. 267 a notícia de uma brincadeira observada perto de Coimbra, na época do Carnaval, que consistia no atirar de cântaros de barro de umas pessoas para outras, no meio da rua, e que relacionamos com o jogo francês da «Toupiole», nesse país diversão específica do Carnaval, e também usada nos casamentos, com o carácter de prática promotora da felicidade (*porte-bonheur*). Naquela ocasião nada pudéramos investigar acerca do jogo coimbrão, que contudo nos pareceu dever interpretar-se de acordo com o francês. De então para cá, porém, recolhemos mais exemplos do mesmo jogo em outras localidades portuguesas, que, como aquele, apresentam efectivamente um carácter definido e conciso de periodicidade, parecendo assim apoiar a hipótese que admitíramos em Coimbra; referimo-nos aos jogos do «Pucarinho», de Silgueiros, perto de Viseu, também próprio do Carnaval, em que, como ali, se atira um púcaro de umas pessoas para as outras até este cair e se partir ⁽¹⁾; o do «Cântaro», de Freixo de Espada à Cinta, mais uma vez próprio do Carnaval, que se joga do mesmo modo mas em que aquele que o deixa cair paga qualquer penalidade; e o da «Cantarinha», de Quintanilha, na raia transmontana a leste de Bragança, por seu turno próprio do dia da Ascensão, em que, após um peditório de cântaros velhos que se transportam enfiados numa vara pela asa, as pessoas, dispostas em redor do amplo largo da povoação, os atiram igualmente de umas para as outras; quando um deles cai ao chão e se escaca, há grande risada e troca, e recomeça-se com outro, até se destruírem todos ⁽²⁾.

(1) Informação de Dorlinda Valente de Melo Cabral, aluna da Faculdade de Letras de Coimbra.

(2) Nos anos em que se juntavam poucos cântaros de barro, arranjava-se um de folha, que fazia as vezes daqueles.

Parece portanto fora de dúvida que o costume de escacar louça velha num dia certo e festivo do ano também ocorre em Portugal com relativa frequência. É sabido que o carácter de periodicidade de um jogo e a sua afectação específica a uma festividade determinada, o indigita em certos casos como reminiscência de qualquer prática mágica ou ritual ⁽¹⁾; e, de facto, no jogo francês, essa natureza perdura expressamente no significado de *porte-bonheur* que lhe é atribuído. Nos casos que até agora conhecemos entre nós, porém, tal significado, a ter existido outrora — o que é de presumir, de acordo com a teoria de Frazer — perdeu-se totalmente.

Na mesma publicação, a págs. 249 264, ocupamo-nos do jogo da «Péla» que encontramos na Póvoa de Atalaia, na Beira Baixa, com as características de jogo na rua, misto e periódico, próprio do período quaresmal. Na Póvoa de Varzim, onde é também conhecida, a «Péla», de acordo com a informação de Santos Graça, é igualmente um jogo da rua, misto e periódico, mas próprio, ali, do período dos quarenta dias, entre o sábado de Aleluia e o dia da Ascensão ⁽²⁾.

A «Péla» é uma designação genérica de bola, e, sob essa forma, conhecemos várias menções de um velho jogo de bola, certamente diferente do que estudamos nas duas Póvoas, e com a característica especial de ser exclusivamente feminino. Assim, no episódio da *Odisseia*, Nausica joga a péla com as suas escravas, após o banho e a refeição que tomaram junto do rio onde foram lavar os seus vestidos; no fim, «a princesa atirou a bola a uma das suas cativas, não atingiu a companheira», e a bola foi cair «em um fundo redemoinho» ⁽³⁾. E, pelo seu lado, o

(1) Vide: James George Frazer, *Le Cycle du Rameau d'Or*, vol. IX, «Le Bouc Émissaire» (trad. francesa de *The Golden Bough*), Paris, 1926, págs. 157-165, em especial 164. De facto, tal significado só se atinge plenamente quando a periodicidade se refere a jogos de luta ou disputa de objectos; mas a verdade é que a própria periodicidade é já, só por si, altamente significativa. Veja-se ainda a sugestão indicada no citado N.º destes «Trabalhos», pág. 267, nota 2, onde é manifesto o sentido de rito purificador de certas destruições periódicas de coisas, em determinados povos.

(2) A. Santos Graça — *O Poveiro*, Póvoa de Varzim, 1932, págs. 170-171. Informam-nos de que o mesmo jogo é ainda conhecido em Buarcos, como jogo de rua, dos domingos, sem qualquer atribuição especial de datas; e esta circunstância faz supor que ele aí representa o resultado deturpado de uma difusão a partir da Póvoa de Varzim, com base em relações de gente piscatória. Por outro lado, parece que se conheceu outrora em Nisa também um jogo da péla, que se jogava contra um banco, no meio da rua.

(3) *Odisseia*, livro VI, v. 99 e segs.

Arcipreste de Hita, interpelando ou falando em nome de mulheres, diz :

« Querriedes jugar pella... »

 Jugaremos a la pella
 é otros juegos rreheses... »

 « ... e fazer que la pella
 en rodar no se tenga. »

e ainda, referindo-se ao seu livro :

« Qualquier ome, que l'oya,
 sy bien trobar sopiere,
 puede mas añedir
 e emendar si quisiere.
 Ande de mano en mano :
 qualquier que lo pidiere.
 Commo pella las dueñas,
 tómelo quien podiere » (1).

D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, analisando o papel preponderante que o sexo feminino desempenhava nas romarias e certas outras celebrações festivas, fala num jogo da « Péla », que era o principal de entre os antigos jogos femininos periódicos de ar livre, próprio do período dos cinquenta dias, entre a Páscoa e o Espírito Santo (2); e, aludindo à menção do *Minnesinger* alemão Von Stamhein, que « desenha em uma das suas poesias um grupo de meninas germânicas caminhando a cantar ao terreiro onde haviam de iniciar os tradicionais jogos da péla, capitaneadas pela Maia » (3), e à do Arcipreste de Hita que atrás transcreve-

(1) Juan Ruiz, Arcipreste de Hita — *Libro de Buen Amor*, versos n.ºs 672, 861, 939, 1629, e também 867: «... é la pelota jugar ».

(2) *Cancioneiro da Ajuda*, Edição crítica e comentada por Carolina Michaëlis de Vasconcellos, Halle, 1904, vol. II, § 429, pág. 900.

(3) *Ibid.*, nota I. A cantiga em questão é a seguinte :

*Vor dē Walde ī eime tal
 da sach mā swēze blīkē
 da si zemen kamē vñ mangan kranz
 die megde wurfē ōch dē bal
 si begvndē strichē.*

*dar nach hūb sich des meien ein vil michel tanz
 dē sang in bele vor vñ manig ir gespil*

mos em último lugar, diz que ele era praticado em todos países da Europa.

Nestes exemplos, trata-se de um jogo feminino de bola, em que esta é atirada de umas mulheres para outras — «die megde wurfen... den bal» —, e apanhada, dentre elas, por «quien podiere», fazendo-se por que ela «en rodar no se tenga», isto é, nunca caia ao chão (1). Notamos desde já que, sob esta forma,

*froidē vil
hatē sie
in was dort wol got helpe vns hie.*

De que com a devida vênia damos a seguinte tradução, com desculpa de eventuais inexactidões:

*Num vale em frente da floresta
Viam-se espectáculos de dança
Quando as raparigas se juntaram
e lançavam umas às outras grinaldas
e também a bola.
Começaram a tocar rabecas
e então armou-se uma grande dança de Maio
Então muitas das suas companheiras
cantaram-lhe bailadas.
Muita alegria elas tiveram
e que Deus nos ajude agora aqui.*

(1) Vieira, sub voc. *Pella*, que define como «pequena bola elástica, feita de diferentes materiais», fala, sem o descrever, de um jogo da pella», «que se faz com a bola deste nome», citando um passo do cap. 22 da *Crónica de D. João II*, de Garcia de Resende, e uma carta do Cavalleiro de Oliveira, que a mencionam, aludindo ao local ou recinto onde ele era jogado; do mesmo modo, nas *Monstruosidades do tempo e da fortuna*, alude-se a uma pendência entre fidalgos, que teve lugar «em o jogo da péla» (Ed. de Damião Peres, vol. II, Porto, 1939, pág. 119), e, noutro local (ibid., vol. I, Porto, 1938, pág. 83) cita-se, a propósito de acontecimentos da corte, o anexam: «jogando a fortuna à pelota com uns e outros»; e nesta acepção, com idênticas implicações, conhecemos ainda o «Jogo da Bola» do jardim de Santa Cruz, de Coimbra. Gil Vicente fala também num jogo em que «hum mancebo», a jogar «cos pranches pella do vento», «parece que anda no ar» (*Triunfo do Inverno*, I); e Vieira, utilizando a nota respectiva de Mendes dos Remédios, define «pella de vento» como sendo uma «bexiga cheia de ar, e coberta de couro, que serve também para jogar». Estes jogos não são de rua, nem aparentemente femininos, e parecem referir-se ao jogo da péla que é o antepassado do actual *tennis*, e que, com diversas formas — a «péla curta» e «comprida» —, foi inventada em França no século XIII, e rapidamente difundido pela Europa, conhecendo uma grande voga até finais da Idade Moderna; ele jogava-se

existe entre nós o jogo feminino da «Péla ao comprido», de Idanha-a-Nova, de que fala Lopes Dias (1), que encontramos igualmente em Nisa, próprio, com efeito, em ambas as regiões, da época da Páscoa.

A mesma ilustre cientista nota que, a partir de Fernão Lopes, o vocábulo «Péla» passara a designar, em sentido derivado, uma bailada popular, «certamente simbólica, em que uma rapariguita, em pé nos ombros de uma mocetona robusta, cujos passos de dança repetia àgilmente, servia de *pella* a essa» (2), e que fazia parte de diversas procissões festivas, nomeadamente a do Corpo de Deus (3); e acrescenta, concluindo: «Está claro que nem por

em recintos fechados próprios — de que resta um exemplo no «Jeu de Paume» das Tulherias, em Paris —, ou ao ar livre, em locais também próprios, tais como os que atrás indicamos; a bola era atirada por sobre uma corda atravessada a meio do campo, a dividir os dois partidos, que fazia as vezes da actual rede, por meio de raquetas ou pás — certamente os «pranches» vicentinos. É esta a «Péla» que respeita o «Enigme en prophécie» do capítulo LVIII do *Gargantua*, de Rabelais, de pitoresco sentido ambíguo.

Vê-se claramente que o jogo da péla de Póvoa de Atalaia, na sua forma exterior, nada tem que ver com estes outros, femininos ou masculinos, que apontamos; ele deve derivar de mais outro jogo da péla que, ou possuía originariamente características definidas de jogo periódico, ou foi posteriormente absorvido por outro que as possuía, operando-se uma sobreposição de elementos primitivos de origens diversas, que nele se teriam fundido.

Há, assim, deduzidos dos factos actuais, ou mencionados em textos, a considerar múltiplos jogos antigos da péla, cujos vários elementos constitutivos devem ulteriormente ter-se combinado de modos diversos:

a) o velho jogo feminino de que falam Von Stamhein e o Arcipreste de Hita, e que cita D. Carolina Michaëlis, que se podem relacionar com o da *Odisseia*;
 b) os diferentes jogos de péla masculinos — pela curta e comprida, etc. —, com raquetas, que mencionam Rabelais, Garcia de Resende, o Cavaleiro de Oliveira, as «Monstruosidades», etc., e que será talvez também aquele a que alude Gil Vicente;

c) o jogo que está na base e origem da «Péla» das duas Póvoas.

(1) Jaime Lopes Dias — *Etnografia da Beira*, vol. VI, Lisboa, 1942, pág. 165.

(2) *Cancioneiro da Ajuda*, loc. cit.

(3) *Ibid.*, pág. 901: em Coimbra, Porto, e certamente também em Lisboa. Na procissão «do Corpo de Deus, eram as corporações femininas — regateiras, peixeiras, padeiras — que contribuíam por dever de ofício ao festejo com *pellas* (duas) bem corrigidas e louças», que «deviam ser forçosamente cantadeiras e bailadeiras industriais, daquelas *non-nobres, facientes roydo e corrientes por las calles*... Ao som da gaita galega e do tamboril, doze moças com pandeiros e adufes cantavam então *toadas ao antigo*, a dois coros. Hoje, esta *pella* está quase extinta. Nos lugarejos onde perdura, p. ex., em Puente-Áreas da Galiza, está divinizada e virilizada por completo. São rapagões os que a dançam, servindo de peanha a meninos que vestidos de archanjos vão ao rythmo de um cantar brandindo espadas...»; mas o carácter mundano que ela tinha outrora transpa-

isso o jogo da pella desapareceu, posto que hoje esteja pouco popular (nas aldeias a pella é substituída pelo *púcaro* e por laranjas)» (1).

Ignoramos se qualquer investigação histórica, de textos ou factos, que desconhecemos, estabelece esta aproximação entre os jogos da péla e dos púcaros, e a relação de dependência ou sequência cronológica do segundo para com o primeiro. O jogo dos púcaros é, com efeito, como o da péla a que alude D. Carolina Michaëlis — e não apenas no nosso país —, um jogo da rua, cerimonial e periódico, conhecido em muitas localidades, países e povos, e próprio geralmente de dias certos festivos — do dia da Ascensão, em Quintanilha, como vimos, mas carnavalesco as mais das vezes de que temos notícia (em conformidade de resto com o seu carácter jocoso) —, em que essas peças de louça, do mesmo modo que a bola, são atiradas de umas pessoas para as outras, esforçando-se cada um por evitar deixá-las cair ao chão; mas, tal como é conhecido histórica e actualmente, ele nada tem de especificamente feminino; e além de isso, a sua larga difusão e o seu sentido geral de rito purificador, que subsiste por exemplo na virtude de *porte-bonheur* que, em França, lhe é atribuída, justifica, a seu respeito, a hipótese de uma invenção autónoma e presumivelmente muito remota.

ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA.

Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.

rece por vezes em certas quadras e estribilhos que acompanham tais danças (do *maneo* ou da *pella*):

« *Baila, nena, baila nena, e non pares de bailar,*
« *Que as estrelas tamen bailan sin perder de alumar* »,

e:

« *Como se colean as troitas na agua,*
« *Assi se manea teu corpo salado,*

« *Como se colean as troitas no rio,*
« *Assi se manea teu corpo florido* ».

Vieira, *loc. cit.*, dá também esta acepção da palavra *pela*, transcrevendo a definição proposta por D. Carolina Michaëlis para o seu sentido derivado (*Cancion.*, pág. 900, nota 4): «rapariguinha que baila em pé nos ombros de outra maior, repetindo as mesmas cadências que essa faz», e informando, sem citar fontes, que na Galiza se chama *Pela* a uma criança ricamente vestida e montada sobre as costas de um homem, que vai dançando, e que costuma sair nas procissões do Corpo de Deus.

D. Carolina Michaëlis nota ainda que em alemão, a palavra para *Pela*, *Bal*, designa, como em português, simultaneamente jogo e bailada.

(1) *Cancioneiro da Ajuda*, pág. 900, nota 4.

Congresso Internacional de Etnografia de Arnhem

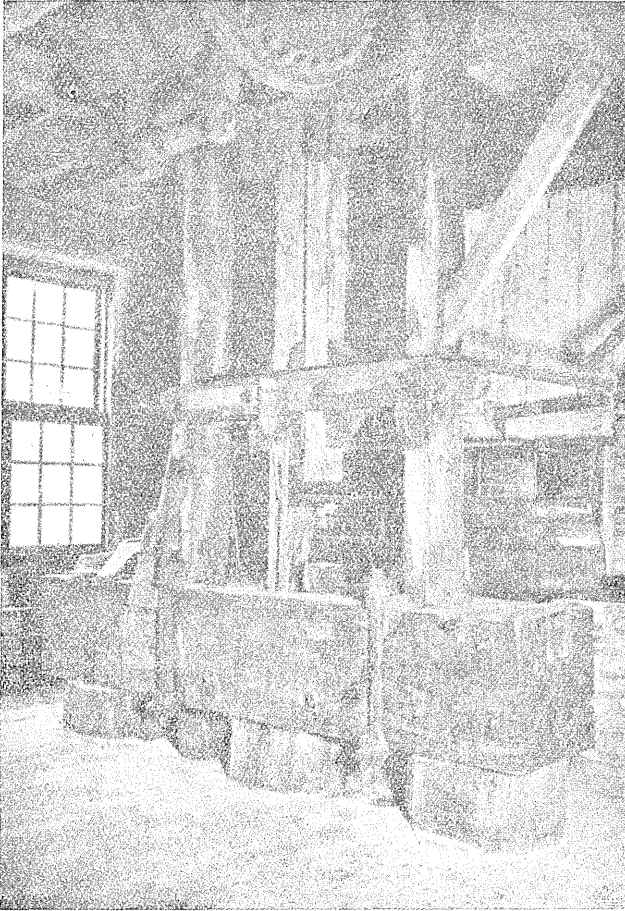
Nos passados dias 20 a 24 de Setembro de 1955, realizou-se, nos edifícios administrativos do Museu ao Ar Livre da Holanda, em Arnhem, o Congresso Internacional da Etnografia, que reuniu os representantes de mais de quinze nações diferentes, sob a presidência geral dos Senhores Dr. Win. Roukens, Director daquele Museu e professor na Universidade de Nimégue e na Universidade de Agricultura de Wageningen, e P. J. Meertens, Director do Gabinete de Dialectologia, Folclore e Onomástica da Academia Real das Ciências da Holanda.

A sessão inaugural deste notável certame, em que se iriam debater os problemas fundamentais das ciências da Cultura — a sua natureza e definições, as bases teóricas em que deve assentar a sua especulação, as suas hierarquias, classificação e nomenclatura, as suas relações com as demais ciências do Homem, os princípios a observar na museologia com elas relacionada, e no seu ensino universitário —, teve lugar nos salões dessa Academia, em Amsterdam, seguindo os congressistas, após o jantar que lhes foi oferecido por aquela instituição, para a cidade de Arnhem, em carruagem especial.

A representação portuguesa era constituída pelo Prof. Dr. Jorge Dias, da Universidade de Coimbra, Director do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular e Secretário-Geral da CIAP, que se fez acompanhar pelo seu assistente naquele Centro de Estudos, Dr. Ernesto Veiga de Oliveira.

Os trabalhos do Congresso iniciaram-se no dia 21, com a leitura da comunicação do professor Jorge Dias, redigida em inglês e subordinada ao título: «*Quintessence of the problem: Nomenclature and subject-matter of folklore. Ethnology, Volkskunde and Folklore*», a que se seguiu o seu comentário pelo Prof. B. Bratanié, da Universidade de Zagreb. Nesse mesmo dia foram ainda apresentadas as comunicações dos Profs. L. Schmidt, da Universidade de Viena, intitulada: «*Die Stellung der Volkskunde im Gefüge der Geisteswissenschaften*», comentada pelo Sr. Dr. O. Loorits, de Uppsala; e do Prof. K. Meisen, de Bonn, «*Volkskunde als Sozialwissenschaft*», comentada pelo Prof. S. Erixon, de Estocolmo. No dia seguinte foram apresentadas as comunicações dos Srs. Drs. H. Stigum, de Oslo — «*National Museums of Folklore as institutions of cultural sciences*» —, J. M. Ritz, da Baviera — «*Die Volkskunde im Rahmen der Kunstgeschichte*» —, comentadas respectivamente por G. H. Rivière, de Paris, e Dr. Perez Vidal, de Madrid (ausente); e

Prof. H. Moser, de Nimégue — «Volkskunde und Sprachwissenschaft» —, comentada pelo Prof. K. Heeroma, de Groningen (Holanda). Finalmente, no último dia, foram apresentadas as comunicações dos Profs. R. Christiansen, de Oslo — «The pro-



ducts of Folklore in the field of the History of Literature» —, comentada pelos Profs. M. Lüthi, de Zurique, e E. Seeman, de Friburgo; e M. Haavio, de Helsínquia — «Volksdichtungsforschung und Volkskund als Universitätsfach» —comentada pelos Profs. P. de Keyser, de Gand, e Stith Thompson, de Bloomington (Indiana, E. U. A.).

Como complemento destes trabalhos, realizaram-se excursões ao castelo de Bergh, em s'Heerenbergh, e ao Museu Nacional Kröller-Müller e Pavilhão de Caça de Santo Humberto, em Otterlo; e, no dia 24, para acabar o Congresso, a Amsterdam, ao longo do rio Vecht, e a Volendam; e tiveram lugar, além da recepção na Academia Real das Ciências, que já referimos, uma outra recepção por parte da municipalidade de Arnhem, e diversas manifestações de carácter etnográfico, no Museu ao Ar Livre, tais como demonstrações de trajas regionais e músicas e danças populares, filmes culturais da especialidade, etc.

O programa oficial do Congresso previa a discussão das comunicações a seguir ao seu co-relato; mas, reconhecendo que a complexidade de alguns dos temas tratados não permitia, dentro do curto espaço de tempo de que desse modo se dispunha, o seu conveniente esclarecimento nem a unanimidade de opiniões quanto às soluções a adoptar, como directrizes do futuro, o Sr. Dr. Win. Roukens propôs que o Prof. Jorge Dias, na sua qualidade de Secretário-Geral da CIAP, ficasse encarregado de nomear uma comissão de especialistas de vários países, para conseguir tal objectivo. Lembramos aqui que já no Congresso Internacional de São Paulo fora tomada a idêntica resolução de entregar à CIAP (organismo integrado na UNESCO) o encargo da solução dos mesmos problemas.

Aproveitando o convite feito pela Academia Real das Ciências da Holanda a alguns dos cientistas que tomaram parte no Congresso de Arnhem para, numa reunião que se seguiria ao mesmo Congresso, aí se debaterem as questões que não tivessem sido suficientemente esclarecidas em Arnhem, tal reunião, que teve lugar em 25 e 26 de Setembro nos salões daquela instituição, em Amsterdam, assumiu as funções da comissão atrás referida, que, por mandato do Congresso, tinha poderes para resolver os problemas de interesse internacional que ficaram em suspenso. Damos a seguir a tradução do texto, originariamente redigido em francês e alemão, do acordo que desse modo se obteve, e que foi firmado pelos treze professores ali presentes:

Após o Congresso Internacional de Etnologia Regional, que teve lugar em Arnhem, de 21 a 24 de Setembro de 1955, os peritos abaixo assinados reuniram-se em Amsterdam, a convite da Academia Real das Ciências. Por força do mandato de que haviam sido investidos pelo Congresso, apresentaram à CIAP as seguintes recomendações:

I — Terminologia

I — Constatando a confusão que resulta em geral do emprego de qualificações nacionais inseparavelmente ligadas às tradições



científicas de cada país ou escola—tais como *etnologia*, *Volkskunde*, *folklore*, *folkmine*, etc. —, os peritos concordaram quanto à necessidade de uniformizar a terminologia internacional que diz respeito aos diferentes ramos e aos diferentes aspectos da ciência que tem por objecto o estudo das diferentes sociedades humanas e das suas culturas. Para qualificar esta ciência, no plano inter-

nacional, eles fixam-se no termo *etnologia*, completado com os atributos de *regional* ou *nacional*, sempre que se queira desse modo distinguir o estudo dos povos sem história escrita.

Na impossibilidade em que se encontravam os Profs. Dölker e Schmidt de falarem em nome dos seus compatriotas da Alemanha e da Áustria, estes peritos ofereceram-se para os consultarem na primeira ocasião, e darem parte à CIAP dos resultados obtidos com a consulta.

2 — Constatando que a aplicação do termo *folclore* a todas as manifestações da cultura de um povo gera as mais desastrosas confusões e prejudica dessa forma o desenvolvimento harmonioso da etnologia (também chamada *Volkskunde*, etc.), os peritos concordaram em recomendar à CIAP que se esforce por conseguir que se restrinja o sentido do termo *folclore*, no plano internacional, ao de cultura espiritual que já lhe é dado por numerosos etnólogos, nomeadamente pela maioria dos especialistas da literatura oral.

3 — Os peritos concordaram em recomendar que a etnologia (também chamada *Volkskunde*, etc.) não se limite a estudar os factos passados ou as suas sobrevivências, mas que abranja igualmente os problemas actuais, nomeadamente os aspectos psicológicos e sociais.

II — *Problemas acerca dos museus de etnologia regional*

1 — Sob reserva de casos excepcionais, a apresentação de objectos isolados é de evitar. Na medida em que o permita o grau de riqueza das colecções, é preferível incorporar os objectos aos temas.

Estes métodos permitem também o alargamento do programa da exposição. Desse modo, não é apenas a cultura material das sociedades interessadas que pode constituir o seu objecto, mas também as suas características sociais e ideológicas.

2 — Um número excessivo de museus apresenta o material das sociedades de que se ocupam exclusivamente segundo categorias sistemáticas. As perspectivas gerais da história correm, por esse motivo, o risco de serem dissimuladas. Estes inconvenientes podem evitar-se, se, numa medida razoável e nas formas que convêm ao caso em questão, a exposição concede um lugar para estes problemas.

3 — Os desenvolvimentos da cultura industrial acarretam o desaparecimento, cada vez mais extenso, de técnicas, formas sociais, actividades estéticas, tradições orais, representações, dentre as quais muitas não foram ainda estudadas convenientemente.

Nos casos em que é ainda possível a sua observação directa, as instituições científicas competentes são convidadas a elaborarem e porem em execução planos de urgência, compreendendo o estudo desses elementos e a recolha dos objectos que deles dão testemunho.

Nas regiões onde ainda não existam instituições científicas e museus das especialidades interessadas, a sua criação é da maior necessidade. No caso de insuficiência de meios ordinários, deve-



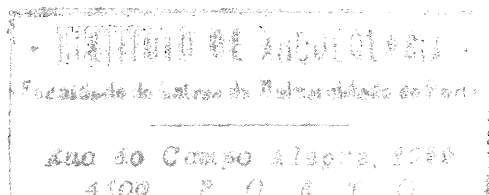
riam, para tais fins, ser solicitados das autoridades responsáveis, meios excepcionais.

4 — Quando se trate de sociedades muito evoluídas, ou seja: de sociedades em via de aculturação industrial, os museus de etnologia regional, sem com isso, por um lado, descurem os fundamentos da cultura, nem, por outro, penetrarem nos domínios dos museus chamados científicos ou técnicos, devem reservar um lugar para os problemas do comportamento do homem perante o maquinismo.

5 — Chama-se a atenção dos museus de etnologia regional para os recursos educativos, neste campo, dos programas de televisão.

III — *Localização das colecções*

A CIAP é convidada para que inste junto da UNESCO e do ICOM e em geral de todas as organizações nacionais e internacionais competentes, no sentido de que os museus, bibliotecas,



centros de arquivos e outros depósitos públicos, se esforcem por que os objectos e outros elementos que constituam as suas colecções sejam affectos, por meio de cessões ou depósitos, às instituições permanentes que sejam mais idóneas para assegurarem a sua valorização.

IV — *Ensino*

1 — Os peritos concordaram em que se recomende à CIAP que, nos países onde ainda não existam cátedras de etnologia nacional ou regional, as universidades pensem na sua criação dentro do mais curto prazo.

2 — No interesse das disciplinas em questão, os peritos recomendam às universidades que associem ao estudo da etnologia regional uma introdução aos princípios da etnologia geral e da história da cultura, e inversamente.

3 — Os peritos concordaram em reconhecer que, tendo em vista a formação dos estudantes, as cadeiras de etnologia devem dispor de uma instituição de pesquisa, relacionada seja com a Universidade, seja com qualquer outra instituição científica.

4 — Considerando a importância da etnologia regional na educação e no ensino, os peritos recomendam que os mestres de todas as escolas secundárias desenvolvam os seus conhecimentos de etnologia regional, e que esta disciplina tenha um lugar reconhecido na formação dos professores primários.

V — *Cooperação internacional*

Os peritos recomendam que se intensifique e se alargue a cooperação internacional nos domínios da etnologia, e isso com a ajuda das organizações e instituições de pesquisa dos diversos países, já existentes ou a serem criadas.

Amsterdã, 27 de Setembro de 1955.

B. Bratanié (Zagreb); R. Christiansen (Oslo); Jorge Dias (Coimbra); Helmut Dölker (Stuttgart); Maartje Draak (Amsterdã); Sigurd Erixon (Stockholm); Oskar Loorits (Uppsala); Georges Henri Rivière (Paris); P. J. Meertens (Amsterdã); Win. Roukens (Arnhem); Leopold Schmidt (Viena); Stith Thompson (Bloomington); Niilo Valonen (Helsinkia).

A primeira destas decisões, que sob a aparência de uma mera questão de terminologia, envolve a revisão e renovação do próprio conceito de ciência da cultura, com todas as implicações metodológicas que tal facto acarreta, pode considerar-se a consagração e a fórmula do triunfo da tese portuguesa, que vem sendo defendida pelo Prof. Jorge Dias há já longo tempo, nas comunicações apresentadas aos congressos internacionais de: Antropologia e Etnologia de Viena, de 1952, sob o título de «Volkskunde und Völkerkunde»; de Folclore de São Paulo, de 1954, sob o de «Características do facto folclórico»; e agora em Arnhem, como indicamos, e que foi progressivamente conquistando a adesão dos cientistas da especialidade.

E. V. O.

A II Reunião Brasileira de Antropologia

Por iniciativa da Universidade da Baía, Faculdade de Filosofia, e Fundação para o desenvolvimento da Ciência na Baía, teve lugar, nessa cidade brasileira, a II Reunião Brasileira de Antropologia, que realizou os seus trabalhos nos dias 3 a 8 de Julho último, sob a presidência do Prof. Thales de Azevedo, da Universidade da Baía, ladeado pelos Profs. Manuel Diégues Júnior e René Ribeiro. Nela foram apresentadas numerosas comunicações, versando temas de antropologia física e cultural, linguística, mitologia, sociologia, arqueologia, aculturação, etc., merecendo especial referência as conferências dos Profs. Darcy Ribeiro, Director do Museu do Índio, René Ribeiro, do Instituto Joaquim Nabuco, sobre a questão da «Personalidade e Cultura», e Egon Schadon, sobre problemas de aculturação no Brasil, nomeadamente os que se relacionam com as imigrações alemãs e japonesas.

Em seguida à leitura das demais comunicações, tinham lugar os debates que elas sugeriam, e que constituíam um pretexto para uma fecunda troca de opiniões e informações.

Este congresso patenteou claramente o notável progresso que se verifica nos estudos e actividades antropológicas do Brasil nos últimos dois anos, assinalado principalmente pela experiência do Curso de Antropologia, ora em funcionamento no Museu do Índio, pela criação da cadeira de Etnografia do Brasil e Língua Tupi, e do Instituto Nacional da Emigração e Colonização, com um Departamento de Estudos e Planejamentos para a

realização de pesquisas e estudos no campo das migrações, da assimilação e da colonização, e ainda com o desenvolvimento do programa de pesquisas realizado em cooperação entre a Universidade da Baía e a Columbia University, e as actividades que vem desenvolvendo o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

E. V. O.

Renato Almeida

O Ministro Renato Almeida, Secretário-Geral da Comissão Nacional de Folclore do Brasil, foi eleito por unanimidade membro do «Bureau» da C. I. A. P. (Comissão Internacional de Etnologia Regional), na sua última reunião, que teve lugar em 21 de Setembro, por ocasião do Congresso Internacional de Etnografia de Arnhem. Felicitamo-nos por tão honrosa distinção ter sido atribuída a um brasileiro ilustre, que tanto tem feito pelo progresso dos estudos da cultura tradicional no grande país irmão.

J. D.

Lutuosa

Prof. P. Wilhelm Schmidt

No dia 10 de Fevereiro de 1954, faleceu em Freiburg, quando ia completar 86 anos de idade, o Prof. Wilhelm Schmidt, uma das figuras mais destacadas da etnologia moderna.

Wilhelm Schmidt iniciou a sua carreira científica na viragem do século, quando a teoria evolucionista, baseada no postulado da evolução unilinear da cultura, segundo leis naturais, e a teoria do paralelismo cultural, que assenta no princípio da identidade da psique humana, eram atacadas de diferentes lados.

Associando-se aos esforços de dois grandes estudiosos alemães, como Ratzel e Graebner, ambos defensores duma concepção histórico-cultural da etnologia, P. Schmidt abriu novas perspectivas à nossa ciência.

Pode dizer-se que foi ele quem fez triunfar o critério de que a evolução cultural é um fenómeno histórico, e que mesmo os

povos sem escrita, os chamados primitivos, nem por isso deixam de caber nos domínios da história. Igualmente defendeu com êxito o princípio de que a cultura é um produto do espírito humano.

Da sua cátedra na Universidade de Viena e através da revista internacional de etnologia e linguística «Anthropos», por ele fundada em 1906, as suas ideias foram tornando corpo de doutrina e conseguiram impor-se a vastos sectores do mundo científico.

A obra realizada por Wilhelm Schmidt é enorme e foca todos os domínios da etnologia, sem omitir a linguística e a história das religiões.

Além de grande trabalhador, Schmidt soube também ser um criador de escola e muitos dos seus alunos foram seus activos colaboradores e continuadores. Entre estes salientou-se o Prof. P. Wilhelm Koppers, co-autor do livro «Völker und Kulturen» (1924) que, pode dizer-se, foi durante algum tempo a cartilha da «Escola Etnológica de Viena». Nesse livro e em outras obras fundamentais, foram desenvolvidos os princípios da célebre teoria dos *Ciclos culturais* da escola de Viena.

Embora não haja hoje nenhum etnólogo que aceite em absoluto a teoria dos ciclos culturais, principalmente as três chamadas culturas primárias; caçadores totémicos superiores, horticultores matriarcais e pastores patriarcais, é inegável que foi meritório o seu esforço de procurar encontrar um sistema de natureza histórica que ordenasse a variedade imensa de formas que a cultura reveste. De resto, ninguém pode ter hoje a veleidade de incluir dentro de um esquema simples, como é a teoria dos ciclos culturais, toda a evolução histórica das culturas, extremamente complexa e variada. Mas, se a teoria idealista do P. Schmidt foi, como tantas outras, superada pelos progressos realizados pela etnologia, nem por isso o seu mérito é menor, nem deixam de ser válidos muitos dos seus trabalhos recheados de abundantíssimos materiais, extremamente preciosos para os estudiosos de todos os tempos.

A relação dos seus trabalhos, que atinge o número extraordinário de 647 publicações, pode consultar-se no Vol. 49/3-4 (1954) da revista «Anthropos» graças aos cuidados de F. Bornemann.

Só uma longa vida devotada à ciência e animada por um grande ideal é capaz de explicar uma tal produtividade. Foi de facto um espírito incansável e sempre jovem. Ainda no último Congresso Internacional de Antropologia e Etnologia, realizado em Viena, em 1952, o vimos presidir com uma vivacidade que

muitos novos invejariam, e fazer no fim uma síntese brilhante da actividade do congresso.

Era tal a sua juventude que ficamos convictos que ainda o voltariamos a ver no próximo encontro de 1956; mas a idade não perdoa.

J. D.

Richard Thurnwald

No mesmo ano que o P. Wilhelm Schmidt e quase com a mesma idade — 85 anos incompletos — morreu Richard Thurnwald (19 de Janeiro de 1954), um dos maiores vultos da ciência alemã e indiscutivelmente um dos maiores etnólogos da segunda metade do séc. XX.

Thurnwald nasceu em Viena em 1869, onde fez os seus estudos, vindo mais tarde a ser professor na Universidade de Berlim.

A sua personalidade era muito mais a de um sábio empenhado em descobrir a verdade, do que a de um criador de teorias e sínteses atraentes, ou a de um expositor brilhante. Mesmo nas aulas, Thurnwald vivia preocupado com a solução de problemas, e não tentava iludir essa preocupação com generalizações fáceis. O seu princípio fundamental era o de um empirismo rigoroso, não aceitando teorias nem generalizações que não assentassem em cautelosas análises de factos comprovados. Repugnavam-lhe os trabalhos feitos no gabinete sem prévias pesquisas de campo. Para ele a etnologia era uma ciência que parte da observação das sociedades humanas e de suas culturas, e o etnólogo não pode dispensar o seu laboratório que é o próprio mundo.

Enquanto não pôde sair da Europa, fez pesquisas de campo na Bósnia, e só em 1906, como funcionário do Museu Etnológico de Berlim, pôde permanecer no Pacífico ocidental até 1909, onde investigou na Micronésia, no arquipélago de Bismarck e nas ilhas Salomão. Aí reuniu colecções etnográficas para o museu e enorme manancial de elementos etnológicos variadíssimos — organização social, mitologia, psicologia, economia, língua, etc.

De 1912 até 1915 permaneceu na Nova Guiné, tendo aí feito numerosas expedições, como a do rio Sepique, onde foi o primeiro branco a entrar em contacto com as populações indígenas.

Mais tarde, já com 61 anos de idade (1930) fez uma larga

expedição pela África Oriental, acompanhado por sua esposa e colega, Hilde Thurnwald.

Este trabalhador infatigável, que não se poupava a esforços, incomodidades e perigos, para observar as formas de vida dos povos mais desconhecidos, não era um seco coleccionador de factos. Não devemos confundir o caminhar cauteloso e seguro daquele que quer conhecer a verdade, com a segura do falhado de imaginação criadora, que se limita a coligir listas e listas de materiais. Thurnwald foi um pensador profundo, preocupado com os problemas e o destino da humanidade, e a partir de certo período da sua longa vida, sucederam-se as obras, onde o seu pensamento se define, apoiado na solidez de decénios de observações.

Como procurava interpretar a cultura a partir de uma atitude empírica e de rigorosa objectividade, não caiu nunca nos excessos daqueles idealistas que, obcecados por um sistema, não conseguem ver senão um aspecto da realidade. Por isso mesmo é mais difícil incluí-lo comodamente num dos capítulos da história da etnologia.

Thurnwald foi funcionalista, mas, ao contrário de Malinowski, não renegou a dimensão histórica da etnologia. Também não limitou a etnologia ao estudo dos chamados «primitivos». Para ele a nossa ciência abrange o estudo da humanidade e de todos os seus aspectos culturais, sem omitir as chamadas culturas «superiores». A tendência que desde cedo revelou pelos estudos sociais, fez dele um etnólogo que nunca desviou a sua atenção do homem para a concentrar só em aspectos da cultura, como com muitos sucede. A sua etnologia reveste sempre carácter sociológico, aliada a interesses psicológicos muito acentuados.

Richard Thurnwald, que fez cursos em várias universidades americanas, ficou sempre fiel à sua Universidade de Berlim, onde se manteve até morrer ⁽¹⁾.

A sua prodigiosa produção, além de extensa, é de um valor inestimável. Na sua bibliografia, publicada em 1950, num livro que teve por fim homenagear o grande investigador, por ter atingido 80 anos, contam-se 353 publicações e 8 manuscritos ainda não impressos ⁽²⁾. Aí poderá o leitor

⁽¹⁾ No fim da Guerra Mundial, como a Universidade ficasse na zona russa de Berlim, criaram uma «Universidade Livre» na zona de ocupação americana, para onde transitou Thurnwald.

⁽²⁾ *Beiträge zur Gesellungs — und Völkerwissenschaft* (Berlim, 1950).

avaliar a riqueza e a variedade de aspectos da obra gigantesca do querido Mestre, sempre pronto a ensinar e ajudar, com a maior afabilidade, qualquer aluno, por modesto que fosse (1).

J. D.

António Dias de Deus

Em 24 de Abril de 1955, faleceu na Colónia Correccional de Vila Fernando, onde exercia as funções de Preceptor-adjunto, António Dias de Deus, pessoa a quem a arqueologia portuguesa ficou devendo valiosos serviços. Contava 54 anos de idade, incompletos, pois nascera em Lisboa, na freguesia da Sé, a 22 de Outubro de 1901.

No ano de 1934, começou António Luís Agostinho, ajudante de ecónomo no mesmo instituto oficial, a explorar os dólmenes da região, associando-se-lhe desde logo António Dias de Deus.

Nessa faina se ocuparam até 1944, ano em que Agostinho faleceu na cidade de Coimbra, a 30 de Outubro.

Em 1940, passaram a interessar-se, também, pelos vestígios das épocas romana e visigótica, igualmente abundantes na zona elvensa.

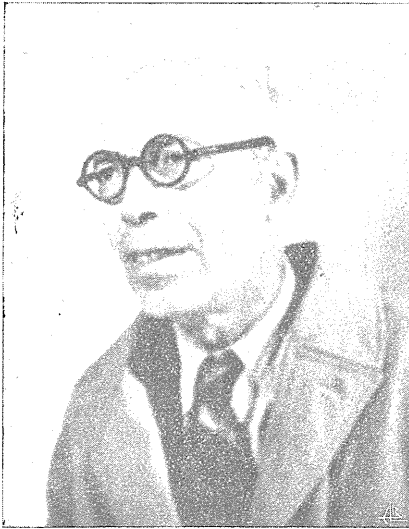
A partir de 1942, acompanhou-os, por vezes, o pároco da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vila Fernando, o Rev. P.^o Henrique da Silva Louro, que na revista «Ethnos», vol. III (Lisboa, 1948), órgão do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, publicou a colher litúrgica da Terrugem.

A partir de 1949, graças às diligências de Domingos Lavadinho, Director do Museu Arqueológico e Biblioteca Municipal de Elvas, Abel Viana pôs-se em contacto com Dias de Deus, passando-se, desde então a publicar os resultados das explorações e pesquisas, actualmente descritas em uma dezena de artigos insertos em diversas revistas arqueológicas e actas de congressos peninsulares.

Tais explorações, agora levadas a efeito sob a égide do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, e superiormente acompanhadas pelo Prof. Doutor Mendes Corrêa, resultaram de descobertas ocasionais.

(1) Sobre Richard Thurnwald ver: Robert H. Lowie — *The history of ethnological Theory*, New York, 1937; Herbert Baldus — *Richard Thurnwald, 1869-1954*, «Revista de Antropologia», vol. 20, N.º 1, Junho de 1954; Wilhelm Mühlmann — *Methodik der Völkerkunde*, Stuttgart, 1938; Wilhelm Mühlmann — *Geschichte der Anthropologie*, Bonn, 1948.

Nunca se fizeram escavações previamente estabelecidas mas, com exclusão de alguns vagos restos de dólmenes, e de uns quantos dólmenes já por outros explorados uma e mais vezes, António Dias de Deus, constantemente informado dos achados ocorrentes no concelho de Elvas e limítrofes, interveio quase sempre a tempo de salvar copiosos materiais, e de permitir observações em necrópoles, alicerces de edifícios e outras coisas que, sem sua intervenção, obras públicas e particulares e, sobretudo, os trabalhos agrícolas, teriam aniquilado totalmente.



ANTÓNIO DIAS DE DEUS
(† 24/4/1955)

Dos materiais assim obtidos, estão alguns depositados no Museu Etnológico e outros, em maior quantidade, foram entregues ao Museu de Elvas. A grande maioria, porém, pertence à Secção Arqueológica do Paço Ducal de Vila Viçosa, instituída pela Fundação da Casa de Bragança, entidade que largamente subvencionou as pesquisas.

Dias de Deus foi um dos mais activos e beneméritos obreiros da arqueologia nacional, dos últimos tempos.

Sua falta representa uma perda muito considerável.

ABEL VIANA.

Luís da Silva Ribeiro

A morte de Luís da Silva Ribeiro, ocorrida há alguns meses, representa a perda de um dos investigadores mais conscienciosos e de maior relevo dentro da ciência etnográfica portuguesa, que o Centro de Estudos de Etnologia Peninsular regista com o mais fundo pesar. Natural da Angra do Heroísmo, a sua actividade neste campo exerceu-se especialmente em relação aos Açores, e assinala-se notavelmente por inúmeros trabalhos que focam os diversos aspectos da cultura popular insulana, onde formas remotas sofreram por vezes influências estranhas diversas das que ocorreram no continente, e seguiram processos evolutivos particulares, e entre os quais destacamos os seguintes: *Etnografia Jurídica da Ilha Terceira*; *Notas sobre a vida rural na Ilha Terceira* — publicados na «Revista Lusitana»; *Notas sobre a pesca e os pescadores na Ilha Terceira*; *Cangas de bois nos Açores*; *Algumas palavras sobre o Vilão no teatro popular de São Miguel*; *As festas e tradições populares do S. João na Ilha Terceira*; *Velhas leis e velhos costumes na poesia popular açoriana*; *Formação histórica do povo dos Açores*; *Influência das sesmarias no povoamento da Terceira*; e *O alho nas tradições populares* — na revista *Açoreana*; *Superstições comuns ao Brasil e aos Açores*; *Orações do pão na Ilha Terceira*; *Cartas da América*; *Rimas infantis*; e *A lenda de Nossa Senhora da Ajuda em Santa Bárbara* — no «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira». Publicou ainda nas actas do Congresso do Mundo Português, a *Síntese da influência do mar na vida popular dos Açores*; no «Boletim Portugal», do S.P.N. de 1941, *Le Folklore et le paysage aux Azores*; e no jornal «O Correio dos Açores», *Um tradutor açoriano de Horácio*, *O patrono dos emigrantes*, e *Subsídios para um ensaio sobre a açorianidade*. Estes trabalhos, que obedecem a um puro espírito científico, e cuja variedade de temas, ora de cultura material, ora de cultura espiritual e literatura popular, patenteia a ampla visão que do assunto tinha o seu autor, constituem por isso um contributo para a ciência etnográfica portuguesa, europeia e euro-americana digno da nossa maior admiração, que nos é grato aqui deixar registada, em preito de homenagem à sua memória.

E. V. O.

REVISTA BIBLIOGRÁFICA

A. L. KROEBER, etc. — *Anthropology Today — An Encyclopedic Inventory* — 1 vol. de 966 págs. — Chicago (Ill.), 1953.

Este volume considerável reúne os trabalhos apresentados a um simpósio realizado em 1952 por iniciativa da «Wenner-Green Foundation for Anthropological Research», antes chamada Viking Fund e que em 1951 completara dez anos de existência. A presidência do simpósio foi entregue ao Dr. A. L. Kroeber, o venerando decano dos antropologistas norte-americanos, e foram ali apresentados 50 relatórios, cada um deles constituindo a explanação sumária dos métodos usados e dos resultados obtidos em dado sector dos estudos antropológicos, tarefa essa entregue a conceituados especialistas.

Depois duma introdução por Kroeber, vêm explanações sobre os métodos de cronologia, o grupo dos Primatas, o homem fóssil, a paleopatologia, a raça, a pré-história do Antigo e do Novo Mundo, a linguística, o estilo, a evolução em geral e do homem, a técnica linguística, a técnica psicológica, as contribuições da Genética à Antropologia, as relações entre vários sectores antropológicos, a cultura, a estrutura social, a aculturação, a ecologia humana, as aplicações da Antropologia em Medicina, Constitucionalística, Pedagogia, Governo, etc.

Nomes dos mais ilustres subscrevem estes e outros artigos que fazem deste livro um verdadeiro tratado para actualização de conhecimentos em Antropologia. Alguns artigos são notáveis e até fundamentais. Marcam uma fase renovadora na história do estudo do homem.

MENDES CORRÊA.

An Appraisal of Anthropology Today — Ed. by Sol Tax, L. Eiseley, Irving Rouse, C. Voegelin — 1 vol. de 400 págs. — Chicago (Ill.), 1953.

Este volume é o complemento, cheio de interesse, de *Anthropology Today*, atrás analisado. Contém as discussões sobre os relatórios apresentados no «Simpósio Internacional de Antro-

pologia» realizado em 1952, graças à «Wenner-Green Foundation for Anthropological Research». Se a lista dos relatores e dos temas tratados por estes no Simpósio é notável, a dos participantes nos debates não é menos impressionante. Numa e noutra listas figuram nomes dos mais eminentes na Antropologia actual. Portugal esteve representado pelo Prof. Dr. António Jorge Dias, da Universidade de Coimbra e director da secção de Etnografia do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, que funciona no Instituto de Antropologia da Universidade do Porto.

Todos os variados temas tratados pelos relatores e os trabalhos destes foram objecto de interessantes discussões. Mereceram especial atenção as questões referentes à pré-história, à antropologia cultural, à linguística e ao papel da antropologia no governo dos povos, especialmente dos povos coloniais.

M. C.

MANUEL DIÉGUES JÚNIOR — Formação das Populações Nordestinas — in: «Cultura», Publicação do Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura — Ano IV, N.º 6, Dezembro, 1954 — Rio de Janeiro, Brasil — Págs. 57-82.

Prosseguindo no ciclo de estudos da cultura e das populações do Nordeste do Brasil, já notavelmente assinalados por obras como «O Engenho do Açúcar no Nordeste», «Bases económicas e sociais na formação de Alagoas», «História e Folclore do Nordeste», «Étnias e Culturas no Brasil», etc., o professor Manuel Diégues Júnior publica mais este trabalho, que evidencia o seu profundo conhecimento da região e dos seus problemas. A história, a etnografia, a economia e a sociologia, numa síntese fluente, revelam-nos e explicam-nos o fenómeno demográfico nordestino, com uma acuidade e rigor extremos, que, apesar disso, não excluem por vezes elementos interpretativos de carácter paisagístico. O autor pertence a uma categoria de sociólogos cuja largueza de visão valoriza pormenores que podem à primeira vista parecer insignificantes, integrando-os no conjunto dos factores explicativos.

No presente estudo, em seguida à delimitação geográfico-cultural da área a considerar, que abrange os estados do Ceará a Alagoas, na faixa oriental, o autor entra na análise da formação e evolução das suas populações, ligadas às raízes históricas da vida nordestina, em relação com a economia do açúcar e da criação do gado, a partir do foco primário da zona pernambucana

e das mais que se lhe seguiram. Aquelas actividades — engenhos de açúcar no litoral, e fazendas de criatório no interior —, agrupando populações diferenciadas e mais ou menos numerosas, criando ao longo das suas linhas de povoamento novos focos aglutinadores — pousos em meio dos caminhos das boiadas, pontes, etc. —, donde surgiriam povoados, vilas e cidades, com novas forças de irradiação, estão na base das primeiras concentrações demográficas, e é em relação a cada uma delas que se foram estabelecendo os extractos que correspondem às diversas categorias sociais futuras — usineiros, senhores de engenho, hoje banguêzeiros e fornecedores de cana, trabalhadores rurais, etc., na zona açucareira.

A transformação destes centros iniciais dá-se progressivamente; durante muito tempo, o primitivo carácter das sociedades rurais aflora em inúmeros hábitos e conceitos das novas sociedades urbanas que daquelas surgiram, e isto é nomeadamente patente em tudo o que representa ligações do homem com a rua; a esse respeito é deveras interessante o estudo que o autor faz do Carnaval, como festejo de rua, encontrando, através das diversas maneiras de o celebrar, elementos que, como reflexos de comportamento, permitem a caracterização psico-sociológica de alguns tipos humanos da região.

No interior, a economia pastoril predominante, com menor poder de fixação, originou um quadro social diferente; o tipo característico da sociedade sertaneja é o vaqueiro, que constitui o seu elemento representativo mais importante, a par do tangerino, que conduz as boiadas, e, num plano secundário, os representantes de profissões relacionadas com a pecuária. Mas, por outro lado, é aí que aparece o tipo humano mais complexo e vincado do nordeste sertanejo, relacionado estreitamente com as condições gerais do meio: o cangaceiro, sobre cujas raízes históricas e sociais, e razões económicas e morais, o autor se detém longa e cuidadosamente.

A estes dois tipos de sociedades, há ainda a acrescentar a sociedade praia, que se apresenta como uma colectividade definida com características peculiares, organizada no litoral sobre todas as actividades que se relacionam com o mar. Nela se articula não só a classe dos pescadores, mas também a dos tiradores e descascadores de coco, que tem uma importância alimentar e ecológica fundamental na área costeira; é aí ainda que se nota a maior frequência da indústria feminina da renda, tal como sucede entre nós do mesmo modo nas zonas marítimas.

Este excelente trabalho termina com uma análise interpretativa das estatísticas censitárias do Nordeste, que revela o alto

nível de mobilidade das populações rurais da região, traduzindo o movimento migratório para as Capitais e para fora dos Estados respectivos, como consequência das condições económicas gerais da vida na zona rural.

E. O.

JOSÉ GONÇALO C. HERCULANO DE CARVALHO — **Coisas e palavras — Alguns problemas etnográficos e linguísticos relacionados com os primitivos sistemas de debulha na Península Ibérica — «Biblos», vol. XXIX — Coimbra, 1953 — (413 págs., 61 cartas e desenhos, em oitavo grande).**

Esta obra, que serviu ao autor como dissertação de doutoramento em Filologia Românica na Universidade de Coimbra, assenta em informações do questionário feito em tempos pelo Prof. Dr. Paiva Boléo, e em observações pelo próprio, subsidiado pelo I. A. C. Poucas vezes o material e os meios fornecidos a alguém foram tão bem aproveitados.

Com efeito o trabalho, construído sobre uma cópia maciça de elementos, e sobre uma vasta bibliografia, é desenvolvido com um cuidado, uma honestidade e uma clareza, raras entre nós.

Diz o autor, na sua introdução, que é a primeira vez que em Portugal «se junta o estudo da coisa ao estudo da palavra». De facto a obra está dividida em duas partes, sendo a segunda o estudo linguístico dos termos apresentados na primeira, que é a que interessa directamente à etnografia — razão porque só a ela faço referência.

Começando pela debulha a malho, estabelece os tipos deste instrumento que se encontram no país (pela forma de ligação do pirtigo ao cabo), e fala da sua difusão em Portugal e Espanha, muito maior no Norte, restringida no Sul pela debulha a pé de gado. As variantes são estudadas com pormenor, e a nomenclatura local cuidadosamente anotada. Faz ainda referência à manguilha para varejar azinheiras, usada tanto em Portugal como no país vizinho, mas já em franco desaparecimento.

Vêm a seguir os trilhos: *tribullum* e *plotellum*, o primeiro apenas usado em parte do distrito de Bragança e em algumas zonas fronteiriças do da Guarda e Castelo Branco; o segundo divulgado pelo Sul do país.

A debulha a pé de gado e vários sistemas primitivos merecem igualmente a atenção do autor.

Na última parte relaciona os métodos usados na Península com os de outras regiões do globo, procura as razões do seu

emprego, e discute origens e processos de difusão. O trabalho é ilustrado com grande número de bons desenhos e cartas.

«Coisas e Palavras» enfileira entre os bons livros de etnografia portugueses, e é, sem dúvida, indispensável na biblioteca de todos aqueles que se dedicam ao estudo da cultura material, mesmo que não sejam linguistas.

FERNANDO GALHANO.

JÚLIO CARO BAROJA — *Estudios Saharianos* — (Ed. Consejo Superior de Investigaciones Científicas) — Madrid, 1955 — 489 págs., 220 gravuras.

Júlio Caro Baroja é hoje o maior etnólogo de Espanha e seguramente um dos maiores do Mundo. Poucos possuem como ele um domínio tão completo dos métodos e técnicas de trabalho e uma cultura tão vasta. Intransigente contra qualquer escola tendenciosa, que substitua a rigorosa objectividade científica por devaneios líricos ou teorias apriorísticas, Júlio Caro é exemplo perfeito do homem de ciência.

Júlio Caro parte de um empirismo rigoroso antes de entrar na explicação mais geral dos factos, o que faz sem se meter dentro de qualquer escola, antes aproveitando o que cada uma delas tem de bom.

Todos conhecem certamente algumas das numerosas obras do autor de «Los Pueblos de España», pois elas passaram há muito as fronteiras da própria Europa. Porém, Júlio Caro tinha mostrado até hoje uma demarcada preferência pelas culturas da Península e não nos tinha dado a sua medida ao tratar povos cujo ambiente natural e cultural fosse muito diverso. Foi o que fez agora com este livro publicado pelo «Instituto de Estudios Africanos», do Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

Esta monografia que só tem um defeito: ausência de índice geral, é um modelo de trabalho neste género, onde o Autor põe à prova a sua extraordinária capacidade de observação, análise e interpretação, baseada num vastíssimo conhecimento da bibliografia da especialidade, que o domínio de numerosos idiomas lhe permite utilizar.

O primeiro capítulo dedica-o à ordem social tradicional no Saára espanhol. Aí estuda os sistemas de parentesco, linhas de descendência e os vários aspectos da estrutura social destas populações. Depois foca a economia de Sahel, analisando cuidadosamente os tipos de pastoreio, sem esquecer um aspecto pouco

conhecido da economia de Sahel: a agricultura. Numerosos gráficos ajudam a compreensão das situações. Dá-nos em seguida uma análise estrutural de uma Cabila Saariana: Los Ulad Tidra-rin, baseando-se nos dados obtidos directamente, nos dados estatísticos e nos históricos. A seguir trata das formas de convivência entre os nómadas, mostrando os diferentes acampamentos, a vida familiar nas tendas, os ritos de passagem, etc. Fala das guerras del Sahel contadas pelos nómadas e da história entre os nómadas. No final do volume alguns apêndices completam certos aspectos tratados.

É um livro magnífico, bem ilustrado, com gráficos, mapas e desenhos do Autor, que como bom ergologista reproduz alfaias e utensílios de interesse para o conhecimento destes povos e muito úteis para estudos comparativos.

JORGE DIAS.

LUÍS DA CÂMARA CASCUDO — *Dicionário do Folclore Brasileiro* — Rio de Janeiro, 1954 (ed. Instituto Nacional do Livro) — 660 páginas.

Quem não conhecer a actividade brasileira no campo do folclore ficará surpreendido ao deparar com esta obra verdadeiramente excepcional em qualquer país. O *Dicionário do Folclore Brasileiro* honra a grande nação irmã, pela vastidão da matéria tratada, variedade dos assuntos estudados e erudição fabulosa do seu autor. É verdadeiramente assombroso como Câmara Cascudo consegue estar a par das últimas novidades americanas e europeias, sobretudo destas, às vezes, tão difíceis de consultar no nosso próprio país.

Quem percorrer com atenção as páginas deste livro valiosíssimo pasmará pela excepcionalíssima cultura do autor nos ramos mais variados do folclore. Cascudo domina igualmente a mitologia negra, como a greco-latina; tanto sabe de magia ameríndia como da europeia. Quando estuda um assunto complexo, sabe perfeitamente destrinçar influências, distinguindo o que deve ser contribuição lusitana, da de negros, de ameríndios ou de outros povos que contribuíram para formar a actual sociedade brasileira.

Apesar da ampla definição do folclore que dá Cascudo, de acordo com a *Carta de Folclore Brasileiro*, os materiais recolhidos no seu dicionário estão muito mais de acordo com o conceito tradicional de folclore. De facto, a ergologia quase que só é focada no que diz respeito a instrumentos musicais, alimentos,

amuletos, etc. A tecnologia também não conta, e a vida social só é focada quando surge relacionada com folguedos, como o mutirão, etc.

A nosso ver, estes limites, que Cascudo soube impor ao seu dicionário, são uma prova de que ele mantém na prática um conceito de folclore mais lógico, do que aquele defendido hoje por alguns que querem confundir os seus limites com os da etnografia.

Esta obra de Cascudo torna-se hoje indispensável em qualquer biblioteca portuguesa, pela valiosíssima informação que encerra.

J. D.

FERNANDO ORTIZ — *Los instrumentos de la Música Afrocubana*
— V vol. — Habana, 1955 (editor Cardenas y C.^a).

Com um volume de 529 páginas, termina o grande etnólogo cubano uma obra verdadeiramente monumental, não tanto pelo tamanho, como pela abundância dos materiais, ordenação lógica e riqueza de informação bibliográfica. Não é fácil encontrar um estudo ergológico tão exaustivo e erudito como este. Embora o propósito do Dr. Ortiz seja estudar só os instrumentos afrocubanos, são frequentes as indicações úteis para aqueles que se dedicam ao estudo de instrumentos musicais de outras regiões, nomeadamente da América do Sul e da África. Até o etnógrafo português metropolitano aí encontra elementos preciosos para o estudo de instrumentos musicais usados em algumas províncias, como o *reque-reque* minhoto, a que ele atribui, com razão, uma origem africana, talvez directa ou, com mais probabilidade, por intermédio do Brasil, onde se usa o *rêco-rêco*.

É também importante para nós o estudo que faz do *triple cubano*, de origem europeia e que é um parente próximo do nosso cavaquinho, cuja difusão pelas ilhas atlânticas e pela América é notável.

O Dr. Ortiz autor de «Los Bailes y el Teatro de los Negros en el Folklore de Cuba» e «La Africa de la Música Folklórica de Cuba» muito conhecido nos meios da especialidade pela sua vasta preparação como antropólogo, etnógrafo, sociólogo e folclorista, alcançou certamente com esta obra a sua coroa de glória, que muito honra a etnologia do seu país.

J. D.

A. A. MENDES CORRÊA — *Portugal e a Índia — Separata do «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa» — Julho a Dezembro de 1954 — Lisboa.*

As 28 densas páginas desta separata formam útil opúsculo onde se encerram sete das palestras que — sob a rubrica geral *A Ciência ao serviço da Humanidade* — o Prof. Doutor A. Mendes Corrêa, desde há muito, vem proferindo na Emissora Nacional.

Em toda a brochura transpira o nobre intuito do Autor de, oportunamente, pôr em foco «a nossa atitude em relação com os acontecimentos da Índia», justificando-a com os mais sólidos e argutos raciocínios, aos quais não falta a imprescindível base científica e cultural. Em nossa opinião e na mesma comunhão de ideias, esta colectânea de palestras tem o cunho de lição magistral e doutrinária, na qual se evidenciam, se consagram e se relembram a longeva e filantrópica acção lusitana no Indostão (extensível a quase todo o Oriente); obra secular — civilizadora e cultural, libertadora e social — levada a efeito pelos portugueses em benefício da Índia (iniciada com a famosa viagem de Vasco da Gama e afincada e proveitosamente prosseguida até nossos dias); a realidade das fundadas reivindicações lusitanas — de merecida posse e de efectiva jurisdição — sobre os territórios de Goa, Damão e Diu (inalienável Província de Portugal, como tão lúcida, concludente e irrefutavelmente demonstrou o Senhor Presidente do Conselho, Prof. Doutor Oliveira Salazar). Mas as laudas deste opúsculo têm, também, outra feição que não se deve esquecer e que muito as caracterizam: nelas são, igualmente e judiciosamente, expostos muitos ensinamentos ou outros tantos aspectos de ordem humana e científica, que muito as dignificam e que reforçam os atilados argumentos de ordem moral ou política.

Sem, de modo nenhum, apoucarmos o patriótico merecimento e a força subjectiva destes, que muito reconhecemos, é para aqueles que mais desejamos chamar a atenção do leitor, nesta curta resenha analítica. Assim ali topamos com referências, copiosas e sumamente elucidativas, encarando: aspectos etno-sociais do Indostão; intercâmbio luso-indostânico ou entre Ocidente e Oriente; acção espiritual e cultural e acção Missionária; a difusão da Medicina e a acção assistencial, com os Hospitais e as Misericórdias; a «lusitanização»; etc.; etc. Igualmente ali perpassam, em coordenação inteligente — seguindo «delineamentos gerais e breves notas ou impressões de pormenor ou de carácter pessoal» — incidentes mas inúmeras alusões sobre: Mineralogia, Geologia e Tectónica; Orografia e Paleogeografia; Climatologia,

Geografia física e Geografia política; panorama antropológico, incluindo a Antropologia social; Linguística e Religião; povoamento primitivo, heterogeneidade racial, costumes, superstições; etc., etc. Do mesmo modo e hábilmente encadeadas, também ali se encontram outras não menos interessantes referências, com timbre informativo, acerca de: Arquitectura e Arte; Cultura e Música; Medicina, Parasifologia e História Natural; Etnologia e Pré-história; etc.; etc. Ali se citam os nomes ilustres de portugueses, luso-indianos e hindus, ou se alude aos de muitas individualidades estrangeiras que se têm interessado pelo progresso da Índia, seus trabalhos, suas opiniões e suas actividades.

Que mais podemos dizer em face deste longo apanhado ou enunciado, tão demonstrativo dos dotes que são apanágio do espírito cultamente multifacetado do Autor?... Por certo nos levaria longe intentar mais funda pormenorização na presente análise. Pretendê-lo resultaria, até e quanto a nós, diminuir o valor desta colectânea, ou sermos considerados intempestivos, e abusivamente enfadonhos. Por isso e para rematarmos o pouco que já dissemos, resta-nos apenas o dever de aconselharmos a leitura de *Portugal e a Índia*, sendo este, como é, nos seus considerandos e na sua essência, para os Portugueses, uma cartilha de revivescência histórica e de patriotismo; para os Indostânicos, um texto de moral, de polidez e de civismo, ou um breviário sucinto, de revisão e de reconhecimento pelo muito que devem a Portugal — este pequeno País, que dilatou a Fé e as fronteiras do Mundo, que libertou e uniu a Índia à Civilização Universal e que, dando-lhe a mão, a protegeu e a unificou de modo a permitir-lhe que atingisse a sua actual emancipação.

PIRES-SOARES.

A. A. MENDES CORRÊA — *Um mês em Timor* — Separata do «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa» — Abril a Julho de 1955 — Lisboa.

Através das 24 páginas (documentadas com 14 estampas fora do texto) desta separata — tal como em rápida viagem em que o Autor nos servisse de cicerone ou nos apontasse um magnífico panorama fazendo sobressair todo o seu valor histórico, paisagístico, científico, económico, etc. — perpassam os mais variados aspectos ou as mais destacantes feições que lhe foi dado observar e registar quanto às terras e às gentes do Timor português. Foi aquela a impressão que já se albergara

em nosso espírito quando atentamente escutamos (em 26 de Fevereiro, em 5, 12 e 26 de Março e em 2 e 9 de Abril de 1955) a sucessão de palestras — proveitosamente ora vertidas para letra de fôrma — proferidas, sob a mesma epígrafe, ao microfone da Emissora Nacional e incluídas na tão conhecida série de vulgarização *A Ciência ao serviço da Humanidade*.

A sua publicação nesta separata — o mesmo é dizer-se no *Boletim* da benemérita Sociedade de Geografia de Lisboa — foi louvável iniciativa que permitiu se revigorasse aquela mesma imagem e que se consolidassem ou perdurassem os elementos a todo o tempo úteis, como fonte de consulta e de estudo para muitas finalidades. Com efeito, neste apanhado de 24 páginas podem colher-se preciosos dados de observação directa, ignorados informes e não menos aquilatados conceitos respeitantes a diferentes sectores da Ciência ou da Técnica e dentro do âmbito de uma investigação consciente.

Limitando-nos ao Timor português — pois de passagem o Autor alude também a outros territórios — ali se anotam, sôbriamente condensadas, as mais recentes referências: à Investigação científica (tema mais pormenorizadamente desenvolvido e exposto, pelo Prof. Doutor Mendes Corrêa, em comunicação presente à Academia das Ciências de Lisboa); à acção construtiva e civilizadora de Portugal, desde o século XVI até os nossos dias; à Antropologia e à diferenciação racial; à História Natural (Pré-história, Geologia, Geografia Física, Geomorfologia, Botânica, Zoologia, etc.); à Hidrologia e à Orografia; à Paisagística e ao Clima; à instabilidade de alguns relevos ou à estabilidade, pelo menos aparente, de vastas planuras, etc., etc. De igual modo, como escolhidas imagens fotogenéticas de um esplêndido filme, nas suas trinta ilustrativas gravuras (distribuídas pelas catorze estampas) se focam os mais salientes de alguns daqueles aspectos, assim transformando este opúsculo em excelente documentário, onde as iconografias se equilibram com o texto.

Quem percorrer as vigorosas páginas de *Um mês em Timor*, pode não só apreender uma lúcida ideia acerca da acção, cem por cento, lusitana naquela — tanto como nas outras — província ultramarina, ao mesmo tempo que adquire noções imparciais e exactas respeitantes à vida e ao solo, como ainda se familiariza com as atitudes cívicas e patrióticas dos autóctones, isto é, se compenetra da sã fidelidade e da dedicação a Portugal e aos portugueses (sempre e ao mais pequeno pretexto, exteriorizadas pelos nativos) do seu sentimento lusófilo, do seu orgulho de serem portugueses — em evidente contraste com as atitudes observadas, no referente aos europeus, nos restantes territórios da Indonésia,

acidentalmente visitados pelo Autor do informativo trabalho a que nos referimos.

Embora este opúsculo, sendo como é um respigado de múltiplas impressões de viagem — que, no próprio dizer do Autor, «facultou-me a útil visão de muitos aspectos do território e da gente» — mesmo assim lamentamos que o espaço nos escasseie para a ele fazermos mais extensa alusão. No entanto, não ficaríamos de bem com a nossa consciência se, entre outros, não aludíssemos a um facto cientificamente importante e de transcendência internacional — para o qual contribuiu, e muito, a visita a esta nossa parcela territorial da Oceânia e a permanência ali do Prof. Doutor A. Mendes Corrêa — o investigador da actualidade que mais e melhor se tem dedicado aos estudos antropológicos ou afins sobre Timor. Queremos referirmos ao descobrimento de importantes estações líticas que vêm confirmar plena e iniludivelmente — em paralelo com anteriores observações ou hipóteses antropológicas e étnicas, levadas a efeito ou postas por aquele professor catedrático — a sua teoria «de ser Timor mais um centro ou uma área de diferenciação racial, antropogenética, do que, como se tem pretendido, uma Babel resultante da convergência das mais variadas estirpes humanas, um cadinho de fusão inextrincável de raças». Melhor do que qualquer síntese que intentássemos a respeito daquele descobrimento, é-nos bem mais grato e até mais lógico transcrevermos as próprias palavras do Autor: «Também, com António de Almeida e Rui Cinati, tive a alegria de encontrar jazidas líticas pré-históricas de que já demos conhecimento ao Congresso de Pré-história do Extremo Oriente em Manila (Filipinas) e no Congresso Internacional de Pré-história do ano passado em Madrid. Se o estudo de antropologia física confirmou em certa medida a minha hipótese de mutações humanas, de diferenciação antropogenética, na Insulíndia, especialmente em Timor, os achados pré-históricos apoiam a tese da grande antiguidade do homem no arco indonésio, não apenas a O., onde já há muito se registavam os achados de Java, mas também a E., onde não tinham sido encontrados testemunhos tão antigos, como os agora achados, da presença do homem. Autoridades científicas de alta categoria, como H. Breuil, reconheceram expressamente a antiguidade e valor das peças líticas apresentadas».

Em resumo, e para não nos alongarmos mais, podemos afirmar — e fazemo-lo afoita e convictamente — que *Um mês em Timor* é um sóbrio repositório de factos ou de observações, de descrições ou de estudos, de objectivações ou de incitamentos, digno de ser lido ou meditado, além de ser um eloquente pane-

gírico que faz brotar ou acalentar, dentro em nós, a ambição ou o sonho de querermos abalar para as longínquas e quase antípodas paragens daquela província ultramarina... tão cheia de atractivos e tão encantadora que deu azo a que Osório de Castro pudesse, enfeitiçadamente, escrever aquelas maravilhosas e vívidas páginas da *Ilha verde e vermelha de Timor* — essa outra espécie bibliográfica, misto de poesia e de prosa, timbrada de nobreza, armoriada por descrições cheias de pormenor e de verdade, exequetada pelos aurifulgentes reflexos de uma arguta observação naturalística.

P.-S.

Trabalhos de Antropologia e Etnologia

(Antigos «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia»)

VOL. XV — FASC. 1-2

SUMÁRIO:

OCTÁVIO DA VEIGA FERREIRA:

Acerca da cultura do vaso campaniforme em Portugal
(pág. 5).

ABEL VIANA, OCTÁVIO DA VEIGA FERREIRA e JOSÉ FORMOSINHO:

Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique (pág. 17).

ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA e FERNANDO GALHANO:

Casas da Maia (pág. 55).

ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA e FERNANDO GALHANO:

Casas de Esposende (pág. 73).

FERNANDO GALHANO:

Da alfaia agrícola portuguesa (pág. 85).

Vária: — Breve nota preliminar sobre a Antropologia do concelho de Gondomar (ALFREDO ATHAYDE); Duração média de vida na população da época romana no ocidente da Península Ibérica (MARIA FERNÃO COUCEIRO DA COSTA COUTO LOPES); Reuniões do Conselho (JORGE DIAS); A palha do Natal no Concelho de Vila do Conde (ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA); O «Jeu de Toupiole» em Portugal (ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA); Congresso Internacional de Etnografia de Arnhem (E. V. O.); A II Reunião Brasileira de Antropologia (E. V. O.); Renato Almeida (J. D.); Lutuosa (J. D., J. D., ABEL VIANA, E. V. O.) (pág. 97).

Revista bibliográfica: — AN APPRAISAL (131); CARO BAROJA (135); CASCUDO (136); DIÉGUES JÚNIOR (132); HERCULANO DE CARVALHO (134); KROEBER (131); MENDES CORRÊA (138 e 139); ORTIZ (137).